

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS
UNESP – CAMPUS DE FRANCA

RODRIGO DE PAULA MORAIS

NELSON WERNECK SODRÉ: HISTÓRIA E UTOPIA NOS TEMPOS DO ISEB.

Um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955-1964.

FRANCA
2015

RODRIGO DE PAULA MORAIS

NELSON WERNECK SODRÉ: HISTÓRIA E UTOPIA NOS TEMPOS DO ISEB.

Um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955-1964.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Franca, São Paulo, Brasil, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Profa. Dra. Virginia Célia Camilotti

FRANCA
2015

Morais, Rodrigo de Paula.

Nelson Werneck Sodré : história e utopia nos tempos do ISEB : um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955-1964 / Rodrigo de Paula Moraes. – Franca : [s.n.], 2015. 140 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Virginia Célia Camilotti

1. Sodré, Nelson Werneck 1911-1999. 2. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 3 Narrativa (Retórica). I. Título.

CDD – 981

RODRIGO DE PAULA MORAIS

NELSON WERNECK SODRÉ: HISTÓRIA E UTOPIA NOS TEMPOS DO ISEB.

Um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955-1964.

Dissertação apresentada à Faculdade Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, São Paulo, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em História.

Presidente: _____

Profa. Dra. Virginia Célia Camilotti

Examinadora 1: _____

Márcia Regina Capelari Naxara - UNESP – Franca

Examinadora 2: _____

Jacy Alves de Seixas - UFU (Universidade Federal de Uberlândia)

Suplente 1: _____

Márcia Pereira da Silva - UNESP- Franca

Suplente 2: _____

Josianne Francia Cerasoli - UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)

Franca, 4 de novembro de 2015.

Agradecimentos

Agradeço profundamente à minha orientadora Virginia Célia Camilotti. A incansável orientação, presença e amizade foram fundamentais – da primeira lauda, quando se dispôs a trabalhar comigo, às infindáveis revisões ao longo da escrita dessa dissertação. Jamais me esquecerei de sua parceria e das palavras de apoio, principalmente nos momentos em que me encontrava angustiado por não estar conseguindo escrever. Das nossas conversas, lembro-me com gratidão de uma frase que incorporei, e que passei a repetir para meus alunos: “preocupe-se menos e se ocupe mais”.

Também quero agradecer às professoras Márcia Pereira da Silva e Márcia Naxara que compuseram a banca geral de qualificação. Obrigado pela leitura atenta e pelas críticas que tanto contribuíram com esse trabalho.

À minha família agradeço por ter estado ao meu lado sempre, apoiando-me ao longo da vida. Nesse período em que cursei o mestrado em História pela Unesp/Franca não foi diferente. Agradeço o amor incondicional de minha avó, Maria Helena de Paula Martins, e meu avô, Osvaldo de Paula Martins, vocês são as minhas referências daquilo que um ser humano pode ter de bom. A meu melhor amigo, meu irmão, Fabiano de Paula Moraes, sempre tão atarefado e, ainda assim, disposto a ouvir minhas indagações e a pensar comigo as trilhas que percorria durante a escrita dessa dissertação. O carinho de minha mãe, Gisele Paula Martins, mulher batalhadora e de imenso caráter, que nunca mediu esforços para cuidar dos filhos.

Agradeço a minha grande amiga Fabiana Gomes Pierini, que mais uma vez me ajudou em um trabalho acadêmico. Primeiro, quando cursamos juntos a graduação em História na Universidade Federal de Uberlândia. Naquela ocasião, foram suas perguntas que me ajudaram a nortear meu trabalho de monografia. Agora, já no fim da escrita de minha dissertação, ajudou-me na correção do texto. Sua leitura atenta e suas indagações contribuíram para refinar, ainda mais, esse trabalho.

O tempo das viagens semanais de Uberaba a Franca, no primeiro ano do curso, foi sempre preenchidos por ótimas conversas e frutíferas discussões com o amigo Eustáquio Donizete. Aliás, quando conheci o Eustáquio eu era adolescente e ele meu professor de

História do Brasil. Foram suas aulas que me levaram a cursar História e me tornar professor. Também quero agradecer a outro amigo, Pedro Russo, que conheci em Franca, no dia da prova de seleção para o mestrado, e com quem tive o prazer de conviver, semanalmente, por mais de um ano. Pedrão já me abrigou em sua casa, durante uma semana inteira, quando cursamos a disciplina do professor Rodrigo Patto; ajudou-me com a formatação do texto de qualificação e, agora, com as normas de formatação da dissertação.

Por fim, quero agradecer ao professor Danival Roberto Alves, quem me apresentou a Nelson Werneck Sodré. Foi em uma de nossas conversas que ele me sugeriu a leitura de *A Ideologia do Colonialismo*, de Sodré. A partir de então, fui tomado pela curiosidade e vontade de descobrir o que havia nesse autor que tanto cativara o homem por quem tenho tanto respeito e admiração. Danival, esse trabalho tem um tanto de nossas conversas. Outras coisas, que descobri ao longo do trabalho, espero que possamos discutir ainda.

MORAIS, Rodrigo de Paula. Nelson Werneck Sodré: história e utopia nos tempos do ISEB. Um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955-1964. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, São Paulo, 2015.

Resumo

A presente pesquisa pretendeu compreender a participação de Nelson Werneck Sodré nos debates políticos no Brasil acerca do desenvolvimento nacional, entre as décadas de 1950-60. Para tanto, analisou as obras que o escritor publicou durante os anos em que foi membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (1955-1964). Na análise das obras produzidas pelo autor no referido período, buscou-se observar a imbricada relação estabelecida entre as narrativas históricas produzidas e as expectativas políticas do autor, uma vez que ele fez de sua narrativa o lugar por excelência das disputas políticas que travou. Tratou-se, portanto, de recuperar as obras de Sodré a partir da perspectiva de seu engajamento político e das opções políticas e projetos acerca do desenvolvimento nacional. Seu trabalho, nesse sentido, foi o de elaborar uma narrativa de passado que justificasse o diagnóstico dos problemas que identificou no presente, com vistas a defender sua expectativa quanto ao futuro – a união das classes sociais brasileiras para a concretização da Revolução Brasileira.

Palavras-chave: Nelson Werneck Sodré, ISEB, história, narrativa, Revolução Brasileira.

MORAIS, Rodrigo de Paula. Nelson Werneck Sodré: história e utopia nos tempos do ISEB. Um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955-1964. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, São Paulo, 2015.

Abstract

This research sought to understand the participation of Nelson Werneck Sodré in political debates in Brazil about national development, between the decades of 1950-60. To this end, we analyzed the works which the author published during the years he was a member of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (1955-1964). In the analysis of works produced by the author in this period, we tried to observe the intertwined relationship established between the historical narratives produced and the author's political expectations, since he made his narrative the place par excellence of the political disputes that crashed. It was, therefore, to recover the works of Sodré from the perspective of his political engagement and choices about policies and projects of national development. His work in this regard was to develop a narrative of the past to justify the diagnosis of the problems identified in the present, in order to defend their expectations about the future - the union of Brazilian social classes to achieve the Brazilian Revolution.

Key words: Nelson Werneck Sodré, ISEB, history, narrative, Brazilian Revolution.

Lista de siglas

ESG – Escola Superior de Guerra

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

PCB – Partido Comunista Brasileiro

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 – A trajetória das classes sociais no Brasil	29
Capítulo 2 – A narrativa do passado como resposta aos problemas do presente	58
Capítulo 3 – A ideologia na crítica à ideologia	90
Capítulo 4 – O Povo na Revolução Brasileira	109
Considerações finais	135
Bibliografia	137

Introdução

Há um recente e crescente interesse na produção de Nelson Werneck Sodré. Esse interesse é expreso, principalmente, pelos diversos trabalhos publicados que revisitam a vasta obra do autor, que totaliza 56 livros e perto de três mil artigos. Isso sem levar em consideração as várias reedições de muitas dessas obras. Os temas e as abordagens em torno da produção de Sodré são as mais variadas, afinal, trata-se de um homem que vivenciou e refletiu acerca das grandes transformações do século XX. Intelectual ativo e produtivo foi incansável na análise dos problemas que identificou no que chamava de realidade brasileira. Mais do que isso, procurou em sua obra apontar caminhos que pudessem levar à superação de tais problemas. Entre os problemas identificados, alguns foram insistentemente tratados pelo autor, tais como a presença do imperialismo estadunidense interessado no desmonte da Nação e sua associação com setores das elites agrárias brasileiras que representavam, segundo Sodré, o que havia de mais arcaico na estrutura política, econômica e social no Brasil.

O interesse por Sodré parece crescer por se tratar de autor que continua atual. Por mais que muitos daqueles que se debruçaram e ainda se debruçam sobre sua obra não concordem com os caminhos por ele apontados, os problemas que enunciou estão presentes e continuam como questões a serem enfrentadas. Talvez a primeira discordância resulte da opção teórica do autor, pautada por uma leitura marxista da formação histórica brasileira. Ainda, há críticas quanto ao projeto político proposto por Sodré, de uma revolução democrático burguesa no Brasil. Para ele, havia condições objetivas que apontavam a união entre a “burguesia nacional” e a “classe operária” na luta contra as forças que obstaculizavam a real independência do Brasil – o imperialismo e o latifúndio. Somente a partir dessa união, segundo Sodré, seria possível completar a chamada Revolução Brasileira e superar os entraves à democracia e ao desenvolvimento.

Se o caminho apontado por Sodré, atualmente, mostra-se ainda mais distante do que em seu tempo – uma vez que sua previsão de união entre burguesia e proletariado não se concretizou – as questões que enfrentou, continuam a desafiar aqueles que lutam por um País

mais justo. São os desafios de construir a defesa da democracia, para além do importante ato do voto; a defesa dos interesses nacionais em meio à complexidade das relações e dos compromissos internacionais.

Grande parte desses trabalhos, que se propõe a discutir o legado desse autor, dedica-se em especial às obras publicadas a partir dos anos de 1950. Essas obras de Sodré podem ser consideradas as mais significativas para aqueles que buscam se inserir, por meio da produção escrita do autor, no debate acerca do desenvolvimento brasileiro que se travava naquele período. Em relação à produção de Sodré, especificamente, foi a partir da década de 1950 que apareceu de forma explícita o referencial marxista em sua produção escrita. Assim, alguns trabalhos procuraram resgatar a obra de Sodré por sua importância na própria trajetória da historiografia marxista brasileira - pelas teses que formulou para a superação dos problemas brasileiros que identificou, pela forma peculiar como enredou, em sua narrativa, passado e presente em um projeto de futuro.

A retomada dos estudos sobre a obra de Sodré toma também o aspecto de superação de um ranço que pesa sobre o autor. Quando se fala em ranço, trata-se, entre outras, de questões relacionadas à ideia do feudalismo no Brasil. Pela defesa de tal tese, Sodré foi desqualificado pelo meio acadêmico e muitas de suas obras, salvo algumas exceções como *História da imprensa no Brasil* e *História militar do Brasil*, deixaram de ser lidas, consideradas e debatidas, sobretudo nos cursos de História. Contudo, é importante ressaltar que até a década de 1960, a obra de Sodré era considerada referência obrigatória entre os intelectuais de esquerda no Brasil.

Marcos Silva, organizador do livro *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*, lista uma série de intelectuais que promoveram severas críticas à obra de Sodré, principalmente a partir da década de 1970¹. Resumidamente, o descrédito em relação à obra de Sodré ocorreu em um contexto de revisão e de crítica à historiografia marxista brasileira – em que a insistência do autor na defesa do feudalismo no Brasil lhe rendeu o isolamento do meio acadêmico. Silva afirma que apesar de Sodré continuar “a ser uma referência para muitos campos temáticos de pesquisa universitária (imprensa, militares, literatura) englobando diferenças críticas, [...] a tendência ao silêncio sobre esse trabalho sugere que seu autor foi

¹ Marcos Silva cita trabalhos de autores como Maria Sylvia Carvalho Franco, Carlos Guilherme Mota, Giselda Mota, Caio Navarro de Toledo. SILVA, Marcos. Diante do imediato. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

excluído de qualquer horizonte historiográfico”². Uma dupla marginalização: negado como intelectual pela academia; excluído pelos militares por sua opção pelo comunismo.

Interessante perceber que nessa preocupação mais recente em discutir a produção de Sodré, aquele antigo ranço, quando não foi deixado de lado, parece ter sido problematizado e colocado sobre outros focos. É possível perceber ao menos três grandes veios de análise que propõem uma leitura renovada sobre a obra de Sodré. Um desses veios se refere aos trabalhos que procuram explorar a aproximação do autor com o marxismo e a maneira pela qual utilizou esse referencial teórico em suas obras³. Uma segunda linha forte na análise das obras de Sodré foca questões relacionadas ao engajamento político do autor, sua participação no ISEB, a questão do nacionalismo e de um projeto para o Brasil⁴. Uma terceira linha pode ser pensada a partir dos trabalhos que recuperam a preocupação do autor com o ensino de história e a própria historiografia⁵.

² Ibidem, p. 11.

³ Na obra *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*: “Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático” de João Quartim de Moraes; “O Marxismo de Nelson Werneck Sodré” de Jorge Grespan. Na obra *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*, organizada por Paulo Ribeiro da Cunha e por Fátima Cabral: “O conceito de ‘modo de produção’ em Nelson Werneck Sodré” de Jorge Grespan; “Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema” de Marcos Del Roio; “A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico” de Maria de Annuniação Madureira. Do autor Paulo Ribeiro da Cunha a obra *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré* e o artigo *Ortodoxia e coerência de um general (bom) de briga(da)*.

⁴ Na obra *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*: “Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré” de Caio Navarro de Toledo; “Nelson Werneck Sodré e o povo” de Sérgio Alves de Souza; “Análise Política em Nelson Werneck Sodré” de Rui Sá Silva Barros; “O povo segundo Nelson Werneck Sodré” de José Carlos Barreiro. Na obra *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*: “Militares e democracia” de Luís de Alencar Araripe; “Nelson Werneck Sodré, os militares e a questão democrática: algumas questões e uma problemática” de Paulo Ribeiro da Cunha; “A ‘herança colonial’ e as lições de história em Nelson Werneck Sodré” de Lígia Osório Silva; “Sodré, Caio Prado e a luta pela terra” de João Quartim de Moraes; “A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950” de Virgílio Roma de Oliveira Filho. A obra *ISEB: fábrica de ideologias* de Caio Navarro de Toledo. Também o artigo “A história engajada de Nelson Werneck Sodré” de Lígia Osório Silva, publicado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

⁵ Na obra *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*: “Nelson Werneck Sodré e o projeto da história nova do Brasil” de João Alberto da Costa Pinto; “Nelson Werneck Sodré e a invenção da ‘literatura colonial brasileira’” de Joaci Pereira Furtado; “Nelson Werneck Sodré: apontamentos para uma (re)leitura e uma vocação” de Paulo Ribeiro da Cunha; “Nelson Werneck Sodré e a formação do profissional de história” de Maria Christina Thomé. Na obra *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*: “Werneck Sodré, História Nova: contribuição pioneira ao ensino de História do Brasil” de Sueli Guadalupe de Lima Mendonça; “A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil” de João Alberto da Costa Pinto.

A primeira linha forte de análise acerca da obra de Sodré pode ser pensada como aqueles trabalhos que resgatam a influência do marxismo em sua produção. Daí, em muitos desses trabalhos retorna a polêmica questão que marcou a produção do autor: a presença do feudalismo no Brasil. Segundo, Jorge Grespan a adoção do conceito de “modo de produção” na obra de Sodré aparece explicitamente em *Formação Histórica do Brasil*, de 1962. E é nessa obra que Sodré defende a existência do feudalismo, tanto em Portugal à época da colonização, quanto no Brasil pós-independência. Uma posição diferente daquela que aparece em uma obra anterior, *Formação da Sociedade Brasileira*, de 1944, em que defendia um feudalismo fraco em Portugal e negava a existência da experiência feudal no Brasil. Para Grespan, a mudança é significativa e para ser compreendida é preciso levar em consideração a posição política do autor e sua inserção nos debates de seu tempo, pois “tratava-se de estabelecer qual a trajetória política mais apropriada para chegar aos objetivos revolucionários: apoiar o desenvolvimento capitalista e a consequente destruição dos resquícios de formações sociais anteriores ou, por outro lado, uma via mais imediata de transição ao socialismo”⁶. Nesse sentido, a utilização do conceito de modo de produção, tinha como objetivo promover uma leitura da realidade a mais adequada possível para escolher o caminho da ação política. E a presença do resquício feudal no Brasil era indicativa do tipo de ação defendida pelo autor: a Revolução Brasileira. Grespan, de maneira bastante ponderada, depois de afirmar que pessoalmente discorda de Sodré em relação à questão do feudalismo no Brasil, defende que a leitura de Sodré não deve ficar encerrada por uma ideia polêmica. E que são justamente as ambivalências e as distintas matrizes teóricas presentes em seus trabalhos, como também na definição que propôs sobre o feudalismo no Brasil, que justificam os estudos sobre a obra de Sodré.

Um segundo veio de análise, no qual se insere o presente trabalho, refere-se àqueles que recuperam as obras de Sodré a partir da perspectiva do engajamento político do autor, amarrando as obras que produziu às opções políticas e projetos que defendeu. Grande parte desses trabalhos está relacionada aos anos em que Sodré atuou como membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Segundo vários de seus estudiosos, a influência da teoria marxista na obra autor é evidenciada a partir desse período. Da mesma forma, seus intérpretes concordam que foi durante os anos no ISEB que Sodré deu forma ao

⁶ GRESPAN, Jorge. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 137.

pensamento que continuou a defender nas obras que publicou a partir de então: uma proposta nacionalista de desenvolvimento e a necessidade da participação popular na vida política. Apesar das críticas relacionadas, principalmente, à ideia da existência de uma burguesia nacional que se colocaria ao lado da classe trabalhadora na defesa de um projeto nacionalista de desenvolvimento, muitos intérpretes também defendem a atualidade desse debate. Ou seja, de que por mais que muitas de suas teses tenham sido refutadas pela própria história, continuam atuais algumas questões que eram centrais para o autor, tais como: a construção da cidadania, a defesa da democracia e da união em torno de demandas genuinamente nacionais. E esse legado é apontado por vários estudiosos como uma das grandes contribuições de Sodré. Segundo Oliveira

No panorama atual – que registra o avanço da sociedade civil, precisando enfrentar uma gama de problemas sociais que se somam às pressões derivadas de uma ausência de soberania e à destruição do capital nacional, ora em curso – cabe reconhecer o acerto das propostas de Werneck Sodré na defesa de uma ampla aliança de classe e de um contrato social de base democrática.⁷

Uma terceira linha forte pode ser pensada, tal como mencionado, a partir dos trabalhos que recuperam a preocupação de Sodré com o ensino de história e com a historiografia. Dentre os diversos temas e problemas que estudou, o autor sempre teve a reflexão historiográfica como algo fundamental. No início da década de 1960, com a participação e orientação de Sodré, teve início um projeto de reformulação do ensino de história que ficou conhecido como “História Nova”. O projeto envolveu alunos e professores em um trabalho coletivo de pesquisa e produção de um material didático diferente daqueles até então adotados nas escolas brasileiras. O objetivo era renovar o ensino de história a partir de uma perspectiva crítica, uma vez que os materiais até então, segundo o grupo da História Nova, estavam pautados por uma visão tradicional que privilegiava a memorização de fatos e de nomes sem qualquer ligação com o presente e incapazes, portanto, de ajudar na leitura da realidade. Assim, o projeto da História Nova tinha “o propósito de uma construção

⁷ OLIVEIRA, Filho Virgílio Roma. A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena.** 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 262.

interpretativa popular da História do Brasil (através de livros didáticos para o ensino fundamental), que se queria original e libertária para os destinos do povo brasileiro.”⁸. A renovação do ensino de história era parte da preocupação de Sodré de promover uma leitura da história em que o povo brasileiro se tornasse a personagem principal. Dotar a história de um sentido político, que resultasse no engajamento das camadas populares, era uma das armas de Sodré na defesa daquilo que considerava a maior demanda de sua época, a Revolução Brasileira.

Nessa pequena recuperação e proposta de pensar os trabalhos mais recentes que têm como preocupação a produção, as contribuições e os limites presentes nas obras de Sodré, o que se chamou de linhas fortes, ou veios de leitura, ao que parece, mais se entrecruzam do que se separam. Ao pensar a produção de Sodré deve-se levar em conta o referencial marxista que tanto marcou sua escrita, o arcabouço teórico que fundamentou a perspectiva de análise. Ao mesmo tempo, essa produção foi a forma como se engajou na disputa pelo político, ou, talvez a sua principal arma. Assim como sua produção foi marcada pelo objetivo de convencer e de mobilizar o leitor numa perspectiva que se pode chamar de cultural-pedagógica, com vistas a colocar em prática o projeto de sociedade que tanto defendeu. No todo, o resgate do conjunto da produção de Sodré tem quebrado aquele silêncio e escárnio que tanto pesou sobre o autor e suas obras. O tom das análises e das revisitas ao conjunto de sua produção demonstram antes o respeito e a admiração pela vastidão de sua obra, pelo esforço de pesquisa empreendido, pela coerência com que defendeu suas teses, por ter sido um intelectual importante na construção da própria historiografia brasileira.

Nelson Werneck Sodré foi um intelectual brasileiro que teve uma trajetória de vida bastante interessante e uma vasta produção, tal como mencionado anteriormente. Nasceu em 1911, no Rio de Janeiro, em uma família de classe média. Sem condições de custear os estudos, ingressou no Colégio Militar e depois na Escola Militar do Realengo. Formado aspirante a oficial em 1934, seguiu a carreira militar, chegando à patente de general de brigada. Para muitos, como Sodré, que não tinham condições de financiar os estudos, a carreira de oficial

⁸ PINTO, João Alberto da Costa. Nelson Werneck Sodré e o projeto da história nova do Brasil. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001. p. 55.

militar garantia a formação superior, soldo regular e a patente que significava respeito e distinção social.

Paralelamente à carreira militar, o gosto pela literatura, pela história e pela política o manteve constantemente escrevendo artigos para jornais e desenvolvendo estudos e pesquisas que resultaram na publicação de diversas obras. A produção constante, de artigos e de livros, persistiu até os últimos anos da vida do autor. Por um breve período pode conciliar a carreira militar com a docência no Exército. Em 1950 chegou a atuar como docente na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, lecionando o curso de História Militar⁹.

Contudo, sua trajetória política, cada vez mais à esquerda, resultou em uma série de conflitos com o comando das Forças Armadas. E foi a postura do intelectual, influenciado pelo marxismo e que ingressara no Partido Comunista Brasileiro (PCB) ainda em meados da década de 1940, que selou seu destino no interior do Exército. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, ocorreu uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Dessa aproximação nasceu a Escola Superior de Guerra (ESG), responsável pelo treinamento de civis e de militares segundo a perspectiva da doutrina de segurança nacional. A ESG foi responsável por difundir a ideia de que era necessário promover o combate ao comunismo no Brasil e de um alinhamento político-militar automático com os Estados Unidos. Quando teve início a Guerra da Coreia, oficiais de alta patente no Brasil, muitos deles ligados à ESG, defenderam o envio de tropas brasileiras para o conflito, num esforço conjunto às tropas estadunidenses. A diretoria do Clube Militar, da qual fazia parte Sodré, posicionou-se contra o envio de soldados brasileiros para o conflito. Na ocasião, a *Revista do Clube Militar* publicou um artigo intitulado “Considerações sobre a Guerra da Coreia”, “em que historia as intervenções dos Estados Unidos no Oriente, entre as quais incluía o que qualificava de agressão norte-americana contra a Coreia do Norte.”¹⁰. O artigo publicado na revista foi recebido pela imprensa como uma declaração de que o comunismo havia tomado a diretoria do Clube Militar. A participação de Sodré na redação do artigo lhe rendeu uma punição – foi enviado para a cidade de Cruz Alta,

⁹ Essa trajetória de Sodré está descrita na obra *Um olhar à esquerda* de Paulo Ribeiro da Cunha. O próprio Sodré registrou sua relação com a produção escrita e seu gosto pela literatura, história e política em *Memórias de um escritor*, obra publicada pela editora Civilização Brasileira, em 1970.

¹⁰ ARARIPE, Luís de Alencar. Militares e democracia. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 71.

na serra gaúcha em fins do ano de 1950. Somente em 1955 conseguiu retornar ao Rio de Janeiro, onde passou a ocupar funções burocráticas de pequena relevância até ser reformado em 1962.

O presente trabalho promove a análise da produção de Nelson Werneck Sodré, no período de 1955 a 1964 – coincidente com o retorno do intelectual ao Rio de Janeiro, quando ajudou a criar e participou ativamente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). As obras publicadas no período e selecionadas para análise são: *As Classes Sociais no Brasil* (1957), *Tratado de Methuen* (1957), *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* (1959), *A Ideologia do Colonialismo* (1961), *Formação Histórica do Brasil* (1962), *Quem é o povo no Brasil?* (1962). Importa nesse recorte o fato de as obras aí publicadas revelarem o caminho percorrido pelo intelectual na definição de conceitos e de teses que utilizou e defendeu a partir de então, tais como: do feudalismo em Portugal e da persistência de relações feudais e semifeudais no Brasil; do caráter dependente da economia brasileira e sua necessária superação; da perpetuação de uma estrutura agrária arcaica que exigia modernização; da necessidade de organização dos setores nacionalistas para concluir a Revolução Brasileira. Foi por meio da produção intelectual que se posicionou politicamente dentro do ISEB, em diálogo e em discordância com outros companheiros. E foi também por meio da publicação dessas obras que dialogou com as questões acima referidas, defendendo suas teses, fazendo da escrita ato de disputa política.

A análise das obras que Sodré publicou nos anos do ISEB revelou que sua narrativa acerca do passado estava condicionada pelos problemas que identificou em seu tempo. Uma narrativa da história que se alterou devido à identificação de novos problemas no presente. Portanto, por serem reveladoras da trajetória do autor no que diz respeito aos problemas que identificou e às disputas políticas que empreendeu, as obras serão analisadas considerando sua sequência diacrônica. Promover-se-á um diálogo entre as obras, no sentido em que revelam a trajetória do autor ao longo do período analisado; e promover-se-á um diálogo das obras para dentro e para fora do ISEB, na medida em que foram produzidas como respostas do autor aos problemas que identificou dentro e fora do ISEB. Assim, através da análise diacrônica das obras, procurar-se-á compreender como o autor modificou o conteúdo de sua narrativa do passado para atender às demandas de novos problemas identificados no presente.

O projeto de uma instituição capaz de pensar diretrizes para o desenvolvimento do Brasil remonta ao governo de Getúlio Vargas (1950-54). O Decreto nº 57.608, que criou o ISEB, foi assinado pelo presidente João Café Filho em 14 de Julho de 1955. A instituição, contudo, ganhou força durante o governo de Juscelino Kubitschek quando conseguiu um prédio próprio e verbas para o desenvolvimento de suas atividades. Para o governo de Juscelino Kubitschek, o Instituto cumpriria a missão de pensar o desenvolvimento do Brasil, assessorando sua política econômica definida pelo Plano de Metas. Antes mesmo do fim desse governo, os intelectuais ligados ao ISEB faziam duras críticas à política desenvolvimentista que ele colocara em prática. Durante o governo de João Goulart a defesa dos isebianos às Reformas de Base selou o destino da Instituição. Assim que assumiram o poder, os militares, por meio do Decreto nº 53.884, em 13 de Abril de 1964, extinguiram o ISEB. Mas a essa altura, já não havia mais trabalhos sendo realizados na Instituição. Segundo Sodré o

ISEB fora, a 1º de abril, invadido e depredado por uma malta de desordeiros, organizada pelos órgãos policiais da Guanabara, recrutada no *lúmpen* da cidade. Nada ficou inteiro no edifício onde funcionara a instituição: as cadeiras e mesas foram quebradas, os quadros arrancados da parede e destruídos vidros e molduras, as poltronas foram esventradas, as gavetas atiradas ao chão, os papéis espalhados pelo jardim, a biblioteca teve seus livros rasgados e as estantes derrubadas.¹¹

Quando da criação do ISEB, um de seus objetivos era a formulação de uma ideologia capaz de desenvolver a consciência crítica da sociedade brasileira, que amparasse, do ponto de vista intelectual, o projeto de desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek. Alguns intelectuais ligados ao ISEB, como Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Alberto Guerreiro Ramos passaram a discutir o caráter dessa ideologia, distinguindo-a daquele sentido de ocultação da realidade e de expressão das classes dominantes. Nesse sentido, partiram da premissa de que a formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional devia “atentar para o fato de que ela seja simultaneamente representativa e autêntica; ou seja,

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978. p. 65.

de que deverá representar concretamente os interesses situacionais (atualmente convergentes) das diversas classes que compõem a formação social brasileira”¹².

Em vários aspectos o pensamento desenvolvido por Sodré se manteve distante do de seus companheiros no ISEB. Principalmente no tocante à questão do desenvolvimento de uma ideologia que fosse capaz de congrega a nação, o que Álvaro Vieira Pinto conceituou como “consciência autêntica”, ou “ideologia do desenvolvimento nacional”. Segundo esse pensamento, seria papel dos intelectuais organizar as representações da consciência das classes trabalhadoras, dando-lhes coerência.

Para Sodré, o trabalho de produção de uma “ideologia do desenvolvimento” não era justificável, pois continuaria a ser uma ideologia e, portanto, o reduto da falsificação e do engano, cuja função era legitimar e defender os interesses das classes dominantes. Assim, segundo Sodré “toda ideologia é justificatória por definição e, gerando-se de condições concretas e, portanto, sendo constituída *a posteriori*, pretende sempre apresentar-se como apriorística”¹³. O autor não se preocupa, tal como outros isebianos, em formular uma Teoria da Ideologia, ou com a urgência da constituição de uma ideologia do desenvolvimento. E nem poderia. Rigoroso com seus pressupostos teóricos do arcabouço marxista, afirma que uma ideologia não pode ser construída *a priori*, e que a consciência é determinada pela infraestrutura da sociedade.

Isso não quer dizer que Sodré não compartilhasse de muitas das teses defendidas no interior do grupo que constituía o ISEB. Segundo Caio Navarro de Toledo, apesar das divergências com relação aos termos e conceitos utilizados:

não se poderá, porém, concluir daí que haja antagonismos ou divergências profundas entre as posições defendidas por N. W. Sodré e as dos demais autores. Se diferenças existem do ponto de vista das premissas ou da inspiração filosófica, no plano da prática política a identidade de perspectivas é nítida. Será a defesa da posição nacionalista, no final das contas, o sólido ponto de convergência entre todos os isebianos [...]. Isto também não implica, como veremos, que não haja discordância quanto à compreensão de natureza, limites e

¹² TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1978. p. 42.

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. p. 98.

possibilidades do nacionalismo no interior da transformação social brasileira na década de 50 e no início dos anos 60.¹⁴

Sodré participou ativamente da formulação do ISEB, na década de 1950, onde trabalhou com os temas de história do Brasil, ministrando cursos, palestras, além da publicação de diversos trabalhos tais como *As Classes Sociais no Brasil*, *Tratado de Methuen*, *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* e *A Ideologia do Colonialismo*, que foram impressas com recursos provenientes do ISEB. O trabalho realizado pelo ISEB era

destinado a formar as elites brasileiras, era oferecida uma visão ampla e coerente do Brasil, de sua história, do caráter semicolonial do período que se segue à independência política, e do início da Revolução Nacional Brasileira, que começa com a Revolução de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, e sob a égide da industrialização substitutiva de importações¹⁵

Contudo, não foram apenas os membros da elite brasileira que frequentaram os cursos e palestras ministrados pelo ISEB. Também participaram oficiais das Forças Armadas, membros do Conselho de Segurança de Nacional, ministros, empresários, lideranças sindicais, parlamentares, professores, estudantes universitários e funcionários públicos¹⁶.

Tomando as obras de Sodré selecionadas para essa dissertação na diacronia, no primeiro capítulo analisa-se *As Classes Sociais no Brasil*. Parte-se aqui, da ideia de que essa obra apresenta um caráter modelar em relação a outras obras produzidas pelo autor no período em que esteve no ISEB. Isso quer dizer que a forma de compor a narrativa de *As Classes Sociais no Brasil* (1957) está presente na narrativa de outras obras do autor – tal como nas duas primeiras partes de *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* (1959), em *Formação Histórica do Brasil* (1962) e em *Quem é o Povo no Brasil?* (1962). Em todas essas obras de Sodré, percebe-se uma determinada ordem do tempo, ou seja, uma determinada

¹⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1978. p. 102.

¹⁵ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2004. p.7. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1891/TD137.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jul. 2014.

¹⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1978. p. 186.

forma do autor promover uma urdidura entre passado, presente e futuro. Essa narrativa é construída pelo autor da seguinte maneira: inicia com a análise do passado, que permite a ele justificar o diagnóstico dos problemas que identifica no presente; a partir desse diagnóstico aponta perspectivas de ações, com vistas à superação dos problemas e à construção de um futuro possível. Assim, a operação narrativa realizada por Sodré em *As Classes Sociais no Brasil* é modelar, no sentido em que a forma de estruturar de sua narrativa foi repetida pelo autor nas demais obras que produziu ao longo do período em que esteve no ISEB.

Percebe-se que Sodré estabelece em sua produção e vinculação ao ISEB um espaço de disputa política. Como intelectual, seu engajamento e contribuição para a solução dos problemas políticos e sociais que identificou em seu tempo se materializavam na produção de obras através das quais vislumbrava a perspectiva de mobilizar a sociedade brasileira para a transformação da realidade.

Ao tratar da obra de Oliveira Vianna, a autora Maria Stella Bresciani chamou a atenção para o fato de que tanto Vianna quanto seus críticos, no que se pode incluir Sodré, “escreveram seus trabalhos como instrumento de luta e base de projetos delineados com anterioridade ao próprio texto escrito. Daí, nesses trabalhos, o ponto de partida já conter o ponto de chegada.”¹⁷. Ou seja, há um conteúdo político nessas narrativas que define, a priori, não só o lugar da escrita e do intelectual, como o resultado da própria produção. Em Sodré, percebe-se que a narrativa acerca do passado foi pré-determinada por sua expectativa política quanto ao futuro – a concretização da Revolução Brasileira. As alterações na narrativa sobre o passado do Brasil, que o autor opera entre uma e outra obra publicada ao longo dos anos do ISEB, estão relacionadas a novos problemas que identifica no presente. Estes, contudo, não alteraram sua perspectiva política quanto ao futuro.

Em *As Classes Sociais no Brasil*, percebe-se a preocupação do autor em demonstrar como a formação das classes sociais brasileiras condicionou, ou por que não, determinou a condição de subalternidade do Brasil no quadro das relações internacionais. Mais do que isso, apreende-se a intenção do autor de romper com o pessimismo que afetava o pensamento brasileiro, segundo ele, fruto da herança colonial. Para Sodré, através da análise do passado

¹⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p.16.

foi possível identificar a existência de classes sociais no Brasil comprometidas com a superação daquilo que chamou de “entraves” ao desenvolvimento nacional.

A análise das obras na diacronia permite demonstrar que algumas das teses e das lacunas presentes na narrativa de *As Classes Sociais no Brasil* foram, posteriormente, alteradas e preenchidas por Sodré em obras posteriores. Na obra em questão, Sodré nega a existência de relações feudais no Brasil. Essa posição foi radicalmente alterada em *Formação Histórica do Brasil* e o sentido dessa alteração é tratado no primeiro capítulo. Procurar-se-á demonstrar que essa alteração de sentido na narrativa do autor corresponde a uma mudança na sua experiência acerca do presente.

As lacunas deixadas por Sodré em *As Classes Sociais no Brasil* e a imprecisão de alguns conceitos utilizados por ele nessa obra, tais como “capitalismo colonial” e o tratamento como sinônimos “escravidão” e “trabalho servil” são reveladores da trajetória do autor. A mudança na narrativa de Brasil de uma para outra obra demonstra não apenas maior rigor no uso de conceitos, conquanto que, revela a mudança na identificação dos problemas de seu tempo. Assim, mais uma vez, o trabalho diacrônico com as obras selecionadas permite, ao acompanhar o processo de lapidação dos conceitos na narrativa de Sodré, vislumbrar os embates políticos que o autor travou dentro e fora do ISEB.

Para o segundo capítulo, foram selecionadas três obras de Sodré: *Tratado de Methuen* (1957), *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* (1959). A reunião delas em um mesmo capítulo é justificada pelo fato de que constituem a forma como o autor se posicionou em relação às questões políticas de seu tempo. Mais especificamente, o autor dialoga estreitamente nessas obras com a questão de como promover o desenvolvimento econômico nacional.

O *Tratado de Methuen* foi publicado pelo ISEB em 1957 e pertence – assim como *As Classes Sociais no Brasil* e *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* – à coleção intitulada “Textos de Formação Histórica do Brasil”. Nessa obra o autor procura demonstrar a relação entre o *Tratado de Methuen* e a tradicional versão da história que atribuiu ao acordo a dependência lusa em relação aos ingleses. Com isso, o autor promoveu não só a crítica à versão tradicional, como procurou demonstrar as bases sobre as quais se organiza a industrialização e até que ponto os acordos internacionais podem prejudicar o desenvolvimento de um país.

Ou seja, Sodré busca na história as formas de compreender e de interpretar a posição que o Brasil ocupava no quadro geopolítico internacional em que pesava, dentro das concepções do autor, o imperialismo estadunidense. Portanto, a escolha do tema, a subordinação de Portugal aos interesses econômicos da Inglaterra, encontra seu correspondente nos tempos de Sodré. Dentro do ISEB, e sem poder criticar diretamente a política externa brasileira, o autor se utilizou do caso histórico como metáfora da subordinação do Brasil aos interesses econômicos dos Estados Unidos durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Introdução à Revolução Brasileira, publicada pela editora José Olympio, em 1958, reproduz *As Classes Sociais no Brasil* acrescentando uma última e importante frase, em que nomeia o processo descrito de união dos setores nacionalistas como o processo da “Revolução Brasileira”. É fundamental esse fato, pois a defesa da “Revolução Brasileira” norteou os esforços intelectuais e políticos de Sodré. Nessa obra, antecipa trabalhos que foram amadurecidos posteriormente. Como o livro, ao que se pode inferir, surgiu da reunião de artigos e trabalhos ainda inconclusos, não tem uma organicidade. Com exceção das duas primeiras partes – que podem ser pensadas como complementares entre si – as três últimas partes que constituem a obra podem ser pensadas separadamente, ainda que os títulos de cada uma das partes comece com a palavra “evolução”: “Evolução da Sociedade – As Classes Sociais no Brasil”; “Evolução da Economia – Formação da Economia Nacional”; “Evolução da Cultura – Elaboração da Cultura Nacional”; “Evolução Militar – Formação do Exército Nacional”; “Evolução Racial – A Miscigenação e a Sociedade”. Algumas das ideias presentes na obra sofreram alterações, como a análise da formação das classes sociais e da economia nacional, retomadas e revistas em *Formação Histórica do Brasil* (1962). De maneira breve, aparece em “Evolução da Cultura”, um esboço da sua tese de transplantação cultural que foi, posteriormente, objeto de extensa análise em *A ideologia do colonialismo* (1961), a qual será tratada no terceiro capítulo. Se, por um lado, as três últimas partes da obra podem ser lidas e pensadas separadamente, por outro, há algo que une e confere sentido às duas primeiras partes. Trata-se da tentativa do autor de demonstrar que a sociedade brasileira estava preparada para levar a cabo o processo que chamou de “Revolução Brasileira”.

Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro, de 1959, é a terceira brochura da coleção “Textos de Formação Histórica do Brasil”, publicada pelo ISEB. Nela, Sodré divide a gestação do nacionalismo brasileiro em três fases: a da Independência, a da República e a da Revolução

Brasileira. É interessante que a palavra nacionalismo só apareça na terceira parte, ou seja, na fase da Revolução Brasileira e já nas últimas páginas do trabalho. Aqui o autor tece a relação entre as classes sociais no Brasil, sua consciência ou inconsciência, e o nacionalismo, que aparece como possibilidade de libertação. O estilo textual desse trabalho assemelha-se ao de um manifesto. Ao defender o nacionalismo como libertário, popular e democrático não o pensa como “ideologia”, tal como seus colegas do ISEB. Apresenta-o como concreto e não teórico, oriundo de uma realidade prática e histórica. Segundo Sodré:

O Nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real difícil, cujos sintomas ocorrem na existência cotidiana. Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas – não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria mas da prática. É uma solução espontânea, e esta aparece como das suas limitações e traduz a dificuldade em assumir formas organizadas de luta política.¹⁸

No terceiro capítulo, a análise de *A Ideologia do Colonialismo* remete à resposta de Sodré para um debate realizado dentro do ISEB. Publicada em 1961, a obra reúne uma série de estudos em que o autor mostra a influência do pensamento colonial entre intelectuais brasileiros ao longo do tempo. Segundo o autor, o Brasil experimentava em meados da década de 1950 a permanência dos traços de uma estrutura econômica herdada do período colonial. Essa herança colonial moldava também a produção intelectual e era identificável, segundo o autor, nas obras de diversos escritores brasileiros ao longo da história. As produções de Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha são analisadas por Sodré a partir das contribuições e limites de cada um desses autores ao pensar a sociedade brasileira. Segundo o autor, os limites foram impostos a esses autores pelo ambiente intelectual em que cada um deles produziu, ou seja, pelas referências teóricas de que dispunham para pensar os problemas sociais brasileiros, em que pesava a herança colonial. Para Sodré, esses autores foram limitados pela “ciência de seu tempo” e reproduziram o olhar do outro, do colonizador, sobre o Brasil. Segundo Sodré, não havia condições intelectuais no Brasil para

¹⁸ Sodré, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p.36.

que esses autores escapassem ao que chamou de “ideologia do colonialismo”. Sodré definiu a “ideologia do colonialismo” como sendo

o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles.¹⁹

O mesmo, segundo Sodré, não ocorre ao analisar a obra de Oliveira Vianna. Para Sodré, esse autor “realizou uma opção deliberada” de difundir a “ideologia do colonialismo”, pois se valia de teorias que tinha condições de refutar, tais como a da superioridade racial, climática e geográfica. Teorias que, no fim das contas, destinavam-se a manter o Brasil em um quadro de subalternidade. Na teoria de Oliveira Vianna, segundo Sodré, havia ainda o objetivo de justificar a dominação da classe dos proprietários rurais no Brasil, a única que se aproximava dos modelos de superioridade criados e difundidos pelas “nações do ocidente europeu”.

Trata-se, portanto, nesse terceiro capítulo de compreender como *A Ideologia do Colonialismo* se constitui em uma resposta de Sodré a uma questão tão cara aos isebianos, a formulação de uma “ideologia do desenvolvimento”. Sodré nega a possibilidade de que uma ideologia possa cumprir um papel que não o de falsear a realidade e de servir às classes dominantes da época.

No quarto capítulo promove-se a análise de duas obras *Formação Histórica do Brasil* e *Quem é o Povo no Brasil?*. A primeira, publicada em 1962, pela editora Brasiliense, trata-se de uma obra densa em que o autor enumerou cuidadosamente suas fontes e traçou o perfil do desenvolvimento histórico do Brasil, de colônia de Portugal culminando com a análise da situação do país na década de 1960. Nesta obra, Sodré preencheu lacunas deixadas por ele nas obras que publicou ao longo do tempo no ISEB, especialmente em *As Classes Sociais no Brasil* e em *Introdução à Revolução Brasileira*. Há em *Formação Histórica do Brasil* uma redefinição do

¹⁹ Id. **A Ideologia do Colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. p.99.

papel da classe mercantil portuguesa – já não mais aparece a noção de burguesia para nomear esse grupo – na montagem da empresa colonizadora no Brasil, da qual não assume a centralidade, tal como fora tratado o tema até então. O que implicou rever todo o quadro social português à época das grandes navegações e o papel do Estado português nesse processo. Dessa redefinição, surgiu a representação nova, de um país marcado pelas relações feudais e com uma nobreza territorial poderosa. A principal implicação dessa mudança foi quanto ao tipo de relação que se estabeleceu entre metrópole e colônia, e os desdobramentos disso para a colônia. Admitindo que Portugal era um Estado feudal, a colonização do Brasil não poderia ter se realizado como empresa capitalista. Por isso a preocupação de Sodré em demonstrar o predomínio do capital mercantil no Brasil, e não de relações capitalistas. Para Sodré, não se pode falar em capitalismo no período colonial, pois essas relações começam a aparecer no Brasil somente no século XIX. Daí no Brasil as relações feudais no campo, que aparecem com o declínio da mineração, configuram-se como um retrocesso histórico. Pois, ao invés da evolução econômica tradicional, do mercantilismo para o capitalismo, grandes áreas no Brasil experimentaram o que Sodré chamou de “regressão feudal”. Se Sodré foi acusado de determinismo histórico, sua visão de feudalismo no Brasil não corresponde a esse determinismo – oriundo de uma leitura marxista ortodoxa da sucessão dos modos de produção.

Uma atenção especial é dispensada à parte final do livro, intitulada Revolução, em que o autor retomou o processo histórico brasileiro, apontando as contradições internas e externas. Essa atenção justifica-se pelo fato de ficar claro nessa última parte da obra o projeto político de Sodré e sua aposta no potencial transformador da sociedade de sua época. Para isso, Sodré se esforçou por identificar as forças que comandavam o país e que eram contrárias a qualquer tipo de mudança. Chamou de contradições internas o conjunto de fatores que, no Brasil, eram responsáveis pela situação de atraso econômico e de exclusão política das camadas populares. As contradições externas eram, fundamentalmente, aquelas que condicionaram o Brasil a situação de dependência em relação ao capital estrangeiro, ou seja, a ação do imperialismo. Nesse ponto, avaliou o papel da “burguesia nacional” e do “proletariado” na superação desta condição. Para Sodré era necessário colocar em segundo plano a luta de classes, para unir os setores nacionalistas da burguesia e a classe trabalhadora na luta contra as forças internas – latifundiários e burguesia antinacional – e externas –

imperialismo estadunidense – que há muito haviam se unido e que impediam o desenvolvimento e a real independência do Brasil. Cabia a esses setores nacionalistas, segundo Sodré, completar a “Revolução Brasileira”.

Quem é o povo no Brasil?, publicado em 1962 pela editora Civilização Brasileira, é parte de um projeto de produzir uma série de manuais de bolso, intitulados “Cadernos do povo brasileiro”, que pudessem alcançar o maior número de pessoas, tanto pelo formato quanto pela linguagem de fácil apreensão. Impresso no verso do volume lê-se: “Os grandes problemas de nosso País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é informar. *Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se*”. Contudo, pela maneira como foi escrito por Sodré, *Quem é o povo no Brasil?*, parece ter um objetivo bem maior do que o de simplesmente informar. A estrutura textual assemelha-se também, tal como em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, a um verdadeiro manifesto, que conclama o “povo brasileiro” a “*emancipar-se*”. Nesse sentido, procura reforçar a proposta de união entre os setores nacionalistas, tal como em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* e em *Formação Histórica do Brasil*. Há, contudo, um aprofundamento do conceito de povo, que passa a ser definido com mais amplitude. Se em *Formação Histórica do Brasil* povo era encontrado apenas entre as classes sociais que viviam na cidade, agora a noção de povo alcança também o campesinato – alcança todas as classes sociais que estivessem dispostas a defender os valores nacionais e democráticos, independentemente de sua classe social. Assim desde a pequena à grande burguesia, quando nacionalista e democrática, ao campesinato e às classes trabalhadoras urbanas, todos são parte do povo brasileiro. E para Sodré “é este o povo que vai realizar a Revolução Brasileira”²⁰

²⁰ Id. *Quem é o povo no Brasil?*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962. p.60.

Capítulo 1 – A trajetória das classes sociais no Brasil

As teses defendidas por Nelson Werneck Sodré nos tempos em que esteve vinculado ao ISEB, assim como as disputas políticas que enfrentou, se deram em uma fase bastante peculiar da história do Brasil e do mundo. Trata-se de um período em que os governos dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas disputaram a hegemonia mundial. Nesse período, que se convencionou chamar de Guerra Fria, o mundo foi marcado pela agressiva rivalidade entre os defensores do bloco capitalista e os do bloco socialista, uma disputa que ocorreu em diversos campos: o teórico, o político, o cultural e o militar. Na ocasião, o governo brasileiro, alinhado ao bloco capitalista, ampliou sua aproximação política e econômica com o governo estadunidense. A tolerância para com aqueles que defendiam o socialismo no Brasil se tornou cada vez menor ao longo dos anos, tanto por parte do governo, quanto das Forças Armadas, quanto por boa parte da sociedade civil.

As ideias socialistas eram consideradas uma ameaça à ordem estabelecida, segundo o governo e o alto comando das Forças Armadas no Brasil. Por ser adepto às ideias socialistas, a produção de Sodré assumia grande radicalidade nesses tempos de Guerra Fria, principalmente porque além de intelectual era também um oficial do Exército. Mesmo não defendendo abertamente a implantação do modelo socialista no Brasil, pesou sobre ele o rótulo de comunista, de ameaça à ordem. Sim, Sodré acreditava no comunismo como um ideal a ser alcançado pela sociedade em seu desenvolvimento e era filiado ao Partido Comunista²¹. Nas obras que publicou durante os anos no ISEB, defendeu um processo de transformação na estrutura econômica brasileira que tinha como objetivo desenvolver e aprofundar as relações capitalistas, processo que chamou de “Revolução Brasileira”. Para Sodré, o aprofundamento dessas relações era uma etapa necessária no processo que poderia levar ao socialismo no Brasil. E, nem mesmo essa ideia, de aprofundar as relações capitalistas para, posteriormente,

²¹ A respeito da ligação de Sodré com o PCB conferir o artigo “Meu amigo Nelson Werneck Sodré” de Ivan Alves Filho. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 35.

organizar a sociedade em torno das ideias socialistas, foi expressa abertamente nas obras que produziu ao longo dos anos no ISEB. Ou seja, não há nenhuma passagem nessas obras que faça referência ao socialismo.

Sodré era um desses intelectuais que acreditou ser a narrativa histórica um instrumento privilegiado de disputa política, de análise da realidade, um instrumento de conscientização política com vistas à ação transformadora dessa realidade. Atuou nessa perspectiva, de fazer da produção intelectual espaço de disputa política, de educar para uma ação coletiva transformadora da realidade. Se as opções políticas e as teses defendidas por Sodré podem e devem ser objeto de crítica, isso não desqualifica seu incansável trabalho intelectual e luta por um Brasil com mais igualdade social e mais justo.

As obras que produziu no período em que fez parte do ISEB dialogam com os problemas que o autor identificava em seu tempo. Para Sodré era fundamental que o projeto de desenvolvimento econômico do Brasil se amparasse sobre o capital nacional – o que chamava de “bases nacionalistas” – e que o governo promovesse não só o incentivo à industrial nacional, mas também protegesse a produção dessa indústria por meio de barreiras alfandegárias. Outra questão importante consistia no enfrentamento e na superação das forças internas comprometidas com a manutenção de uma estrutura econômica, segundo Sodré, de tipo colonial. A esse respeito, realizou uma dura crítica à forma como se promoveu a abertura ao capital internacional, que permitiu a entrada das multinacionais no país durante o governo de Juscelino Kubitschek. Segundo Sodré, o plano de governo elaborado por um dos membros do ISEB, Roberto Campos, não enfrentava o verdadeiro entrave ao desenvolvimento: a existência de uma estrutura econômica de tipo colonial que servia aos interesses imperialistas. Para o Sodré, o Plano de Metas era falho, pois consistia em

[...] acelerar o ritmo do crescimento econômico sem tocar na estrutura, de sorte a alcançar determinados níveis, tidos como metas, meramente quantitativos, particularmente pelo ingresso maciço de capitais estrangeiros, que seriam cobertos de privilégios. Em essência, tratava-se de acelerar o crescimento da economia brasileira pela generalização e aprofundamento das relações capitalistas, segundo projeto

apriorístico, conciliando essa aceleração com os interesses do imperialismo e do latifúndio, mantida a estrutura agrária tradicional.²²

Para Sodré, desde o início da existência do ISEB havia uma cisão entre os seus membros. De um lado, aqueles partidários de promover o desenvolvimento do Brasil em associação ao capital estrangeiro e que resultaria, segundo do autor, em manutenção do caráter dependente da economia brasileira. De outro, os que defendiam o que chamou de “desenvolvimento em bases nacionalistas”²³, do qual fazia parte. As obras publicadas por Sodré nos tempos do ISEB desenvolvem-se a partir dessa premissa: da necessidade de romper com os laços de dependência com o imperialismo e promover “desenvolvimento em bases nacionalistas”. O caminho apontado pelo autor para promover essa ruptura passava pela união das classes sociais brasileiras comprometidas com um projeto de desenvolvimento econômico realizado nestas bases.

No conjunto, as obras que Sodré produziu ao longo dos anos no ISEB, podem ser pensadas como uma tentativa do autor de realizar um diagnóstico dos problemas que identificou em seu tempo e de apontar um caminho possível de superação desses problemas. Esse prelúdio, a título de contextualização, ajuda a entender um pouco melhor o lugar a partir do qual Sodré produziu sua análise sobre o Brasil – a compreender as opções teóricas que tomou e o projeto de futuro que propôs, o tipo de Brasil com o qual sonhava. Para dizer o mínimo, suas expectativas quanto ao futuro incluíam: igualdade social, democracia e soberania popular.

Nesse primeiro capítulo analisar-se-á a primeira obra produzida por Sodré desde sua vinculação ao ISEB. Trata-se de *As Classes Sociais no Brasil*, publicada em 1957. Essa obra tem um caráter modelar em relação às demais obras produzidas pelo autor nos anos em que integrou o ISEB. Modelar no sentido de que a composição da narrativa histórica presente em *As Classes Sociais no Brasil* segue um determinado esquema de montagem que foi repetido por Sodré no referido período. A composição da narrativa obedece à seguinte ordem: inicia com a análise do passado e termina com a análise dos problemas do presente, seguida pela exposição de uma expectativa quanto ao futuro. Assim, a narrativa sobre o passado tinha a função de

²² SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978. p. 19.

²³ Ibidem, p. 20.

promover um diagnóstico dos problemas identificados pelo autor a partir de suas experiências do presente e, principalmente, tinha uma função de mobilizar o leitor para ação, segundo as expectativas políticas do autor quanto ao futuro considerado possível. A maior parte das obras produzidas no período do ISEB seguem essa particular ordem do tempo inscrita na narrativa de *As Classes Sociais no Brasil*. É nesse sentido, portanto, que ela é aqui tratada como modelar²⁴.

Por mais que o autor tenha promovido, em suas obras produzidas e publicadas depois de *As Classes Sociais no Brasil*, autocorreções, refinamento no uso dos conceitos e inclusão de novas categorias de análise, percebe-se essa composição modelar da narrativa histórica. Nas narrativas que compõem as obras selecionadas para análise nesse trabalho, pode-se notar invariavelmente que o autor determinou, no início da jornada, o ponto de chegada. Não foi a pesquisa que o levou ao resultado da narrativa, mas a situação identificada no presente e o desejo de mobilização para um futuro possível, a partir de uma expectativa política determinada, que condicionou sua escrita do passado. Ou seja, a narrativa é portadora de um projeto político que foi idealizado com anterioridade à escrita do texto. Quando o autor demonstrava uma determinada situação problema, cujo objetivo era mobilizar o leitor à ação, o que se denuncia na narrativa é a existência de um projeto político anterior que se coloca como a grande referência na sua composição²⁵.

A narrativa percorre os caminhos históricos necessários para a abordagem dos problemas que foram previamente identificados. Assim, a narrativa cumpre a função de preparar o leitor, de sensibilizá-lo, para que este se insira no problema, e então mobilizá-lo para ação de acordo com a proposta de superação que o autor aponta ao final da jornada. Ou seja, Sodré fez da narrativa histórica um espaço de disputa política, em um período de acirrados debates em torno de questões ligadas à emancipação e ao desenvolvimento da Nação, tanto no ISEB como fora dele.

As Classes Sociais no Brasil é dividida em duas partes, sendo a primeira intitulada “Formação e Desenvolvimento” e a segunda parte “Posição Histórica e Situação Atual”. A

²⁴ Esse caráter modelar não está presente apenas em *O Tratado de Methuen* e em *A Ideologia do Colonialismo*, cujas particularidades são analisadas, respectivamente, no segundo e terceiro capítulo dessa dissertação.

²⁵ A ideia de que a existência de um projeto político anterior determinou de antemão o ponto de chegada na narrativa de diversos autores no Brasil foi trabalhada por Maria Stella Martins Bresciani. BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

primeira parte tem início com a gênese da sociedade lusitana e a particularidade de Portugal em relação aos demais povos europeus no que diz respeito à precoce centralização monárquica. Assim para tratar das classes sociais no Brasil, o autor retorna à sociedade portuguesa e analisa a forma que, segundo ele, determinou o tipo de colonização e de sociedade no Brasil nos séculos XVI e XVII. Ao periodizar o início da colonização portuguesa na América, o autor fala em século I da história do Brasil, o que denuncia sua desconsideração em relação a qualquer experiência das sociedades nativas ou mesmo a contribuição dessas sociedades na formação do Brasil. A segunda parte da obra, inicia-se com a análise da sociedade brasileira a partir do século XVIII, que Sodré trata como o século III – das transformações promovidas pela descoberta e exploração do ouro. Essa parte recobre os tempos finais do período colonial e se estende até a década de 1950, quando a obra *As Classes Sociais no Brasil* foi produzida e publicada.

A divisão da história do Brasil em quatro grandes etapas, a saber, colônia, império, república e revolução, tal como aparece em *Formação Histórica do Brasil*, ainda não está expressa de forma sistemática em *As Classes Sociais no Brasil*. A delimitação e caracterização das quatro etapas do desenvolvimento econômico, político e social do Brasil permitiu a Sodré montar um quadro comparativo e pensar o que havia de continuidade e de mudança entre cada uma dessas etapas. A narrativa de *As Classes Sociais no Brasil* segue a ordem cronológica dessas quatro etapas sem explicitá-las: parte da análise da sociedade portuguesa e da colonização do Brasil para chegar aos problemas que identificava em seu tempo, na fase da revolução.

A referência à *Formação Histórica do Brasil*, publicada em 1962, e a consequente comparação entre ela e *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, é justificada pela hipótese defendida nesse trabalho de que há um processo de elaboração e refinamento de conceitos por parte do autor ao longo de sua produção no ISEB – em que *Formação Histórica do Brasil* é tomada como a obra mais bem acabada do ponto de vista do rigor conceitual e do detalhamento das ideias²⁶. Procurar-se-á demonstrar como elementos importantes da análise de Sodré, especialmente, acerca das relações de trabalho e de produção ao longo da história brasileira, presentes em *As Classes Sociais no Brasil* foram alterados em *Formação Histórica do Brasil*, em resposta à

²⁶ Ainda que o conceito de “povo” tenha sido reelaborado pelo autor na obra *Quem é o Povo no Brasil?*, publicada meses depois no mesmo ano de 1962. Essa questão é apreciada no quarto capítulo desse trabalho.

necessidade do autor de adequar a sua narrativa de Brasil às novas demandas políticas de seu tempo.

Uma das mudanças que Sodré operou em sua análise sobre as relações de trabalho e de produção no Brasil está relacionada à ideia de que havia relações de tipo feudal no Brasil. Essa ideia aparece pela primeira vez em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959, mas foi desenvolvida pelo autor em *Formação Histórica do Brasil*, de 1962. Sodré defendia, em *As Classes Sociais no Brasil*, que o leque de possibilidades de estruturar a economia colonial no Brasil estava determinado pela estrutura econômica existente em Portugal na época da colonização. Um ponto importante para a composição de sua narrativa residia na questão de ter ou não existido as relações feudais na sociedade portuguesa. Pois, somente a partir dessa definição, da existência ou não do feudalismo em Portugal nos tempos da colonização da América, podia-se pensar quais as relações de trabalho e de produção eram possíveis no Brasil. Ao afirmar, em *As Classes Sociais no Brasil*, que não havia feudalismo em Portugal, o mesmo não poderia existir no Brasil, nem no passado colonial, nem no presente.

Para compreender essa mudança no pensamento do autor é importante levar em consideração a ligação do intelectual Sodré com a militância do PCB e a influência das orientações do partido sobre ele. Quando *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, foi publicada, Sodré ainda não havia sofrido o influxo da *Declaração sobre a Política* do PCB, em que o partido definiu que a natureza da revolução no Brasil ainda não era socialista, mas “antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”²⁷. De modo que, em *As Classes Sociais no Brasil* o autor afirmou que não havia feudalismo no Brasil. Ressalte-se, então, que a partir da definição do PCB de que havia resquícios das relações feudais no Brasil em meados do século XX, Sodré não só incorporou essa tese em sua narrativa, como tentou demonstrar a origem e a permanência dessas relações ao longo da história brasileira.

Diante desse quadro, foi em *Formação Histórica do Brasil* que Sodré se esforçou para pensar as origens históricas e a continuidade das relações feudais na estrutura social do Brasil, dos tempos coloniais até o período em que vivia. O autor abandonou, tal como havia operado em *As Classes Sociais no Brasil*, a premissa de que a formação histórica brasileira devia ser pensada a partir da estrutura da sociedade portuguesa e da determinação desta sobre o

²⁷ Declaração sobre a Política do PCB (março de 1958). Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 17 abr. 2014.

processo colonizador. Ao afirmar a existência de relações feudais em Portugal na época da colonização, principalmente em *Formação Histórica do Brasil*, isso já não mais significava que essas relações de trabalho e de produção poderiam ser imediatamente identificadas no Brasil. Para abordar o novo problema que passou a identificar em seu tempo – das relações semifeudais presentes no campo – Sodré reformulou a ideia de transplante do modelo econômico metropolitano. Na impossibilidade de reviver na colônia as relações de produção existentes na metrópole, desenvolveu-se no Brasil colonial uma estrutura de produção escravista – com o que passou a operar com a noção de “regressão”. Segundo o autor, as relações de produção de tipo feudal no Brasil tiveram origem em um momento de crise da escravidão em fins do século XVIII, tanto na região mineradora quanto em áreas cuja retração das exportações resultou em isolamento econômico. De tal forma que, as relações de produção semifeudais que identificou na estrutura agrária brasileira em meados do século XX que precisavam ser superadas, remontavam ao período colonial, mas não foram transplantadas pelo colonizador²⁸. Essa foi a linha de raciocínio desenvolvida pelo autor em *Formação Histórica do Brasil* e que é objeto de estudo desse trabalho no quarto capítulo.

Essa antecipação é importante para demonstrar que a posição do autor, em *As Classes Sociais no Brasil*, no que diz respeito à questão do feudalismo em Portugal e no Brasil é diametralmente oposta às teses defendidas em *Formação Histórica do Brasil*. Em *As Classes Sociais no Brasil*, Sodré afirmou que o feudalismo em Portugal, praticamente não existiu²⁹. Segundo Sodré

Portugal se mostrou – e não só Portugal, mas a península – desde suas origens quando ainda se desenrolava a luta entre cristãos e muçulmanos, extremamente refratário às influências do medievalismo. O antigo condado de que surgiria, em desenvolvimento progressivo, o reino peninsular, constituiu singular exemplo de precoce formação nacional, pela supremacia que, em seu território, assumiu, desde logo o poder real [...] para impedir que os traços

²⁸ Com essa tese, Sodré apresenta uma gênese do feudalismo no Brasil distinta daquela trabalhada por Alberto Passos Guimarães em *Quatro Séculos de Latifúndio*.

²⁹ Registre-se que um dos problemas da narrativa de Sodré em *As Classes Sociais no Brasil* refere-se à imprecisão em relação ao uso dos conceitos, por exemplo: feudalismo, em muitos momentos nessa obra é tratado pelo termo “medievalismo”.

fundamentais do medievalismo se implantassem ou se solidificassem [...].³⁰

Assim, logo nas primeiras páginas da obra, Sodré afirma que as relações feudais em Portugal eram frágeis e que não poderiam determinar a estrutura de produção e, conseqüentemente, não teriam força para determinar as relações sociais e políticas. Segundo o autor, graças à luta pela libertação da península ibérica dominada pelos muçulmanos, ocorreu em Portugal uma centralização monárquica precoce em relação aos demais Estados europeus. Nessa luta, também teria ocorrido a ascendência do “grupo mercantil” português, que apoiou o monarca na centralização do poder real. Da associação entre monarca e grupo mercantil o autor afirma que nasceu uma aliança que, de um lado, ajudou o monarca na tarefa de subordinar os interesses da nobreza ao poder real, e de outro, conquistou direitos para os “elementos populares”, mais especificamente para o “grupo mercantil”.

Partindo de uma análise geral do quadro europeu, com base na ideia de que a Idade Moderna pode ser pensada como a época em que o feudalismo entrou em declínio, o autor apresenta o desenvolvimento mercantil, representado pela chamada Revolução Comercial, como responsável pela “liquidação das relações sociais que caracterizara o feudalismo”. Nessa medida, Sodré destaca que foi a presença ostensiva de um “grupo mercantil” que refreou o desenvolvimento de relações feudais em Portugal, por sua atuação preponderante na expansão do comércio, principalmente através das chamadas Grandes Navegações. Assim, enquanto nos demais Estados europeus somente com o processo da Revolução Comercial é que ocorreu o enfraquecimento e gradativa liquidação das relações feudais, a nação portuguesa nem sequer experimentou o fortalecimento dessas relações. Ou seja, apesar de existirem resquícios das relações feudais no jovem Estado português, principalmente no campo da legislação e do direito, estas eram extremamente débeis no que dizia respeito às formas de trabalho e de produção. Segundo Sodré, por ter o Estado português nascido da associação com o “grupo mercantil”, e por ter desenvolvido um importante comércio marítimo, sua sociedade encontrava-se

integralmente incorporada à Idade Moderna, uma vez que, mercê de sua estrutura econômica, evoluíra de forma a excluir a preponderância

³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **As Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p. 12-3.

das relações peculiares ao mundo feudal. Naquela sociedade, ao contrário, a burguesia conquistara posição importante.³¹

É relevante notar que ao longo de *As Classes Sociais no Brasil* há várias imprecisões, como aquela da citação anterior em que “grupo mercantil” e “burguesia” são apresentados como sinônimos. Na mesma obra, “capital mercantil” e “capitalismo”, são tratados como parte de um mesmo processo, sendo o capitalismo a resultante do desenvolvimento do capital mercantil. Em *As Classes Sociais no Brasil*, o capitalismo surge naturalmente do desenvolvimento do mercantilismo; algumas passagens, por sua vez, apresentam o mercantilismo como fase inicial do próprio capitalismo. Mais do que um simples descuido com o uso das categorias, essas indistincções revelam o processo de refinamento da narrativa por que passou Sodré, ao longo dos anos em que esteve no ISEB, uma vez que essas imprecisões tenderam a desaparecer nas obras publicadas posteriormente.

Em *Formação Histórica do Brasil*, Sodré corrigiu as imprecisões citadas anteriormente e apresentou o capitalismo como um modo de produção específico, característico do momento em que a produção domina a circulação. Da mesma forma, procurou demonstrar que o simples desenvolvimento do comércio e a existência de um capital mercantil não é fator suficiente para que as relações de produção capitalistas possam surgir em uma determinada sociedade – e Portugal, segundo ele, era o exemplo disso. A partir desse movimento, o autor promoveu, também, uma distinção entre “grupo mercantil” – ligado ao comércio – e “burguesia” – classe organizada em torno da produção.

O movimento apresentado, a mudança na narrativa de Brasil de uma para outra obra, revela não apenas maior rigor do autor para com o uso dos conceitos e sua busca de refinar suas análises. Revela também uma mudança na identificação dos problemas de seu tempo, diga-se: em conformidade com a *Declaração sobre a Política*, publicada pelo PCB em 1958, passou a admitir que ainda havia resquícios feudais no Brasil, o que o levou a alterar toda a narrativa sobre as classes e a estrutura econômica no Brasil feita até então. Demonstra, também, as apropriações que Sodré realizou da obra *O Capital*, de Karl Marx. Foi referenciando Marx que Sodré promoveu a distinção entre mercantilismo e capitalismo na obra *Formação Histórica do*

³¹ Ibidem, p. 14.

Brasil, ao demonstrar a diferença entre “capital comercial na época dos descobrimentos e daquilo que é o capital comercial hoje, no modo capitalista de produção”³²

Talvez por essa razão que, antes dessa inflexão – quando o autor ainda não admitia a existência do feudalismo nem em Portugal, nem no Brasil – teve que considerar o mercantilismo como uma fase do desenvolvimento do capitalismo, e ora tratá-lo como expressão do próprio capitalismo. Assim, em *As Classes Sociais no Brasil*, o autor se valeu do termo “capitalismo comercial”, com o objetivo de caracterizar o início da Idade Moderna e, mais especificamente, a experiência da economia portuguesa do século XVI. Essa ênfase na análise do desenvolvimento do “capitalismo comercial”, que teria sido o responsável por impedir que o feudalismo vingasse em Portugal, tem um objetivo muito claro: demonstrar que na colonização do Brasil, determinada pelas relações de produção existentes na sociedade lusitana, o feudalismo também não teria lugar. Nesse sentido, Sodré afirma:

se nos lembrarmos de que as relações feudais já estavam praticamente liquidadas com o início da Idade Moderna e que jamais se revestiram em Portugal, de estabilidade e continuidade, e que a empresa das grandes navegações, as descobertas subsequentes e o desenvolvimento do tráfico pertenciam, como características essenciais, a uma etapa de capitalismo comercial inequívoco, verificaremos a inconsistência de qualquer argumento que sustente a existência de relações feudais na estrutura econômica e social da colônia. A semelhança, meramente formal aliás, entre dispositivos legais aplicados ao sistema com que se iniciaram entre nós, praticamente, a colonização e as instituições ou regras caracterizadamente feudais, não constituiria base suficiente para admitir que tiveram vigência real aquelas instituições e regras, numa região e num tempo em que se revestiriam de fisionomia anti-histórica evidente.³³

Foi possível constatar que, tanto o conceito de “capitalismo comercial” utilizado por Sodré para pensar o início do desenvolvimento econômico da península Ibérica na Idade Moderna em termos capitalistas, quanto o conceito de “capitalismo colonial” utilizado para nomear as relações de produção do Brasil colonial, foram apropriados da obra, *La Economía de*

³² SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 23.

³³ Id. **As Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p. 18.

la *Sociedade Colonial*, publicada em 1949, do historiador argentino Sérgio Bagú. O diálogo de Sodré com a obra de Sérgio Bagú é retomado no quarto capítulo desse trabalho, em que se promove a análise de *Formação Histórica do Brasil*, de 1962, obra em que Sodré passou a refutar as teses de Sérgio Bagú que, tal como foi dito, fundamentavam a argumentação de suas análises sobre a estrutura econômica portuguesa e brasileira.

Também estão presentes em *As Classes Sociais no Brasil*, quanto à negação de relações feudais em Portugal e no Brasil colonial, um diálogo com a obra *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, publicada em 1937. Mesmo sem declarar tal referência é possível afirmar que Sodré compartilhava das análises do referido autor³⁴.

O movimento realizado por Sodré na composição da narrativa de *As Classes Sociais no Brasil*, ou seja, de analisar o lugar das classes sociais na estrutura econômica do Brasil, inicia com o estudo da sociedade lusitana para, então, pensar a formação da sociedade colonial brasileira. Tal como foi dito, o autor afirma que os traços definidores dessa sociedade foram, com alguma modificação, os mesmos da sociedade lusitana do século XVI. Portanto, antes de definir as classes e analisar o lugar de cada uma delas na sociedade colonial brasileira, o autor promove uma análise da estrutura social lusa, a qual estaria dividida em três classes: nobreza, burguesia mercantil e servos – o termo “grupo mercantil” foi sendo abandonado ao longo da narrativa para dar lugar a “burguesia mercantil” ou, simplesmente, “burguesia”.

A ênfase da análise repousa sobre a “burguesia” e seu papel na “acumulação capitalista” responsável por lançar Portugal na empreitada das grandes navegações, reafirmando seu caráter mercantil e não agrícola. Essa definição, do caráter mercantil lusitano,

³⁴ “Os nossos historiadores não têm encarado o caso sob esse aspecto. Quando se referem a donatarismo, o consideram como se estivessem diante de um regime feudal. O fato se explica pela falta de conhecimento das características da vida medieval que somente os recentes estudos da história econômica têm esclarecido suficientemente. Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista. [...]. Os imensos poderes outorgados aos donatários também não significam feudalismo; esses poderes ainda existem em nossos dias. O chefe de uma esquadra em alto-mar, os comandantes de exércitos, os governadores em ocasiões excepcionais dispõem ainda hoje de poderes quase tão grandes quanto os que eram concedidos àqueles donatários. Estejamos, pois, bem certos de que nas donatarias, além da hereditariedade das concessões, só existem de feudais os termos, muitos deles ainda hoje em uso. Pode-se ainda alegar que, no que concerne à concessão das terras, o seu aspecto jurídico se assemelha às instituições feudais. Mas isto vem até os nossos dias. O regime dominical das nossas minas caracteriza esse aspecto de nosso direito de propriedade. O possuidor da mina não é senão um concessionário, que dela se utiliza, exercendo uma função social.”. SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 105.

tem consequências importantes para a compreensão da sociedade portuguesa traçada por Sodré em *As Classes Sociais no Brasil*. A nobreza, por exemplo, é representada como uma classe politicamente débil e subordinada ao rei, com sua riqueza ligada à posse da terra. A inexpressividade da nobreza lusa, quando comparada com a nobreza de outros países, segundo Sodré, repousa sobre o fato de Portugal ter sido um país sem tradição agrícola e com dificuldades em subordinar a população aos laços tradicionais da servidão, o que limitava a possibilidade de enriquecimento da nobreza. Assim, a debilidade política da nobreza portuguesa estava, de um lado, condicionada por sua subordinação ao poder real, resultado do processo de luta contra os muçulmanos e, de outro, ancorada na impossibilidade de manter em suas terras a mão de obra servil e de submetê-la a condições de exploração, tal como ocorria em outras regiões da Europa onde o feudalismo ainda era vigoroso. O autor aponta duas razões para a dificuldade da nobreza de subordinar os servos: os efeitos desorganizadores da guerra contra o sarraceno e o recrutamento de “levas que forneceram a equipagem das frotas” navais responsáveis pelo comércio. Assim, a liberdade que experimentava a “classe dos servos” era importante tanto para o desenvolvimento da empresa marítima como para a constituição do mercado interno. A necessidade de braços para o trabalho no campo levou a nobreza territorial portuguesa, segundo Sodré, a introduzir a mão de obra escrava, de origem africana, nas terras do reino.

Retornando à questão do papel da “burguesia” na sociedade portuguesa do século XVI, vale assinalar que o autor apresenta esta classe como fundamental no desenvolvimento do “capitalismo comercial” e responsável pelo sucesso da empresa marítima. Nada mais coerente da parte de Sodré, pois ao afirmar que a colonização do Brasil foi realizada no quadro geral de uma sociedade dominada pelas relações capitalistas, a análise da “burguesia” portuguesa, e do papel desempenhado por ela na origem do processo de expansão marítima merece todo destaque.

Tal como foi citado anteriormente, Sodré fundamenta sua tese da fragilidade das relações feudais em Portugal com base na ideia de que a luta contra os muçulmanos e o desenvolvimento das atividades mercantis permitiu o fortalecimento da “burguesia” e do “capitalismo”. Contudo, o autor pondera que “os poderes da nobreza territorial não haviam desaparecido e que o espírito do medievalismo, senão elementos efetivos de sua vigência,

ainda encontravam representação na sociedade portuguesa”³⁵. Assim, a nobreza conservava algo que a diferenciava socialmente, mesmo que do ponto de vista econômico fosse a “burguesia” a classe mais importante em Portugal, no início do século XVI.

Sodré afirma que é possível compreender a posição das classes sociais em Portugal, por meio da consulta à legislação portuguesa do século XVI. Não promove uma análise dessa legislação, apenas constata que a força da nobreza e do poder real repousava sobre a posse da terra. Para o autor, uma vez que as conquistas ultramarinas ampliaram as posses territoriais, houve uma mudança na relação de forças entre as classes na sociedade portuguesa.

De um lado, com a colonização do Brasil, o “grupo mercantil” entrou em declínio, pois segundo Sodré a colonização se deu “inicialmente fora do campo das trocas comerciais”, ou seja, o empreendimento da colonização não beneficiou diretamente o “grupo mercantil”, assim como não foi proveniente dele o capital responsável pela montagem da estrutura colonial. Além disso, ao longo do século XVI, os comerciantes lusitanos passaram a enfrentar a concorrência de outras nações no comércio com as Índias, o que resultou em perdas constantes.

Por outro lado, o autor afirma que a conquista de terras na América resultou em um fortalecimento ainda maior do poder real, mas não apresenta uma argumentação para demonstrar tal afirmação. Pode-se inferir que o fortalecimento do poder real estava ligado ao direito do monarca de doar terras e ao gradativo crescimento das áreas exploradas na colônia, que possibilitou a ele a ampliação de seu domínio sobre terras e homens, tornando-se senhor de um império bastante próspero do ponto de vista financeiro. Nessa fase inicial da colonização do Brasil, a coroa portuguesa se colocou como administradora do processo, sem precisar investir diretamente na empresa colonizadora. O monarca lucrava com as concessões de direitos de exploração e com os impostos sobre os produtos que entravam e saíam da colônia.

Para Sodré, a subordinação do Brasil aos interesses imperialistas, que tanto denunciava em seu próprio tempo, havia começado no período colonial. Dessa maneira o autor procurou amarrar passado e presente, em uma análise que buscava as raízes do domínio imperialista que impedia a soberania nacional, encontrando-as na colonização. Uma dominação que havia se perpetuado ao longo do tempo, com mudanças em relação ao país que exercia sua dominação imperialista sobre o Brasil, até meados do século XX, no momento em que o autor

³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **As Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p. 20.

compôs a narrativa. Por isso, é tão importante a Sodré, o estudo das classes sociais no Brasil: para encontrar aquelas classes que vinham se beneficiando com a subordinação econômica do país e aquelas que, prejudicadas por essa subordinação, poderiam vir a alterar esse quadro.

Partindo da importância da propriedade da terra na distinção entre as classes sociais, presente na legislação portuguesa, Sodré passa à análise do processo de formação do quadro social na colônia. A alteração provocada na estrutura social portuguesa com a colonização do Brasil não foi objeto da análise de Sodré. Há um fortalecimento do poder real e um declínio do “grupo mercantil” – a análise desse processo, assim como as relações que Portugal estabeleceu com outras nações, ao longo do período colonial no Brasil é objeto de obras como *Tratado de Methuen* e *Formação Histórica do Brasil*. Para o objetivo colocado pelo autor em *As classes Sociais no Brasil* importava reconhecer a estrutura da sociedade lusitana no momento da colonização, uma vez que essa estrutura determinou, segundo ele, o tipo de formação social no Brasil colonial.

A questão da propriedade da terra tem um papel fundamental na narrativa de *As Classes Sociais no Brasil*. É através da relação de propriedade da terra que Sodré procurou estabelecer o lugar de cada classe ao longo da história brasileira. Está implícito nessa obra – e explícito em *Formação Histórica do Brasil* – que são as relações de produção que determinam o tipo de sociedade.

Contudo, partindo dessa mesma premissa nas duas obras, o autor promove análises diferentes sobre a questão da importância da propriedade da terra no Brasil colonial. Vale a pena transcrever um trecho, presente na introdução de *Formação Histórica do Brasil*, em que Sodré esquematiza a relação da forma de produção com a propriedade dos meios de produção e a divisão da sociedade em classes:

As relações que se estabelecem na produção são relações sociais: constituem objeto da História. Elas definem a sociedade sob três aspectos:

- forma de propriedade sobre os meios de produção, que é uma relação determinante;
- situação social consequente, com a divisão da sociedade em classes;

-formas de distribuição da produção, estabelecendo os nexos entre a produção e o consumo.³⁶

O trecho transcrito auxilia na análise da composição da narrativa de Sodré, justificando a razão de explorar as obras selecionadas na diacronia. Como foi mencionado, a mesma operação na forma de compor a estrutura narrativa está presente nas obras produzidas pelo autor na fase do ISEB: o problema é identificado no presente a partir das experiências do autor e a narrativa acerca do passado tem a função de diagnóstico do problema que foi previamente circunscrito. A partir da expectativa do autor como relação ao futuro, ele aponta uma perspectiva de ação diante do problema identificado. Portanto, o que levou o autor a propor caminhos diferentes em cada uma das narrativas das obras acima referenciadas, *As Classes Sociais no Brasil* e *Formação Histórica do Brasil*, foi uma mudança em relação aos problemas identificados pelo autor na sua experiência no presente. Mesmo defendendo a ideia de que as relações de produção são determinantes na formação e divisão das classes sociais, tanto em *Formação Histórica do Brasil*, quanto em *As Classes Sociais no Brasil*, ou seja, mesmo operando com o mesmo mecanismo de composição da narrativa, a mudança em relação aos problemas identificados em seu tempo levou Sodré a desenvolver uma argumentação diferente nas duas obras, conduzindo as análises por caminhos distintos.

Em *As Classes Sociais no Brasil* a narrativa foi construída a partir do pressuposto de que colonização do Brasil havia sido promovida por um país em que predominava as relações capitalistas, consequentemente, a sociedade colonial e sua forma de produção estavam determinadas pelo modo de produção capitalista oriundo da sociedade do colonizador. Assim, a perspectiva sobre os problemas e os próprios problemas a serem enfrentados no presente eram outros, quando comparados com aqueles presentes em *Formação Histórica do Brasil*, obra em que o autor passou a admitir a existência de relações feudais no Brasil desde a colonização. Essa mudança, ou seja, a defesa da ideia de que havia feudalismo no Brasil, alterou a argumentação da narrativa, sem que isso resultasse em alteração da forma de estruturar a narrativa – continuou a utilizar o passado como forma de justificar o diagnóstico

³⁶ Id. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 3. A alteração no espaçamento da citação foi proposital. Tem como objetivo aproximar a formatação daquela presente na obra.

dos problemas que identificava no presente, com vistas a defender sua expectativa quanto ao futuro.

Há ainda outras questões que demonstram a mudança que o autor operou em suas análises e, conseqüentemente, na estrutura argumentativa, no que se refere à propriedade da terra. A análise da argumentação presente em *Formação Histórica do Brasil*, em comparação com a argumentação presente em *As Classes Sociais no Brasil*, demonstra uma clara mudança em relação à importância da propriedade da terra na formação da estrutura social brasileira. Em *Formação Histórica do Brasil*, tal como foi dito, a questão da propriedade dos meios de produção é fundamental na análise das relações de produção e na divisão das classes sociais. O autor se esforçou nessa obra por privilegiar as relações de trabalho para compreender a dinâmica da sociedade. Assim, ao analisar o caso do Brasil colonial, ao menos nos dois primeiros séculos após a conquista portuguesa, o autor afirmou que a terra não tinha valor. A propriedade da terra, em si, não garantia *status* social ou mesmo riqueza, pois havia terra em abundância que podia e deveria ser ocupada. Fato amplamente conhecido foi o da dificuldade da Coroa portuguesa de encontrar candidatos para a empreitada colonizadora na América, principalmente no século XVI. O grupo mercantil português se interessava, no momento da conquista da América, pelo comércio das especiarias com o Oriente, uma vez que não havia no Brasil produtos que pudessem ser comprados e revendidos na Europa, à exceção do pau-brasil que, além de todas as dificuldades para a sua exploração era monopólio régio. Assim, o autor afirma que a distinção social nos dois primeiros séculos do Brasil colonial se dava pela quantidade de escravos que um senhor possuía e não pela extensão territorial da propriedade. Fundamental era a posse e o controle sobre o maior número possível de escravos, que pudessem lavrar a terra e torná-la produtiva. Na engrenagem da produção colonial, o escravo era a peça mais importante, era ele quem realizava o trabalho.

Ainda em *Formação Histórica do Brasil*, Sodré trata a adoção do trabalho escravo no Brasil colonial como uma “regressão” do modo de produção feudal ao modo de produção escravista, uma vez que, apesar de “originário de uma área em que domina o modo feudal de produção”³⁷, na América o colonizador não dispunha de servos para o trabalho e para a produção, tal como os senhores feudais em Portugal. Assim foram compelidos a adotar a mão de obra escrava de origem africana, transpondo para o Brasil a experiência bem sucedida das

³⁷ Ibidem, p. 70.

ilhas no norte da África onde já produziam o açúcar. Vale lembrar que o comércio de escravos era parte importante dos lucros auferidos pela Coroa portuguesa no Brasil. Por fim, Sodré sentencia:

A Coroa doava a terra. Era generosa nessa doação. Mas não doava o escravo. O escravo fazia parte do investimento inicial. Valia mais do que a terra; muito mais, pois que a terra nada valia. A riqueza do senhor media-se muito mais pelo número de escravos do que pela extensão da propriedade, embora houvesse relação entre um e outro desses fatores. Mais preciosa para o senhor era a propriedade do escravo do que a da terra. [...]. O prestígio do senhor media-se por uma só unidade: o escravo.³⁸

Em *As Classes Sociais no Brasil*, para analisar o lugar das classes sociais no período colonial brasileiro, a atenção repousa na relação entre a extensão da propriedade territorial e a importância do sujeito na estrutura social. Mais do que as relações de produção, o autor se baseia na questão da propriedade. Ao longo da narrativa, Sodré inclui a importância da posse de escravos para a classe proprietária rural, afinal, o escravo é quem realiza o trabalho e torna possível a produção e a acumulação. Assim, não desconsidera as relações de produção para compreender o lugar das classes sociais no Brasil. Contudo, afirma que é a propriedade da terra e sua extensão o fator determinante do domínio da classe proprietária em relação às demais classes na colônia. Segundo Sodré:

Não tendo encontrado riqueza nativa ou já explorada, e tendo que produzir riqueza, as primeiras levas de colonizadores, orientando-se para a agricultura, conferem à terra indiscutível primazia entre os bens econômicos. O que vai determinar a posição das classes, o que vai distingui-las, então, é a propriedade da terra. Conforme sejam ou não proprietários territoriais, conforme tenham ou não direito a essa propriedade, é que, inicialmente, se distinguirão os elementos das diversas classes. Segundo o direito à propriedade e o seu exercício e em consequência do abuso que se verifica desde os primeiros tempos, quando a extensão da apropriação territorial proporciona o aparecimento de figuras destacadas, é que se reconstituem, no Brasil,

³⁸ Ibidem, p. 71.

não só algumas fortunas individuais que vieram da metrópole em más condições, como uma espécie de patriciado rural que logo passa a ocupar uma situação de indiscutível preeminência, fazendo que, em uma sociedade nova, caiba o termo nobreza, inteiramente desligado, aqui, de seus motivos originários. O termo, em si, carece de importância. O importante é que, pela extensão da posse territorial, se distingue uma classe da outra.³⁹

Assim, a propriedade de extensas áreas no Brasil condiciona o aparecimento de uma classe que se distingue das demais exatamente pela posse da terra. Sodré emprega dois termos interessantes para se referir a essa classe que surge ligada à propriedade de extensas áreas de terras: patriciado e nobreza. O primeiro remete à experiência da antiguidade romana e à divisão das classes sociais à época do Império: patrícios, plebeus e escravos; o segundo remete a uma camada da sociedade que, segundo análise do próprio Sodré na obra em questão, estava em franca decadência na Europa pelo avanço do capitalismo e pelo fortalecimento da burguesia, quando da colonização do Brasil pelos portugueses.

A variação no uso do termo com que Sodré procura nomear a classe proprietária rural no Brasil demonstra a imprecisão, anteriormente mencionada, na definição e no uso dos conceitos que está presente em diversos momentos da narrativa de *As Classes Sociais no Brasil*. O autor justifica-se, tal como pode ser constatado no trecho citado anteriormente, afirmando que mais importante do que o termo, em si, é a relação entre a extensão da propriedade rural e a distinção social que ela determina. Parece contraditória a afirmação de que “o termo, em si, carece de importância”, uma vez que Sodré critica, em *As Classes Sociais no Brasil*, “alguns estudiosos” exatamente pela imprecisão no uso de conceitos. Afirma que os conceitos remetem a experiências distintas e a imprecisão, normalmente, resulta em prejuízo do estudo histórico. Sodré está se referindo ao que considera ser uma confusão acerca da origem social dos primeiros colonizadores no Brasil. A confusão residiria no fato de que “alguns autores” teriam tomado por fidalgos os primeiros colonizadores que, segundo Sodré, “eram oriundos da pequena nobreza quando muito”. E, segundo Sodré, há prejuízo na compreensão do processo, pois nobre e fidalgo são “conceitos distintos e bem definidos”⁴⁰.

³⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **As Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p. 22-23.

⁴⁰ Ibidem, p. 17.

Apesar de Sodré não discutir a questão da diferença entre nobre e fidalgo, em *As Classes Sociais no Brasil*, limitando-se a uma breve crítica à confusão no uso dos conceitos, foi possível rastrear a quem se direcionava a crítica. “Alguns estudiosos”, na verdade, refere-se a Oliveira Vianna e, mais especificamente, à obra *Populações Meridionais do Brasil*. A produção de Vianna, e o lugar que essa produção ocupou no pensamento brasileiro foi objeto de estudo em *Ideologia do Colonialismo*, obra publicada por Sodré em 1961. O debate que Sodré promove com o pensamento de Oliveira Vianna será objeto do terceiro capítulo.

Segundo Sodré, em *As Classes Sociais no Brasil*, durante o período colonial brasileiro desenvolveu-se uma variante do capitalismo, o “capitalismo colonial”, destinado a cumprir uma determinada função no processo de acumulação. A noção de “capitalismo colonial” reaparece apenas em *Introdução à Revolução Brasileira*, obra publicada em março de 1958, e em mais nenhuma das obras publicadas pelo autor nos tempos do ISEB. A razão do abandono foi consequência necessária da mudança processada no autor, já mencionada nesse trabalho, quando passou a defender a ideia de que a colonização havia sido promovida nos quadros de uma sociedade portuguesa dominada não por relações capitalistas, mas pelas relações feudais. Assim, pelos motivos apontados anteriormente, nas obras subsequentes à *Introdução à Revolução Brasileira*, não podia o autor defender a existência do capitalismo no período colonial, muito menos no início desse processo de colonização.

Poder-se-ia pensar, a partir da lógica interna da construção narrativa do autor, que a adoção do termo “burguesia agrária colonial”, para designar o proprietário rural, estaria em correspondência ao termo “capitalismo colonial”, utilizado pelo autor ao definir a estrutura econômica e a inserção do Brasil no mercado europeu durante o período colonial? Em momento algum Sodré utiliza o termo “burguesia agrária colonial”. No entanto, não seria cabível pensar que, se a atividade produtiva desenvolvida no Brasil durante o período colonial era capitalista, a classe social no comando dessa produção deveria ser tratada como classe burguesa? E que por ter condicionado a produção ao uso do trabalho escravo teria, então, determinado a gênese de “uma forma distinta de capitalismo, o capitalismo colonial”? O próprio autor responde a esse questionamento, em *As Classes Sociais no Brasil*, com a afirmação de que não havia burguesia nos dois primeiros séculos da colonização brasileira, assim como não havia “povo” nessa sociedade. Segundo Sodré, a composição da sociedade colonial, nos dois primeiros séculos da colonização, era bastante simples:

Na cúpula, encontramos os proprietários de terras e de escravos, aqueles que, com o passar dos tempos, constituíram o que alguns estudiosos costumam denominar *aristocracia, patriciado ou nobreza rural*. Não importa discutir a propriedade das denominações. Importa definir tal classe, e ela se define, com precisão absoluta, por meio do direito e do exercício da propriedade, propriedade da terra e propriedade servil, nitidamente conjugadas, pois o sistema não poderia funcionar sem essa conjugação. Em baixo, encontramos as massas de escravos cada vez mais numerosas, sem qualquer direito [...]. Entre um e outra, praticamente, nada existe, – não há espaço para o trabalho livre, não existe *coisa pública*, não existe povo, e não pode haver, portanto, classe média. Nem existe, de outra parte, qualquer elemento caracterizadamente pertencente à burguesia.⁴¹

Sodré não só reafirma a importância da propriedade da terra como elemento central na definição das classes sociais e do lugar que ocupam no início da colonização brasileira. Apresenta a adoção do trabalho escravo na colônia como determinação da necessidade do desenvolvimento capitalista, que moldou uma variante específica desse modo de produção na colônia, o “capitalismo colonial”. A impossibilidade de utilizar o trabalho do nativo americano, a insuficiência de trabalhadores no reino que pudessem ser levados para a colônia, assim como a resistência desses trabalhadores em deixar a própria terra, e o lucro auferido pelo tráfico negreiro são os argumentos levantados por Sodré para a adoção do regime de “trabalho servil” no Brasil. E aqui, outro exemplo da falta de rigor no uso dos conceitos presentes em *As Classes Sociais no Brasil*, pois que “trabalho servil” foi utilizado, em diversas passagens, como sinônimo de trabalho escravo. Essa incorreção, todavia, não voltou a ocorrer nas demais obras produzidas pelo autor no período em que esteve vinculado ao ISEB.

O deslocamento de sentido ou da importância da propriedade da terra na formação das classes sociais no Brasil colonial é significativo para compreender o movimento que Sodré opera em sua produção escrita ao longo de sua trajetória intelectual e, particularmente, entre as duas obras que vem sendo comparadas. Sobretudo, a mudança realizada pelo autor na identificação dos problemas de seu tempo demonstra sua preocupação em se manter fiel a certa interpretação da história ditada pelo PCB, que defendia a existência de relações feudais

⁴¹ Ibidem, p. 27-28.

no Brasil. Em *Formação Histórica do Brasil* está presente, de maneira explícita, a noção de “modos de produção”. A narrativa percorre a história brasileira seguindo por trilhas que buscam compreender a formação da sociedade a partir das relações de trabalho e de produção, para então pensar as relações de propriedade determinadas por essas relações de trabalho e de produção. Daí o autor defender a ideia de que a escravidão no Brasil colonial representava uma “regressão”, uma vez que seu referencial é a sucessão histórica dos modos de produção oriunda da teoria marxista. A noção de modo de produção, mesmo estando presente em *As Classes Sociais no Brasil*, não lhe é uma categoria central. Ao que parece, a preocupação do autor, neste volume, estava centrada, antes de tudo, em refutar as análises que defendiam a existência de relações feudais no Brasil. Assim, procurou demonstrar como a propriedade da terra definiu a classe que, nos primeiros dois séculos da colonização, harmonizou-se perfeitamente com as necessidades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa.

Segundo Sodré, pela falta de vocação nas terras do reino para a agricultura extensiva, a experiência que mais se assemelhava com a grande lavoura canavieira implantada no Brasil era a produção de açúcar realizada pelos portugueses nas ilhas, no norte da África. E diante desse quadro colonial, cuja riqueza se originou a partir da terra é que dominava o senhor de terras e de escravos com poderes praticamente ilimitados, uma vez que a distância entre coroa portuguesa e a administração da colônia resultou em liberdade para os proprietários de terras. Abaixo na escala social, os escravos, que, pela legislação vigente, eram tratados como coisas, propriedades de seus senhores e, portanto, sem quaisquer direitos. Nessa simplificada estrutura social controlada pelos proprietários de terras, o autor afirma não haver “coisa pública”, pois tudo era privado e particular, mesmo trabalhos que resultassem em benefício coletivo como pontes e estradas era fruto da iniciativa privada. Assim, dentro dessa sociedade não havia lugar para o aparecimento de qualquer outra classe social, uma vez que não havia sequer um mercado interno que proporcionasse outras atividades e ofícios. Aliás, o autor aponta para o caráter autárquico da grande propriedade canavieira cuja mão de obra escrava, além de produzir o açúcar para exportação, produzia praticamente tudo o que necessitava para sua manutenção.

Por essa razão, Sodré afirma que o espaço deixado para o trabalho livre era tão pequeno que pode ser considerado nulo. Percebe-se, por essa formulação, que Sodré focou sua análise na experiência do nordeste açucareiro, desconsiderando as experiências na região de São

Vicente, a pecuária sulina e o interior do próprio nordeste, assim como as reduções jesuíticas no norte do Brasil. Em *Formação Histórica do Brasil*, o autor ampliou o quadro de análise sobre a sociedade e a economia colonial brasileira ao incluir as experiências nas demais regiões do Brasil, para além da produção açucareira no nordeste.

É possível perceber em *As Classes Sociais no Brasil*, que Sodré estabeleceu um diálogo com as ideias de Caio Prado Júnior, ainda que não haja na obra em questão nenhuma referência direta a Caio Prado Júnior, ou a qualquer outro autor. Por meio do levantamento da correspondência de Sodré, disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi possível encontrar diversas cartas de Caio Prado Júnior endereçadas a Sodré, do início da década de 1940 até a década de 1970. Em uma dessas cartas, datada de 3 de janeiro de 1943, Caio Prado Júnior agradece os elogiosos comentários acerca de seu livro, publicados por Sodré em artigo no jornal *O Estado de São Paulo*. Apesar de não ter consigo encontrar o artigo de Sodré no referido jornal, a julgar pela data da carta de Caio Prado Júnior e pelo ano de publicação de suas obras, o comentário de Sodré refere-se à *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicada em 1942. A partir da leitura das cartas de Caio Prado Júnior a Sodré, pode-se afirmar que os autores tinham por hábito enviar suas obras um para o outro.

Aliás, na carta de Caio Prado Júnior, de janeiro de 1943, o autor se refere a uma crítica de Sodré: a questão da “circulação social”. Na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* a ênfase da análise de Caio Prado Júnior recai sobre a estrutura econômica, pouco tocando na questão da organização e do papel das classes sociais. No capítulo destinado à “organização social”, o autor centra suas análises nas consequências da escravidão para a divisão da sociedade colonial brasileira: a questão da “cor” na discriminação das classes⁴² – discussão que não cabe nos objetivos desse trabalho.

⁴² Sodré analisa a questão da suposta inferioridade do brasileiro, resultado da miscigenação, dentre outros fatores, na obra *A Ideologia do Colonialismo*, de 1961, analisada no terceiro capítulo desse trabalho. Segue um trecho em que Caio Prado sintetiza o peso da escravidão sobre a formação social brasileira. “Em suma, verifica-se por tudo que acabamos de ver que na escravidão, tal como se estabelece na América, em particular no Brasil, de que trato aqui, concorrem circunstâncias especiais que acentuam seus caracteres negativos, agravando os fatores moralmente corruptores e deprimentes que ela, por si só, já encerra. Incorporou à colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que beiravam ainda o estado de barbárie, e que no contato com a cultura superior de seus dominadores, se abastardaram por completo.”. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 9ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. p. 275.

Com relação à colonização do Brasil, Caio Prado Júnior, na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, entende que a conjugação de três elementos constituía a base sobre a qual se assentou toda a estrutura econômica e social do Brasil: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Para o autor, é a partir da condição do Brasil de mero produtor de artigos tropicais para atender às exigências do mercado europeu é que se pode pensar o “sentido da colonização”. Nas palavras de Caio Prado Júnior

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no plano econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.⁴³

Apesar de Caio Prado Júnior enfatizar que os esses três elementos devem ser pensados como parte do todo, pode-se supor que Sodré inferiu das análises do autor que os proprietários de terras e de escravos constituíam a camada de maior poder na sociedade brasileira durante o período colonial. Essa hipótese encontra apoio na proximidade existente entre os argumentos desenvolvidos por Sodré para a estrutura econômica colonial no Brasil – em *As Classes Sociais no Brasil* – e aqueles desenvolvidos por Caio Prado Júnior – em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Principalmente, no que se refere ao “sentido da colonização” enfatizado por Caio Prado Júnior, o qual Sodré, por sua vez, apresenta como algo vigente até então – uma estrutura econômica de tipo colonial.

Por essa razão, em *As Classes Sociais no Brasil*, a preocupação de Sodré em identificar a origem da “classe trabalhadora” e da “classe média”, pois depositava nessas classes a esperança da transformação social. Acredita serem essas as classes que tinham condições de conduzir a chamada “Revolução Brasileira” – processo que buscava aprofundar as relações capitalistas no Brasil com base no capital nacional, contrário às forças que estavam ligadas

⁴³ Ibidem, p. 31.

àquela estrutura econômica de tipo colonial, expressiva dos interesses da classe dos proprietários de terras e de sua ligação com o imperialismo.

A ênfase na determinação da propriedade da terra em relação à origem da classe mandatária guarda uma relação direta com a “Revolução Brasileira”. A narrativa procura demonstrar como a classe dos proprietários de terras, com poucas alterações ao longo do período colonial, do Império, e da chamada República Velha, manteve-se no controle do Estado e se beneficiou, no comando dessa estrutura, em detrimento dos interesses de todo resto da população. E, mesmo com todas as transformações na estrutura produtiva e social brasileira, ainda mantinha uma considerável força que impedia o desenvolvimento nacional. Portanto, uma das tarefas da “Revolução Brasileira” consistia em enfrentar o domínio político dessa classe, que se esforçava em manter uma estrutura econômica de tipo colonial, a serviço do imperialismo. A discussão acerca da “Revolução Brasileira” será retomada ao final deste capítulo, assim como ao longo desse trabalho.

Em *As Classes Sociais no Brasil*, Sodré encontra no advento da atividade mineradora, ao longo do século XVIII, a primeira alteração na até então simplificada estrutura social da colônia. A mineração resultou em estímulo à diversificação das atividades produtivas e, conseqüentemente, à complexidade da própria sociedade colonial. A criação e o crescimento de núcleos urbanos, assim como o desenvolvimento de um mercado interno, alterou o perfil da colônia que era quase exclusivamente rural, centrado nos núcleos autárquicos característicos da produção açucareira, tal como exposto anteriormente. O próprio eixo econômico e político se desloca da zona açucareira, em franca decadência, para a região sudeste, onde se concentrou a atividade mineradora.

Diante desse quadro urbano, que fomentou o aparecimento e fortalecimento do mercado interno e criou espaço para o trabalho livre, surgiram novas classes sociais na colônia: a “classe média” e a “classe trabalhadora”. Segundo Sodré, a classe média nasceu ligada ao comércio e às profissões liberais, assim como foi recrutada para o trabalho administrativo e político que havia crescido nos centros urbanos; diversas revoltas e sedições ocorridas ao longo do século XVIII já esboçavam a participação e o desejo de representação política dessa classe, ainda que esses movimentos tenham sido tolhidos pelo domínio dos proprietários de terras. A classe trabalhadora, por sua vez, é definida pelo autor como todos aqueles que, destituídos de propriedade, tinham seu trabalho remunerado por dinheiro. Por isso, afirma que não havia

“povo” nos dois primeiros séculos da colonização, uma vez que não havia espaço para o trabalho livre. Ainda não está presente de forma clara nas análises do autor a ideia que passou a defender a partir da obra *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959: de que é a consciência que determina a classe.

Apesar de se distinguir da massa constituída pelos escravos, a classe trabalhadora compartilhava muitas das funções e misteres realizados pelos escravos na cidade, os chamados “escravos de ganho”, o que dava ao trabalho uma conotação ainda mais negativa do ponto de vista social. Aliás, a classe dos proprietários de terras tinha aversão não apenas às formas de trabalho que exigissem esforço ou habilidade física, como relegava todos aqueles que estavam ligados ao comércio a um nível socialmente secundário.

No plano interno da colônia, mesmo com todas as transformações na estrutura administrativa e a diversificação das atividades produtivas, a atividade mineradora não alterou o quadro de predomínio da classe dos proprietários de terras em relação às demais classes que surgiram. Contudo, criou um atrito entre os interesses da classe proprietária colonial e os interesses metropolitanos. Até então, os proprietários rurais eram signatários dos interesses metropolitanos. Ou seja, eram seus representantes na colônia, uma vez que não havia conflitos entre os interesses de ambos. Enquanto a política da coroa portuguesa beneficiou a classe dos proprietários rurais, essa defendeu a manutenção da estrutura conhecida como pacto colonial. Com a atividade mineradora essa situação foi alterada. Sodré afirma que, enquanto a agricultura permitia o enriquecimento da classe proprietária, a atividade mineradora deixou um espaço muito restrito para a participação dessa classe. A coroa portuguesa se ocupou em intensificar o controle sobre a colônia, assim como criou novos impostos. Ao mesmo tempo, ocorreu um aumento significativo no preço do escravo que incorreu no aparecimento do tráfico interno. Se a produção açucareira do nordeste já enfrentava dificuldades após o período de conflito com os holandeses, que haviam dominado a região Nordeste, e depois pela concorrência do açúcar antilhano, a alta no preço dos escravos piorou ainda mais a situação de muitos senhores de terras nessa região.

Ocorreu um divórcio entre a classe dos proprietários de terras e o governo metropolitano, uma vez que os interesses dessa classe não mais correspondia com os interesses metropolitanos. Importava para os proprietários romper com as amarras do pacto colonial, mas sem que a estrutura interna da colônia fosse alterada. Assim, a independência do Brasil

em relação a Portugal seria uma ruptura política, que não deveria trazer mudanças econômicas e muito menos sociais, uma vez que foi obra da classe dos proprietários rurais. Sodré demonstra que todas as transformações de vulto ocorridas no passado brasileiro, até serem alijadas do controle absoluto do Estado em 1930, tiveram a participação e liderança da classe dos proprietários rurais. O autor se esforça, em *As Classes Sociais no Brasil*, para demonstrar que existiam na sociedade brasileira, já no início do século XIX, forças de caráter liberal e democrático, que desejavam não apenas a autonomia política, mas que lutavam por avanços do ponto de vista dos direitos sociais. Contudo, afirma Sodré, essas forças, oriundas da classe média, eram insuficientes para conduzir o processo de independência à vitória sem o apoio e a participação decisiva dos proprietários. A liderança e a força dos interesses específicos dessa classe em tal processo determinaram os limites da independência do Brasil dentro de um quadro extremamente conservador do ponto de vista político e, principalmente, social.

Assim, o estudo da trajetória da classe dos proprietários de terras ao longo da história do Brasil fornece a Sodré os elementos para pensar como se organizava o domínio dessa classe sobre a sociedade brasileira. Um domínio que se estendia desde os primeiros tempos da colônia e que se manteve com as alterações e concessões necessárias à preservação de sua hegemonia, ao longo do Império e da primeira fase da república no Brasil. Apesar de não ser mais absoluto e de dividir o controle do Estado com outras classes, para Sodré, esse domínio representava aquilo que existia de mais arcaico e nocivo para todos aqueles que almejavam o livre desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Segundo Sodré, desde a emancipação política do país, em 1822, até a década de 1950, sempre foram antinacionais os interesses da classe dos proprietários rurais.

Sodré também demonstrou a mesma atenção no estudo da origem e do desenvolvimento da classe média e da classe trabalhadora. A análise da trajetória histórica dessas classes é conduzida por caminhos que permitem ao autor afirmar que essas classes eram as portadoras do “novo”, classes que teriam condições de levar a cabo o processo que chamou de “Revolução Brasileira”. Em outras palavras, eram as classes que representam, segundo Sodré, o que havia de nacional na estrutura produtiva e, com condições de se opor à classe dos proprietários de terras e à sua ligação com o imperialismo. Os termos “velho” e “novo” foram utilizados por Sodré em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959, para melhor expressar um pensamento que já estava sendo desenvolvido em *As Classes Sociais no*

Brasil: de que havia forças que procuravam manter o Brasil em seu estado de dependência econômica, também chamadas de “forças do atraso”, e forças que lutavam para romper com esses laços de dependência econômica e promover a emancipação definitiva da nação em relação aos interesses imperialistas. O exemplo anterior, em que o autor criou dois termos, o “velho” e o “novo”, para expressar os campos em disputa no Brasil em meados do século XX, demonstra a preocupação de Sodré para com as construções narrativas ao longo das obras publicadas durante os anos de trabalho no ISEB, no sentido de dar maior precisão e delimitar melhor os conceitos que utilizava. Procurar-se-á demonstrar nos próximos capítulos desse trabalho como Sodré, em sua narrativa, ampliou – no que se refere à origem e ao papel – o quadro das classes sociais que seriam capazes de conduzir a “Revolução Brasileira”. Contudo, a essência desse esforço de determinar os campos em disputa no Brasil, desenvolvido e ampliado ao longo dos anos está, de maneira modelar, presente em *As Classes Sociais no Brasil*.

Na condução desse processo de luta contra os setores que impediam o desenvolvimento brasileiro, o autor destaca, em *As Classes Sociais no Brasil*, o papel da classe média – da qual, ainda no século XIX, nasceu a “pequena burguesia” brasileira, ligada ao desenvolvimento do comércio e do mercado interno, em um processo relacionado à riqueza proporcionada pela expansão cafeeira e ao fim da escravidão. Na obra em questão, o autor trabalha de maneira extremamente concisa as transformações ocorridas na produção durante a República Velha e que, segundo ele, resultaram em mudanças importantes na estrutura social do país. Ainda assim, aponta que a industrialização, o crescimento das cidades e a diversificação das atividades e do mercado interno, principalmente após 1930, condicionaram o surgimento de uma “burguesia nacional”, que enfrentava diversas dificuldades. Não fica claro a gênese dessa “burguesia nacional”, que em algumas passagens parece incluir tanto a “pequena burguesia” oriunda da classe média e ligada ao comércio, às profissões liberais e aos cargos administrativos do Estado, quanto empresários que prosperaram no ramo industrial, principalmente durante o período da ditadura de Vargas. Fica claro, contudo, que essa burguesia enfrentava, de um lado, a permanência de uma estrutura fundada na propriedade territorial e, de outro, os investimentos estrangeiros em diversos setores, dos serviços públicos e à indústria – muitas vezes em associação a elementos nacionais, escamoteando o caráter estrangeiro do empreendimento. Para Sodré, era a manutenção do colonialismo sobre novas bases, o imperialismo, no qual a classe proprietária historicamente se associou ao capital

internacional para, no plano interno, manter o controle sobre o Estado, mesmo que as concessões a esse capital resultassem na impossibilidade de explorar a riqueza nacional em proveito do próprio país. Segundo Sodré “a verdade é que a estrutura colonial estava presente e atuava com força decisiva no sentido de que tais alterações não ultrapassassem certos limites e importassem em substancial alteração”.⁴⁴ Por essa razão, a “burguesia nacional” teria interesse em acabar com o domínio da classe proprietária que, no plano interno, promovia uma política de concessões ao capital internacional em prejuízo dos interesses nacionais.

Com relação à classe trabalhadora, para Sodré, seu ingresso na disputa política teria ocorrido bem mais tarde e ainda era deficiente, se comparado à experiência da classe média. Mesmo sem uma plena articulação que demonstrasse para si mesma e para o conjunto da sociedade a sua força política ao longo da história brasileira, a classe trabalhadora esteve sempre presente. Com a industrialização, Sodré fala em uma rápida politização dessa classe, e utiliza o termo “classes proletárias”.

Assim apresentadas as classes sociais no Brasil, ao autor sentencia:

O Brasil denuncia, na inquietação presente, a antinomia entre a sua estrutura econômica colonial, profundamente associada aos interesses do imperialismo, e a sociedade, que, no seu desenvolvimento dinâmico, impulsiona a burguesia nacional e o proletariado como as forças capazes de transformar aquela estrutura em uma estrutura nacional, cujas linhas democráticas permitem a expressão livre dos interesses das reivindicações das classes em que se reparte a comunidade brasileira.⁴⁵

Essa perspectiva de levar adiante o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, respeitando os interesses das diversas classes que compõem a sociedade seria a tarefa da burguesia nacional e do proletariado. Para Sodré, o expediente da luta contra a “estrutura econômica colonial” era nacionalista e democrático. Nacionalista pois resultava da defesa do que considerava os verdadeiros “interesses nacionais”; democrático pois resultava de um consenso em que proletariado e a burguesia deixavam de lado seus interesses específicos para a formação de uma pauta comum: a luta contra o imperialismo. Portanto, a união entre essas

⁴⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **As Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p. 47.

⁴⁵ Ibidem, p. 51.

classes era fundamental na tarefa de avançar em um conjunto de transformações que ocorriam, segundo Sodré, desde a década de 1930. Uma associação em que o proletariado deixaria para mais tarde a implantação do socialismo, para apoiar a burguesia no desenvolvimento das forças produtivas, vencendo as barreiras impostas pelos interesses da classe dos proprietários de terras. Contudo, o termo “Revolução Brasileira” não aparece em nenhum momento da narrativa de *As Classes Sociais no Brasil*. Somente em março de 1958, com a publicação de *Introdução à Revolução Brasileira* é que o termo aparece, no primeiro capítulo da obra. Esse primeiro capítulo nada mais é do que a reedição integral de *As Classes Sociais no Brasil*, com insignificantes alterações e acrescido de uma frase ao final: “O que significa, em suma, que existem agora, no nosso país, os fundamentos econômicos e uma repartição em diferentes classes, suficientes para permitir aquele processo de renovação a que já se convencionou chamar Revolução Brasileira”.⁴⁶

⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 52.

Capítulo 2 – A narrativa do passado como resposta aos problemas do presente

A função principal do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – era de auxiliar o governo de Juscelino Kubitschek em seu projeto de desenvolvimento nacional, o chamado Plano de Metas. Assim, com esse objetivo de auxiliar o projeto de desenvolvimento nacional e com todas as suas atividades mantidas por verbas governamentais, poder-se-ia pensar que do ISEB não partiriam críticas ao governo. Não foi o que aconteceu. Para esse capítulo foram selecionadas três obras de Sodré: *O Tratado de Methuen* (1957), *Introdução à Revolução Brasileira* (1958) e *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* (1959). Nelas o autor promoveu um diálogo com problemas que identificou em seu tempo, e teceu críticas direcionadas ao projeto de desenvolvimento nacional colocado em prática pelo governo de Juscelino Kubitschek.

Pode-se perguntar como isso foi possível. Primeiramente, o ISEB não era um reduto do pensamento único, nem havia homogeneidade entre seus membros. Os embates em torno das formas de promover o desenvolvimento nacional indiciam as divergências que haviam entre os membros do ISEB. Neste sentido, basta lembrar que um dos principais formuladores do “Plano de Metas”, norteador da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, era membro do ISEB, Roberto Campos.

Segundo o próprio Sodré, os membros gozavam de ampla autonomia para ministrar cursos e produzir textos. Admite que nunca se reuniu com o colega da área de História, Cândido Mendes de Almeida, com quem dividiu os conteúdos e que, inicialmente, era o chefe do Departamento de História no ISEB. A elaboração dos planos das disciplinas, das aulas e da produção escrita não era fruto de um trabalho coletivo, mas individual. A respeito do trabalho no Departamento de História no ISEB e de sua relação com Cândido Mendes, Sodré afirma: “nunca nos reunimos para qualquer entendimento, qualquer combinação, qualquer plano; cada um fazia como achava melhor. Nunca assisti suas aulas; ele nunca assistiu às

minhas”⁴⁷. Ainda segundo Sodré, essa prática era repetida pelos demais membros do ISEB – promover as atividades no interior do Instituto individualmente, segundo a própria orientação.

Em segundo lugar, nas obras analisadas nesse capítulo, as críticas promovidas por Sodré não explicitam o plano de governo colocado em prática por Juscelino Kubitschek e sua equipe. Em *O Tratado de Methuen*, publicado pelo ISEB em 1957, o autor utilizou de um caso histórico para promover uma reflexão e uma crítica acerca da posição de subalternidade do Brasil em relação a outras nações com as quais mantinha acordos comerciais naquele tempo. Através do estudo das relações políticas e econômicas estabelecidas entre Portugal e Inglaterra, e dos acordos firmados entre esses países, ao longo dos séculos XVII e XVIII, Sodré estabeleceu uma revisão historiográfica acerca da importância do Tratado de Methuen para a dependência lusa em relação à Inglaterra – apresentando uma releitura. O mais importante na publicação de *O Tratado de Methuen* parece ter sido a sua função de crítica metafórica aos acordos que o governo brasileiro vinha promovendo com o governo estadunidense. Segundo Sodré, em virtude da posição que cada um dos países ocupava no cenário da produção mundial, prevalecia a posição de subalternidade do Brasil, em cuja estrutura econômica ainda persistiam traços da herança colonial.

Também em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, publicado pelo ISEB em 1959, o autor não dirige críticas diretas ao programa de desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek. Contudo, aponta um caminho para o desenvolvimento brasileiro distinto daquele colocado em marcha a partir do “Plano de Metas”. No conteúdo da obra há uma crítica à política do governo de Juscelino Kubitschek, em especial em relação à promessa de desenvolvimento que não se materializou em benefício da maioria da população, e a um plano de governo que acabou aprofundando as desigualdades sociais⁴⁸. Em outras palavras, uma crítica à incapacidade do governo de Juscelino Kubitschek em não romper com toda uma tradição política brasileira calcada no favorecimento de poucos, em detrimento da maioria –

⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978. p. 17.

⁴⁸ Em *A verdade sobre o ISEB*, obra publicada em 1978, Sodré deixa claro que havia entre os membros do ISEB e a sociedade em geral a esperança de que o programa de governo de Juscelino Kubitschek promovesse o desenvolvimento da estrutura econômica e produtiva brasileira. Para Sodré, essa esperança foi logo convertida em desilusão, pois, segundo ele o governo manteve o caráter dependente da estrutura econômica e aprofundou as desigualdades sociais.

mesmo quando já havia, segundo Sodré, condições específicas para superar os entraves do que chamou de “o velho” na estrutura social, política e econômica brasileira.

Mesmo não tendo sido publicada pelo ISEB, *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958, apresenta um tom contido no que se refere às críticas ao governo de Juscelino Kubitschek. Contudo, essa obra não se restringe à reflexão e à análise de questões centradas na política e na economia, tal como as duas citadas anteriormente. A obra trata de temas variados, inclui a reprodução de *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, e um estudo sobre cultura que, posteriormente, foi largamente desenvolvido na obra *A Ideologia do Colonialismo*, de 1961.

Nesse trabalho, levanta-se a hipótese de que a obra *Introdução à Revolução Brasileira* pode ter sido o fruto da reunião de diversos textos produzidos por Sodré em diferentes momentos, antes de seu ingresso no ISEB. Assim, a obra tem o aspecto de uma coletânea de estudos, em que o autor procura, por meio da ideia de “Revolução Brasileira”, dar um sentido às cinco partes que a compõem. Vale ressaltar que nessa obra, pela primeira vez, o autor apresenta o termo “Revolução Brasileira”, termo esse com que designa a ideia que norteou sua produção ao longo do tempo em que esteve no ISEB.

As três obras de Sodré que foram selecionadas para esse capítulo constituem um diálogo do autor com as questões que ele identifica em seu tempo. De uma forma geral, são questões relacionadas ao grande debate que se promove em torno de metas e programas para o desenvolvimento do Brasil em diversos campos – o social, o político e o econômico. Debate em que, por meio do ISEB, o autor lança suas críticas, apontando suas divergências não só para com o modelo de desenvolvimento colocado em prática pelo governo de Juscelino Kubitschek, mas para com a estrutura econômica brasileira.

Em que consistia a divergência de Sodré em relação ao chamado “Plano de Metas” colocado em prática pelo governo de Juscelino Kubitschek? E de que maneira essa divergência se relaciona à crítica da estrutura econômica brasileira? Basicamente, a divergência consistia na defesa de Sodré de que o Brasil precisava promover seu desenvolvimento econômico sobre aquilo que nomeava de “bases nacionais”. Sodré denunciava a existência de um “quadro de espoliação” do Brasil por outros países, em que na maior parte do tempo os interesses nacionais eram relegados a um segundo plano. Para o autor, persistia no Brasil os remanescentes de uma “economia colonial” em que alguns poucos, no plano interno, para

beneficiar a si mesmos e para manter seu domínio político e econômico sobre o país, estabeleceram acordos comerciais que eram prejudiciais aos interesses nacionais. As classes dominantes que mantinham o controle da máquina administrativa do Brasil eram responsáveis por uma política econômica que resultava em constante sacrifício das demais classes, e em maximização dos lucros para si e para seus aliados externos. Ao longo dos séculos mudaram as nações que exploravam o Brasil e tornou-se mais complexo o grupo dominante internamente. Mas, para Sodré, a relação de dependência e de subordinação do Brasil no quadro das relações internacionais, assim como o alijamento social, político e econômico da maior parte da população permaneceu praticamente inalterado desde os tempos em que o país foi colônia de Portugal. Essa premissa se encontra na base da narrativa de todas as obras que Sodré publicou ao longo dos anos no ISEB.

Para Sodré, os acordos políticos, econômicos e militares estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos, da forma como vinham ocorrendo desde o início do século XX, impediam o desenvolvimento econômico e a real independência nacional⁴⁹. A esperança depositada na eleição de Juscelino Kubitschek, de ruptura com esse estado de subordinação se transformou em decepção. Não houve, segundo Sodré, continuidade na política nacionalista, iniciada por Vargas, de estatização de recursos naturais, algo que o autor considerava de vital importância para a conquista da soberania nacional. Para Sodré, com exceção da Petrobras, os recursos minerais brasileiros⁵⁰ estavam controlados em sua maioria por empresas estrangeiras, ou sendo simplesmente exportados a preços muito baixos em benefício do desenvolvimento industrial daquelas nações. Ao invés de defender o mercado interno e de promover o desenvolvimento da indústria e da “burguesia nacional”, para Sodré, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek promoveu a entrada das empresas multinacionais no Brasil, que exploravam o mercado interno e remetiam seus lucros para os países de origem. Contudo,

⁴⁹ Tal como foi dito, nas obras analisadas nesse capítulo, não há referências diretas ao Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Críticas diretas foram realizadas pelo autor em *Formação Histórica do Brasil*, onde o autor afirma que no governo de Juscelino “a política de acomodação com o latifúndio e o imperialismo levava a inflação a limites inexcedidos, em prejuízo dos interesses do povo brasileiro”. Segundo Sodré, “uma autêntica política de desenvolvimento não pode servir ao imperialismo e ao latifúndio, como ficou claro com a experiência realizada [no governo de Juscelino Kubitschek]”. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 392.

⁵⁰ “Não há, hoje, recurso mineral conhecido, entre nós, que não esteja comprometido com os monopólios estrangeiros”. Ibidem, p. 385.

somente em 1962 Sodré formalizou críticas diretas ao plano econômico do governo de Juscelino Kubitschek, na obra *Formação Histórica do Brasil*.

Estando Sodré inserido no ISEB, instituição mantida com verbas governamentais e com o objetivo de apoiar o plano de desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek, pode-se entender porque não criticou abertamente as práticas do governo brasileiro. No entanto, isso não quer dizer que as críticas não existiram. Sodré promoveu em suas obras reflexões que procuravam demonstrar as relações de dependência econômica que identificava em seu tempo. Procurou, também, demonstrar que essas relações não eram novas, ao contrário, eram o resultado de um processo histórico. Mas, longe de ter uma visão pessimista acerca do presente – a despeito da situação política, econômica e social que diagnosticava – identificava elementos suficientes para a superação dos “entraves” ao desenvolvimento nacional. Entre os elementos identificados pelo autor para a superação dos entraves ao desenvolvimento, pode-se citar: a existência de um mercado interno, de uma indústria nacional, e de um “povo”. Segundo Sodré, o “povo” era constituído pelas classes imbuídas na luta contra as forças ligadas ao imperialismo. Nessas obras, percebe-se que o autor depositava na “classe média” o papel de condutora da luta. Nas obras *Formação Histórica do Brasil* e *Quem é o povo no Brasil?*, publicadas em 1962, percebe-se que o autor operou uma revisão no que se refere ao papel da classe trabalhadora na luta contra as forças internas e externas que impediam o desenvolvimento brasileiro – sendo que em *Quem é o Povo no Brasil?* o próprio conceito de “povo” foi reformulado. De qualquer maneira, nas obras analisadas nesse capítulo, está presente aquilo que norteou toda a sua produção ao longo dos anos em que esteve no ISEB: sua expectativa acerca do futuro, qual seja, de superação do que havia de “velho” na estrutura econômica no país por meio do que chamou de “Revolução Brasileira” – levar a cabo o processo de desenvolvimento da estrutura econômica brasileira com base no capital nacional.

E o que vem a ser o “velho” para Sodré? Em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, o “velho” foi definido como a permanência da grande propriedade rural, cuja produção destinava-se ao mercado externo dominado pelas potências capitalistas estrangeiras em benefício dessas potências. O “velho” também era representado pela penetração da indústria estrangeira, estabelecida no Brasil – muitas vezes com a participação de elementos nacionais, o que dava a falsa impressão de ser uma indústria brasileira – explorando a mão de obra, os recursos naturais e o mercado nacional e remetendo, livremente, seus lucros para os países de

origem. Na composição social brasileira, portanto, fazia parte do “velho” os latifundiários, a grande burguesia e os grupos ligados à importação de produtos industrializados, aos quais não interessava a produção nacional de tais produtos. Na crítica ao “velho” da estrutura econômica e produtiva do Brasil é possível constatar a oposição do autor à política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek que incentivou a entrada das empresas multinacionais no Brasil, ainda que não tenha sido feita qualquer referência direta ao então presidente.

Entre as obras analisadas nesse capítulo, a composição modelar que orienta a construção da narrativa em *As Classes Sociais no Brasil* (1957) – apontada no primeiro capítulo desse trabalho – está presente tanto em parte de *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), quanto em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* (1959). Ou seja, os problemas que foram previamente identificados pelo autor, com base em suas experiências do presente, é que determinaram a composição da narrativa acerca do passado. Contudo, essa identificação prévia dos problemas não é denunciada pelo autor ao longo de sua narrativa em nenhuma de suas obras. A estratégia de convencimento do autor passa por uma artimanha da linguagem que consiste na análise do passado como “elemento de informação” que, investigado com os “métodos” da história, lhe serve de argumento justificador para seu diagnóstico dos problemas do presente. Essa operação entre passado e presente lhe permite criar a base sobre a qual projeta suas expectativas quanto ao futuro. Segundo Sodré, é papel da história

esclarecer, com seus elementos de informação e com os seus métodos, as razões do que vem acontecendo em nossos dias, ao mesmo passo que, com os recursos que proporciona, ajudar a constituição de bases seguras para todas as iniciativas destinadas a influir daqui para a frente.⁵¹

A questão é que o ponto de chegada da narrativa histórica de Sodré estava dado previamente, uma vez que foi predeterminado por suas experiências no presente, por sua perspectiva política e por suas expectativas quanto ao futuro. É a partir dessa inscrição

⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 55.

particular da ordem do tempo, na maneira como encadeia passado e presente, que o autor pensa os elementos necessários para a superação dos “entraves” que identifica em seu tempo e projeta um futuro desejado. Daí que os elementos responsáveis pela transformação da realidade, ao longo da obra de Sodré são alterados e novos sujeitos são inseridos na equação, pois a experiência no presente se modifica. Disso resultam as revisões e modificações que o autor promove em sua narrativa do passado, ainda que permaneça inalterada a expectativa básica quanto ao futuro – a concretização da “Revolução Brasileira”.

Dentre as três obras selecionadas para esse capítulo, *Introdução à Revolução Brasileira* será analisada antes das demais. Essa escolha, a princípio, parece quebrar com a ideia defendida nesse trabalho de estudar a produção de Sodré na diacronia, uma vez que essa obra foi publicada cinco meses depois de *O Tratado de Methuen*. A justificativa para esse movimento relaciona-se à ideia de que os textos presentes em *Introdução à Revolução Brasileira* parecem ter sido produzidos antes das demais.

Sodré dividiu *Introdução à Revolução Brasileira* em cinco partes, as quais receberam os seguintes títulos: “Evolução da Sociedade – As Classes Sociais no Brasil”; “Evolução da Economia – Formação da Economia Nacional”; “Evolução da Cultura – Elaboração da Cultura Nacional”; “Evolução Militar – Formação do Exército Nacional”; “Evolução Racial – A Miscigenação e a Sociedade”.

Pode-se, inicialmente, pensar que a narrativa da obra foi articulada a partir da ideia da “Revolução Brasileira”, tal como promete o título da obra, contudo, não foi o que ocorreu. Ao contrário, a sugestão é que cada uma das partes que compõe o livro foi produzida separadamente e que somente posteriormente, foram convenientemente arranjadas para publicação. Pode-se inferir que, com exceção das duas primeiras partes, os demais textos foram produzidos em um período anterior à criação do ISEB, quando Sodré serviu em Cruz Alta, no Sul do país e depois, no retorno ao Rio de Janeiro, pouco antes de ingressar como membro do ISEB⁵². Sendo assim, optou-se começar esse capítulo pelo estudo de *Introdução à Revolução*

⁵² Após a publicação do artigo “Considerações sobre a Guerra da Coreia”, em que o autor toma posição contrária à intervenção militar estadunidense no conflito, Sodré foi transferido do Rio de Janeiro para uma guarnição na serra gaúcha, em Cruz Alta, em 1951. O retorno ao Rio de Janeiro ocorreu em 1955, quando fica como adido à 1ª Circunscrição de Recrutamento – “órgão burocrático, função sem revelo”. Esse período permitiu a Sodré aprofundar leituras e dedicar-se à escrita. ARARIPE, Luís de Alencar.

Brasileira com o propósito de demonstrar a articulação dessa obra com as demais obras publicadas pelo autor ao longo de sua trajetória no ISEB. Fundamentalmente, porque a partir do diálogo existente entre a narrativa da primeira e da segunda parte dessa obra é possível verificar o posicionamento político de Sodré no momento da publicação e cotejá-lo com os posicionamentos políticos que estavam na base das outras narrativas publicadas posteriormente pelo autor nos tempos do ISEB.

Para o objetivo proposto nesse capítulo, de pensar a produção da narrativa de Sodré em diálogo com as propostas em pauta para o desenvolvimento nacional, analisar-se-á fundamentalmente a segunda parte de *Introdução à Revolução Brasileira*. A primeira parte, “Evolução da Sociedade – As Classes Sociais no Brasil” é a reprodução praticamente sem alterações de *As Classes Sociais no Brasil*, publicada pelo ISEB em 1957 e analisada no primeiro capítulo desse trabalho. A segunda parte consiste em uma exploração da história do Brasil a partir do viés econômico, cuja construção narrativa, tal como foi dito, obedece àquela composição modelar existente na narrativa de *As Classes Sociais no Brasil*.

Ao analisar a narrativa da segunda parte de *Introdução à Revolução Brasileira*, “Evolução da Economia – Formação da Economia Nacional”, é possível pensá-la como uma continuidade, ou melhor, uma complementação à análise que Sodré promoveu em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957. Em ambos os casos, trata-se de uma análise histórica que tem o objetivo de promover um diagnóstico dos problemas que identificava em seu tempo, tais como o poder dos grandes proprietários rurais e suas ligações com o capital estrangeiro que impediam o desenvolvimento econômico do Brasil sobre bases nacionais. Assim como, ambas as partes as narrativas operam com vistas a mobilizar o leitor na direção da expectativa de futuro alimentada pelo autor – a superação dos problemas, historicamente identificados, a partir da ação conjunta das classes sociais brasileiras comprometidas com o desenvolvimento nacional, levando a cabo a “Revolução Brasileira”.

As outras três partes que compõem *Introdução à Revolução Brasileira* promovem discussões outras que não aquelas que visam a dialogar diretamente com a questão do desenvolvimento nacional, a saber: em “Evolução da Cultura – Elaboração da Cultura Nacional”, Sodré discutiu o papel da cultura e da ideologia no Brasil, estudo que foi ampliado

e revisto pelo autor em *A Ideologia do Colonialismo*, de 1961, e que é analisado no terceiro capítulo desse trabalho; em “Evolução Militar – Formação do Exército Nacional” o autor aborda o papel das forças armadas na história brasileira, adotando um recorte cronológico que tem início no período colonial, que seria a gênese das forças armadas, avançando até meados do século XX, no momento em que a atuação de oficiais do Exército garantiu a posse de Juscelino Kubitschek; em “Evolução Racial – A Miscigenação e a Sociedade”, Sodré abordou o papel social do mestiço e do negro na sociedade brasileira, discussão que também foi retomada e ampliada pelo autor em *A Ideologia do Colonialismo* quando analisou, particularmente, a obra de Oliveira Vianna.

Assim, não foi possível perceber uma verdadeira organicidade entre os textos que compõem *Introdução à Revolução Brasileira*, ainda que os títulos das cinco partes que compõem a obra comecem com a palavra “Evolução”. A partir da análise da obra é possível inferir que, ao menos, as três últimas partes foram produzidas em diferentes momentos, antes do ingresso de Sodré no ISEB. A composição modelar da narrativa, no que se refere à ordem do tempo inscrita pelo autor na forma de encadear passado, presente e futuro, aparece claramente apenas nas duas primeiras partes.

Registre-se, mais uma vez, que o termo “Revolução Brasileira” aparece pela primeira vez, entre as obras produzidas por Sodré, em *Introdução à Revolução Brasileira*, e apenas duas vezes ao longo dessa obra. Cabe transcrever a breve introdução que recebeu o título de “Advertência”, em que o autor descreve o que pensa por “Revolução Brasileira”

Como Revolução Brasileira entendemos o processo de transformação, que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda hoje se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país.

Discriminado as origens das forças interessadas no processo nacional, e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime

democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas, de outro lado.⁵³

A partir do trecho, é possível levantar três questões que merecem ser observadas por constituírem elementos importantes a Sodré na construção de sua narrativa. Primeiro, a afirmação da manutenção de traços coloniais na estrutura social, política e econômica brasileira; segundo, o Brasil não ter passado por uma “revolução burguesa” e, portanto, a necessidade dessa revolução no curso histórico do país ou no processo de desenvolvimento brasileiro; terceiro, a firme convicção de que os entraves ao desenvolvimento brasileiro poderiam ser superados e de que, em seu tempo, as condições para tal superação existiam de forma inequívoca.

Tendo no horizonte essas três questões, constata-se a composição de uma narrativa histórica que em sua urdidura particular de passado, presente e futuro, permite que o autor identifique em seu tempo algo que chamou de o “novo” no processo histórico brasileiro, uma convergência de forças capazes de alterar o próprio rumo da história. Essa convergência contava com o desenvolvimento de uma indústria nacional, com o crescimento do mercado interno, com o fortalecimento político e econômico da classe média, com a existência de uma burguesia nacional e de um proletariado, todos obstaculizados em seu pleno desenvolvimento pela permanência do “velho”.

O caráter da “Revolução Brasileira” inscrito na narrativa de Sodré é de cunho essencialmente burguês. Não há uma proposta de ruptura com o capitalismo. Ao contrário, o que está em jogo é o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Assim, a “Revolução Brasileira” é, na verdade, o processo de ruptura com o que há de colonial na estrutura brasileira e o enfrentamento da dominação promovida pelo capitalismo imperialista, no plano interno. Um processo revolucionário que obedece a um expediente democrático, pois deve considerar tanto os interesses do “proletariado”, quanto os interesses da “burguesia nacional”. Assim, a luta de classes cede lugar, no plano interno, para uma associação entre as classes na luta contra o imperialismo. Particularmente em *Introdução à Revolução Brasileira*, quando Sodré expressa sua perspectiva de revolução, percebe-se que o protagonismo na condução do processo é reservado à “pequena burguesia”, oriunda da classe média, e não ao “proletariado”.

⁵³ SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 1.

Tal como foi dito, a segunda parte de *Introdução à Revolução Brasileira* mantém sintonia fina com a primeira parte. Nela, o autor promove um estudo histórico do desenvolvimento econômico do Brasil que procura complementar a análise do desenvolvimento das classes sociais brasileiras, existente na primeira parte. O objetivo era o de fundamentar de forma mais ampla o diagnóstico que traçou dos problemas que identificava em seu tempo. Na primeira parte da obra, Sodré denunciou a existência de classes sociais no Brasil que estavam dispostas a abrir mão da real independência nacional ao se subordinar aos interesses de outras nações para manter o controle interno do país – a classe dos proprietários de terras e parte da burguesia ligada ao imperialismo. Na segunda parte, procurou demonstrar a gênese e o desenvolvimento dos mecanismos, internos e externos, que condicionaram a dependência econômica brasileira e que impediam o desenvolvimento de forças produtivas voltadas para o atendimento do que considerava as necessidades nacionais.

Da mesma maneira, é possível perceber que: se na primeira parte da obra, Sodré identificou a existência de classes sociais e de grupos com condições de romper com a dependência econômica e política brasileira em relação às potências capitalistas estrangeiras – a classe trabalhadora e a burguesia nacional – na segunda parte, demonstrou que o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil havia alcançado um patamar que tornava possível o desenvolvimento da produção sobre bases nacionais, capazes de superar os entraves que ainda persistiam na estrutura econômica nacional e que impediam seu pleno desenvolvimento. A esse respeito Sodré afirma:

Índices dos mais expressivos demonstravam o fortalecimento da economia nacional, seus triunfos em vários setores, suas amplas possibilidades. Alguns deles, a supremacia da produção industrial sobre a produção agrícola, a supremacia da circulação interna de mercadorias sobre a circulação externa, eram de eloquência esmagadora. Tendo, através das maiores dificuldades, de enormes obstáculos, prosseguido a sua elaboração, estruturava-se agora, em condições de dar ao país os rumos que os seus recursos permitiam.⁵⁴

Sodré identificava na contemporaneidade brasileira uma luta entre dois setores opostos, um embate entre o “velho” e o “novo” na ordem econômica brasileira. Cabe, portanto,

⁵⁴ Ibidem, p. 103.

compreender na trilha percorrida pelo autor, na construção de sua narrativa, os elementos que o levaram a diagnosticar o que era “velho” e o que era “novo”, tornando possível para ele definir as condições de superação dos “entraves” que identificava no presente e projetar suas expectativas quanto ao futuro.

Na segunda parte de *Introdução à Revolução Brasileira*, “Evolução da Economia – Formação da Economia Nacional”, Sodré apresentou o processo do desenvolvimento econômico brasileiro, dividindo-o em quatro etapas, na seguinte ordem: Economia Colonial (1550-1750); Integração na Economia Mundial (1750-1850); Elaboração da Economia Nacional (1850-1920); Estruturação da Economia Nacional (1920-...). Cada uma dessas fases está determinada, segundo o autor, por fatores internos e externos. Mas ocorre que na sucessão dessas etapas, não há uma ruptura total entre elas, sendo o processo permeado por muitas continuidades. Assim, aquilo que o autor caracteriza como sendo a estrutura básica da primeira etapa – uma economia de cunho colonial e dependente – persiste e convive com elementos diversos que caracterizam as demais fases. Esse é um dos argumentos imbricado na narrativa de Sodré, a persistência, em seu tempo, de uma estrutura econômica colonial arcaica no Brasil, em conflito com elementos modernos, ou seja, uma luta entre o “velho” e o “novo”.

A primeira etapa, descrita por Sodré, é aquela em que havia uma íntima ligação do Brasil, ainda colônia, com sua metrópole, Portugal. Essa ligação resultava em uma restrição muito grande à economia brasileira, circunscrita aos ditames do que se convencionou chamar de pacto colonial. No Brasil seriam produzidos gêneros tropicais que pudessem ser comercializados na Europa por Portugal, e qualquer artigo manufaturado que fosse consumido no Brasil ou que fosse necessário para realizar a produção deveria ser adquirido por meio de comerciantes portugueses.

O autor parte da premissa de que a colonização do Brasil estava circunscrita ao processo de expansão do comércio em Portugal, país em que predominava o capitalismo mercantil. Assim, no Brasil, as relações de produção estavam determinadas por esse impulso do “capitalismo comercial” existente em Portugal. Mas para atender às exigências do mercado consumidor, a estrutura econômica colonial no Brasil apresentou duas características novas em relação à estrutura econômica existente na metrópole. Trata-se, de um lado, da formação de grandes propriedades monocultoras, e de outro, da instituição do trabalho escravo, que Sodré apresenta com “regime de trabalho servil”.

Sodré faz breve alusão à dificuldade de trazer da Europa trabalhadores para a lavoura canavieira no Brasil, assim como à dificuldade no trato com o indígena. Argumentou que a imposição do trabalho escravo, especialmente o de origem africana, no Brasil colonial foi exigência do enquadramento da atividade desenvolvida – a produção agrícola monocultora voltada para exportação – no conjunto do capitalismo mercantil.

Nesta direção, o autor adverte que a introdução do “trabalho servil” no Brasil não pode ser pensada como um retrocesso a um modo de produção anterior, mas como uma particularidade do modo de produção capitalista na sua fase mercantil, específica das colônias americanas. Nas palavras de Sodré

Trata-se, no caso, pois, de uma decorrência particular ao desenvolvimento do capitalismo mercantil, nada tendo a ver, senão a semelhança, com o instituto servil da época histórica mais recuada, quando o motivo de sua vigência foi inteiramente diverso. [...]. Vemos estabelecida, assim, a rígida ossatura da empresa comercial montada no Brasil: a grande propriedade e o trabalho servil, gerando a grande produção para abastecer mercados externos.⁵⁵

Aqui, tal como em *As Classes Sociais no Brasil*, o autor persiste no uso do termo “servil”, quando na verdade se trata de escravidão. O que gera grande confusão, pois o termo “servil”, ao se referir à forma de trabalho, poderia ser associado ao modo de produção feudal. A possível confusão é desfeita quando, apesar da insistência no uso do termo “servil”, encontra-se em algumas passagens a palavra “escravo”, para designar o sujeito que trabalha na grande propriedade colonial brasileira. Mas, para que não reste dúvida quanto ao sentido do termo “servil” como sinônimo de escravo na obra em questão, o próprio Sodré enfatiza que não havia no Brasil, nem mesmo diante da pretensa autarquia dos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste, “formas feudais de produção”.

Na fase anterior [a primeira etapa, da “Economia Colonial”], alguma coisa poderia trazer de dúvida pela apreciação de um que outro sinal exterior, mais aparente do que real, para o perfeito entendimento de particularidade tão importante. Surgiram mesmo, em nosso tempo, a esse respeito, especiosas e inconsequentes controvérsias, como aquela,

⁵⁵ Ibidem, p. 63.

para só citar uma, que se levantou a respeito da vigência, entre nós, de formas feudais de produção, pretensamente consignadas nos direitos que cabiam aos donatários em seus forais e títulos de doação. Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente capitalistas.⁵⁶

Para Sodré, nessa segunda parte de *Introdução à Revolução Brasileira*, “Evolução da Economia – Formação da Economia Nacional”, de 1958, no período caracterizado como sendo a primeira etapa da história econômica brasileira, a estrutura econômica e as formas de produção estavam determinadas por relações capitalistas inequívocas. O que ocorreu no caso brasileiro foi, portanto, a necessidade de adaptações para que essa economia colonial, fornecedora de gêneros tropicais em larga escala para o mercado europeu, se integrasse na economia mundial. Segundo Sodré, a adaptação do capitalismo mercantil às condições existentes no Brasil colonial, que condicionou a formação de grandes propriedades rurais e a utilização da mão de obra escrava para a produção, resultou no aparecimento de uma forma particular de capitalismo, o “capitalismo colonial” – tal como enunciado em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957.

No primeiro capítulo desse trabalho, foi apresentado o diálogo que Sodré estabeleceu com a obra de Roberto Simonsen – em que Sodré adotou argumentos semelhantes aos de Simonsen, ao refutar a tese da existência de relações feudais no Brasil. Quanto à caracterização do regime de trabalho adotado no Brasil colonial, também foi possível perceber a aproximação de Sodré tanto com os argumentos de Simonsen, quanto com os argumentos presentes em *História Econômica do Brasil*, obra publicada por Caio Prado Júnior em 1945.

Ao caracterizar a economia colonial, Simonsen, admite que a adoção do trabalho escravo e, mais particularmente, do escravo de origem africana, se deu devido à impossibilidade das tarefas da produção em larga escala se realizarem com a mão de obra do nativo ou com a de trabalhadores europeus. Na análise de Simonsen não apenas a solução da escravidão é demonstrada como necessidade inerente à empresa colonizadora como ela se conjuga perfeitamente com a fase mercantil do capitalismo, uma vez que o tráfico de escravos de origem africana constituída em fonte de lucro para comerciantes lusitano e para a Coroa portuguesa.

⁵⁶ Ibidem, p. 78-9.

Refletindo sobre a questão da mão de obra na produção açucareira, Simonsen afirma que:

Como conseguir, ainda, que trabalhadores europeus, no regime social e político da época, encontrando além disso serviços suficientes em zonas climatéricas a que estavam afeitos, fossem voluntariamente emigrar para colônias tropicais, a fim de atuar em desacordo com suas tradições e aptidões físicas? Ademais, Portugal despovoava-se com suas expansões marítimas e com suas guerras no ultramar.

Os indígenas no Brasil, com mentalidade inteiramente primitiva, muito distanciada do tipo de civilização, que gera a contínua ambição de riquezas, não trabalhavam voluntariamente em qualquer ocupação fixa; nem tampouco possuíam, para isso, a necessária resistência física. Só restava, pois, aos lusitanos, a obtenção da mão-de-obra necessária à organização econômica da Terra de Santa Cruz, no trabalho forçado. [...]. A Coroa portuguesa, insatisfeita com os tributos e outras vantagens que retirava do comércio dos escravos negros, chamou-o a si, durante certo tempo, fazendo comprar os cativos e revendendo-os na colônia com grande lucro.⁵⁷

Contudo, é importante reafirmar que, mesmo quando se vale de muitos dos argumentos de Simonsen, Sodré procurou pautar sua escrita pelo materialismo histórico. Mesmo que ainda vacilante na definição do processo, a questão para o autor é o enquadramento da produção colonial em uma etapa determinada na sucessão dos modos de produção⁵⁸. Por essa razão a preocupação em demonstrar que o escravismo colonial era especificidade do “capitalismo colonial” e não guardava qualquer referência com o modo de produção escravista da chamada Antiguidade Clássica.

Quanto à caracterização da economia colonial no Brasil, na fase em que predominou a produção açucareira, Sodré reproduz entre aspas um trecho da obra *História Econômica do Brasil* (1945), de Caio Prado Júnior, sem fazer qualquer referência à fonte – apenas dizendo que se trata de “um autor moderno”. No trecho reproduzido por Sodré, Caio Prado Júnior afirma que a produção de açúcar no Brasil:

⁵⁷ SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 162-4.

⁵⁸ Ao tentar resolver o problema do escravismo colonial no Brasil na determinação do modo de produção colonial, Sodré trabalhou com a noção de “regressão” na obra *Formação História do Brasil*, de 1962.

Não será a simples feitoria comercial que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, manter-se-ão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.⁵⁹

Sodré irá se apoiar nesse “sentido da colonização tropical”, apresentado por Caio Prado Júnior, para pensar o lugar que a economia colonial brasileira ocupava em um quadro amplo do desenvolvimento do capitalismo na Europa. Em outras palavras, a ideia de que sentido da colonização e de todo o desenvolvimento econômico posterior experimentado no Brasil foi, de uma maneira geral, limitado ou condicionado pelos interesses de países capitalistas desenvolvidos.

É nesse sentido que o conceito de “capitalismo colonial” coloca em operação questões muito importantes na narrativa de Sodré. Em primeiro lugar, por um lado, garante a coerência de sua análise que parte do pressuposto de que se desenvolveu no Brasil uma forma de capitalismo dependente, que tem sua origem na colonização e que perdurou até o tempo em ele, autor, vivia, alterando a forma e mantendo a essência – o caráter de dependência. E, por outro lado, o conceito é uma resposta àqueles que advogavam a tese da existência de relações

⁵⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. p. 22-23.

feudais no Brasil. Assim, tanto o uso do trabalho escravo não pode ser pensado como retrocesso a um modo de produção anterior ao capitalista, quanto os grandes proprietários de terra não podem ser tomados por senhores feudais. Sodré afirma que, apesar de alguns autores defenderem a autarquia dos engenhos no Nordeste, tentando enxergar na grande propriedade rural monocultora a estrutura do feudo medieval, a liberdade e o poder de cada senhor de engenho eram muito limitados. Uma vez que pesava sobre os engenhos a determinação do pacto colonial, a liberdade que existia era, no máximo, a política, mas nunca a comercial.

Em segundo lugar, a partir do conceito de “capitalismo colonial”, Sodré complementa o diagnóstico dos problemas que identifica em seu tempo, iniciado em *As Classes Sociais no Brasil*, ao analisar as características da estrutura econômica e produtiva que deu origem à classe dos grandes proprietários rurais no Brasil. Partindo da constatação de que a produção de gêneros agrícolas se destinava à exportação, e não ao consumo interno, Sodré demonstra a histórica ligação da classe proprietária de terras com o mercador estrangeiro, e a consequente subordinação da primeira em relação ao segundo, que determinava o valor e o controle da distribuição dos produtos coloniais no mercado externo.

Daí pode Sodré afirmar que os interesses da classe dos proprietários de terras são parte do que há de “velho” na estrutura econômica brasileira, por se tratarem de interesses considerados antinacionais. A produção agrícola voltada para exportação sobre a base da grande propriedade beneficiava, internamente, apenas a classe dos proprietários de terras, uma vez que não desenvolvia o mercado interno e utilizava o trabalho escravo. Assim, a permanência da grande propriedade agroexportadora representaria aquilo que persistia de colonial na estrutura econômica brasileira. A superação do latifúndio agroexportador era, portanto, uma das lutas a serem enfrentadas, em meados do século XX, pelas classes sociais comprometidas com o desenvolvimento nacional, ou seja, comprometidas com o “novo”. Segundo Sodré

A profundidade a que, em dois séculos de vigência absoluta, atingiram os fatores oriundos da fase colonial primitiva ofereceu as condições para que, embora já não de forma absoluta, permanecessem presentes e atuantes até os nossos dias, num contraste singular, que constitui uma das mais curiosas anomalias da fisionomia brasileira moderna. O Brasil é ainda suficientemente colonial para que se denunciem, por toda a parte, em variados aspectos, a presença do passado, e do

passado distante, num momento em que se processa a mais acelerada transformação de sua história.⁶⁰

Até 1850, o cenário econômico brasileiro pode ser resumido, segundo Sodré, pelo predomínio da grande propriedade agroexportadora que resultava na grande dependência em relação ao mercado externo que, por sua vez, absorvia a produção nacional, ditando, externamente, o preço e a distribuição dos produtos. Nesse cenário, pela utilização do trabalho escravo na grande lavoura, não havia muitas oportunidades de trabalho e de negócios para o restante da população livre, pelo restrito mercado interno e pela inexpressividade dos centros urbanos. Esse quadro, segundo Sodré, persistiu sem grandes alterações até a terceira etapa da economia no Brasil, quando ocorreu a “Elaboração da Economia Nacional”.

Segundo Sodré, somente a partir dessa terceira etapa, entre 1850 e 1920, que surgiram outros elementos, identificados como problemas persistentes ainda em seu tempo, cuja superação garantiria a emancipação econômica e política brasileira. Tratava-se da ampliação do controle estrangeiro sobre o mercado interno e o domínio sobre a produção industrial que lentamente surgia no Brasil, além do controle externo sobre setores importantes que estavam relacionados de forma direta e indireta à produção. O processo que resultou no domínio externo sobre o mercado e a produção internos, para Sodré, teve origem no caráter colonial da economia brasileira e estava intimamente relacionado às políticas adotadas pela classe dos proprietários de terras no exercício de seu domínio político no Brasil.

O processo remonta ao período imediatamente posterior à emancipação política, em 1822, pelo recurso de contrair empréstimos estrangeiros para custear o funcionamento da máquina burocrática, diante dos constantes déficits da balança comercial brasileira. Esses empréstimos resultavam, segundo Sodré, em “soluções aparentes” que levaram à desvalorização da moeda, ao esgotamento das reservas e à impossibilidade de esboçar qualquer alternativa à grande lavoura. Apesar da emancipação política, continuava a economia brasileira dependente da exportação de produtos agrícolas. Contudo, em um cenário diverso. O capitalismo mercantil que norteava as práticas econômicas das nações europeias no início da colonização havia cedido espaço para o capitalismo industrial. Da esfera econômica portuguesa, o Brasil havia caído sob o domínio da esfera econômica inglesa.

⁶⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 67.

O desenvolvimento da indústria na Inglaterra e a sua necessidade crescente de novos mercados, segundo Sodré, resultaram no apoio do governo inglês às independências na América e no combate ao tráfico de escravos. Ambas as situações, pacto colonial e escravidão, eram prejudiciais ao desenvolvimento do capitalismo industrial, e o governo inglês tratou de combatê-las. Para o Brasil, o advento do capitalismo industrial provocou alterações na estrutura produtiva brasileira. Uma pressão externa e, também, interna resultou na crise da escravidão e na sua gradual extinção, inicialmente com a proibição do tráfico negreiro, até a abolição do trabalho escravo como um todo. Diante da impossibilidade de trazer novos escravos e do baixo crescimento vegetativo daqueles que já viviam no Brasil sob a condição de escravos, a necessidade de mão de obra levou o governo imperial brasileiro a estimular a vinda de imigrantes de origem europeia, antes mesmo da abolição. Esse fator trouxe, segundo Sodré, alterações significativas.

A necessidade crescente de mão de obra e o estímulo à imigração de trabalhadores de origem europeia estão relacionados ao crescimento da lavoura cafeeira no Sudeste. Ainda que persistisse a estrutura produtiva baseada na grande propriedade monocultora, o crescimento da produção cafeeira, a partir de 1850, resultou em duas mudanças importantes que guardam uma íntima relação entre si: o crescimento do mercado interno e o aparecimento das primeiras indústrias, cujo capital era estrangeiro.

Pois que diante do crescimento do mercado interno, as nações industrializadas da Europa, que tinham o Brasil como um fornecedor de produtos agrícolas, passaram não só a ampliar seu controle sobre o mercado interno. O que ocorreu, vindo a se consolidar a partir da fase de “Estruturação da Economia Nacional (1920-...)”, foi a introdução de muitas indústrias estrangeiras no Brasil, que vieram produzir aqui muitos dos produtos que até então eram exportados para o mercado brasileiro. O governo brasileiro, por sua vez, dependente do mercado estadunidense, que à época absorvia a quase totalidade das exportações brasileiras, concedeu vantagens para que as empresas estadunidenses instalassem suas indústrias no Brasil. Mas não foi só o governo estadunidense que conseguiu benefícios fiscais e liberdade de remessa de lucros. Países como Alemanha e Inglaterra, que eram credores do governo brasileiro, também conseguiram benefícios semelhantes. Essas indústrias estrangeiras, que passaram a atuar no Brasil, em muitos casos, se associaram a empresários nacionais, o que dava a elas, segundo Sodré, a falsa impressão de serem indústrias nacionais.

Assim, Sodré promove uma crítica ao modelo de desenvolvimento do governo de Juscelino Kubistchek que, para incentivar a industrialização, concedeu benefícios à entrada de empresas multinacionais. Marcava, assim, sua oposição ao “Plano de Metas” elaborado com a contribuição decisiva de Roberto Campos a partir da expectativa de um desenvolvimento planejado que se amparava em investimentos estrangeiros⁶¹.

Para Sodré, o governo teria aprofundado a dependência brasileira ao entregar, ao capital internacional, setores importantes da produção. Esse capital, por sua vez, apropriava-se da capacidade interna instalada em benefício próprio, subordinando-a a seus interesses.

Aos velhos simulacros de transformar companhias estrangeiras em companhias estabelecidas no país, de introduzir empresas destinadas a operar parte do trabalho industrial das mercadorias fornecidas, – todas apresentadas com o disfarce de favorecerem o emprego da mão de obra nativa e aproveitando matéria prima interna, – suceder-se-iam operações ostensivas de simples entrega de recursos e da busca propiciatória de alianças com elementos nacionais da produção, colocados na situação de subsidiários.⁶²

Em suma, do caráter dependente da estrutura econômica brasileira, que Sodré chamava de colonial, surgiram condições para o estabelecimento de uma indústria estrangeira que, utilizando a capacidade produtiva instalada, se beneficiava de isenções fiscais, explorava a mão de obra e os recursos minerais, e dominava grande parte do mercado interno. Além de subordinar setores da produção nacional para sua própria produção, remetia livremente seus lucros para os países de origem. Esse quadro completa o que havia de “velho” na estrutura econômica brasileira e denunciava, segundo Sodré, a força do imperialismo no Brasil mantenedora, sobre novas bases, de um domínio econômico de tipo colonial sobre o país.

Destarte tal quadro, a ampliação do mercado interno criou, segundo Sodré, condições para o processo que chamou de “Estruturação da Economia Nacional”, base para a superação

⁶¹ Para uma análise do pensamento de Roberto Campos sob o viés do “desenvolvimento ‘não nacionalista’” e de seu papel fundamental na definição do planejamento seccional, amparado pela atração de capitais estrangeiros, colocado em prática pelo governo de Juscelino Kubitschek, conferir: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

⁶² SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 105.

dos entraves ao desenvolvimento nacional. O crescimento da população brasileira e a concentração de parte significativa dessa população nas cidades fortaleceram o poder econômico e político da classe média, pela oportunidade de novos negócios relacionados ao comércio e à prestação de serviços, dando origem ao que o autor chamou de “pequena burguesia”.

A ampliação do mercado interno, mesmo diante das adversidades oriundas da competição com as empresas estrangeiras, também permitiu o aparecimento de indústrias que tinham origem no capital nacional, cuja produção era voltada para atender as necessidades do mercado interno, formando o que definiu como “burguesia nacional”. Trabalhando nas indústrias, surgiu o “proletariado”, elemento que veio somar no quadro do que havia de “novo” no Brasil. Assim, para Sodré, de dentro da própria estrutura econômica de tipo colonial, que realizara mudanças para permanecer e se adequar às demandas do capitalismo, surgiram condições para a superação da situação de dependência econômica que o autor denunciava em seu tempo – a existência de um mercado interno forte, capaz de prover o desenvolvimento de uma indústria nacional e a existência de classes sociais no Brasil comprometidas com a luta contra o domínio político da classe dos proprietários rurais e de parte da burguesia associada aos interesses imperialistas.

Em diversos períodos da história brasileira, segundo Sodré, ocorreram manifestações que revelavam a insatisfação da população para com os efeitos da estrutura econômica de tipo colonial no Brasil. Mas somente em seu tempo era possível observar no Brasil uma conjunção de elementos suficientemente fortes e capazes de se opor com sucesso ao histórico domínio da classe dos proprietários de terras e às forças econômicas associadas ao imperialismo que controlavam o país. Para Sodré:

Só o fortalecimento dos elementos nacionais da estrutura econômica vigente nos levará, entretanto, ao rumo que nos convém. Está claro que havemos de preferir aquele que nos tornará uma grande nação, lutando para não regressarmos ao papel de simples colônia, a que nos pretendem submeter.⁶³

⁶³ Ibidem, p. 109.

Fica claro na leitura do trecho anterior que a “Revolução Brasileira” é o processo que decorre do desenvolvimento do capitalismo no Brasil sobre bases nacionais. Ao “preferir aquele que nos tornará uma grande nação”, o autor faz referência ao que chamava de “burguesia nacional”. Ou seja, se era necessária uma revolução do tipo burguesa no Brasil, essa não poderia ser conduzida pela parte da burguesia que, segundo Sodré, estava associada ao imperialismo. A “Revolução Brasileira” seria obra de uma parte da burguesia, aquela que tinha interesses nacionais. À questão da origem e dos interesses do que o autor chamava de “burguesia nacional” – em quem depositou tantas esperanças –, retornar-se-á ao final desse capítulo, na análise de *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*.

Os problemas identificados pelo autor, no que diz respeito ao desenvolvimento da indústria nacional e à entrada das multinacionais no Brasil durante o governo de Juscelino, podem ser observados em *O Tratado de Methuen*, publicado pelo ISEB, em 1957, como parte da coleção “Textos de Formação Histórica do Brasil”. Na obra em questão, o autor tratou de avaliar a importância do referido tratado para a dependência econômica lusa em relação à Inglaterra. Contudo, a obra pode ser lida como uma metáfora à política externa brasileira que, sob a justificativa de acelerar o processo de modernização da indústria nacional e de acelerar o crescimento econômico, por meio de acordos, permitiu a entrada e concedeu privilégios às empresas multinacionais no Brasil.

Se tomado apenas como um estudo histórico, *O Tratado de Methuen* apresenta uma releitura acerca das relações entre Portugal e Inglaterra nos séculos XVII e XVIII. A reavaliação de Sodré acerca da força do Tratado de Methuen para determinar a dependência lusa em relação à Inglaterra trouxe à tona uma interpretação que se contradiz outras narrativas em voga na década de 1950, e que permanecem aceitas como verdade ainda hoje. Essas narrativas apresentam o Tratado de Methuen como a causa principal da incapacidade portuguesa de desenvolver uma indústria própria, assim como a causa para que o ouro extraído no Brasil afluísse para os cofres ingleses⁶⁴. Esse tipo de interpretação, à qual Sodré se opôs, está presente nas obras de Pedro Calmon e de Roberto Simonsen.

⁶⁴ A interpretação acerca do Tratado de Methuen como causa da dependência lusa em relação à Inglaterra persiste nos dias atuais. É possível perceber a força e a permanência desse esquema explicativo tendo em vista sua presença nos livros didáticos adotados atualmente no Brasil. “Os termos do tratado de Methuen, assinado em 1703 com os ingleses e conhecido como ‘tratado de panos e vinhos’

Para Simonsen, em obra publicada em 1937:

Methuen, embaixador inglês em Portugal, conseguiu, após laboriosíssimas negociações, que se concluísse, em 1703, o célebre tratado que ia ligar definitivamente a orientação político-econômica portuguesa às diretrizes da política comercial inglesa. [...].

É preciso assinalar, para a perfeita compreensão desse tratado, que as manufaturas de pano de lã constituíam, na época, quase que a totalidade dos produtos industriais de exportação. Consentindo, dentro de seu território, a concorrência dos panos ingleses, matou Portugal o seu parque industrial e se tornou definitivamente uma nação agrícola, baseada na produção vinícola.⁶⁵

A respeito do Tratado de Methuen, em obra publicada em 1932, Pedro Calmon afirma que:

Portugal aderiu a essa coalizão; porém o enviado britânico, Sir John Methuen, obteve, pelo tratado de 27 de dezembro de 1703, a sua inteira sujeição econômica, abrindo-o à exportação dos lanifícios, em troca de uma pauta favorável à entrada dos vinhos portugueses.

De fato, a metrópole se reduziu, no grande negócio inglês que era o fornecimento das manufaturas às colônias de Portugal, a uma função de entreposto que pouco ou nada reteve das somas colossais que via transitar; empobrecia-se, enquanto se opulentavam os tecelões britânicos, e em breve sentiria que os milhões das suas minas lhe foram inúteis, enquanto o Brasil as segurava na Europa a definitiva freguesia para seus produtos agrícolas. Por isso o Tratado de Methuen,

pelos principais itens comerciais que abordava, inviabilizaram o surgimento de processos de produção industrial em território português”. VICENTINO, Cláudio. **História para ensino médio**: história geral e do Brasil. v. único. São Paulo: Scipione, 2001. p. 236. “Apesar de fortalecer um setor da burguesia lusitana, o tratado selou a sorte dos grupos manufatureiros portugueses. Carentes de recursos técnicos e de capitais, e vistos com desconfiança pelos representantes da Inquisição, os comerciantes e produtores de tecido sofriam agora a concorrência direta da manufatura inglesa. Assim, além de não realizar seu desenvolvimento industrial, Portugal abria a fenda de escoamento do ouro brasileiro para a economia inglesa”. CAMPOS, Flávio de. **A escrita da história**: ensino médio. v. único. São Paulo: Escala Educacional, 2005. p. 256.

⁶⁵ SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 97-8.

arruinado o reino, importou a prosperidade da possessão; tanto mais que os tecidos ingleses iam ser feitos, afinal, com o algodão brasileiro.⁶⁶

Trabalhos posteriores, e ainda em datas próximas à publicação do *Tratado de Methuen* de Sodré, mantiveram a visão tradicional de que o Tratado de Methuen foi responsável pela estagnação econômica de Portugal e por sua subordinação aos interesses econômicos ingleses. Trata-se do trabalho de autores como Celso Furtado e do já citado Pedro Calmon⁶⁷.

Segundo Celso Furtado, em obra publicada em 1958:

Conforme veremos em detalhe em capítulos subsequentes, o acordo comercial, celebrado com a Inglaterra em 1703, desempenhou papel básico no curso tomado pelos acontecimentos. Esse acordo significou para Portugal renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro e implicou transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil.⁶⁸

Na reavaliação do caso histórico, Sodré demonstrou que, anterior à assinatura do tratado, as condições de dependência de Portugal em relação à Inglaterra já existiam. Essas

⁶⁶ CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 97.

⁶⁷ Em obra publicada em 1959, Pedro Calmon reafirma suas análises sobre o papel do Tratado de Methuen na subordinação econômica de Portugal em relação aos interesses comerciais ingleses: “a súbita entrada do ouro do Brasil nos mercados ingleses e holandeses (graças às remessas lícitas, muito mais ao contrabando invisível), determinara – inevitável – a desvalorização dos padrões monetários. Barateando o ouro, melhoraram as indústrias, e preso Portugal às estipulações do tratado de 1703, logo o trocou pelos tecidos, pela manufatura, pelas ferramentas, pelo luxo, até pelos gêneros de primeira necessidade, de que carecia, na sua economia desorientada pela prosperidade, tributária das fábricas estrangeiras, explorada pelos privilégios fornecedores, afinal donos e usufrutuários daquela riqueza metálica. Para que esta fosse útil ao reino, devia pagar-lhe a produção industrial, remunerar a lavoura, comprar a abundância do solo, custear-lhe o trabalho rotineiro. Mas apareceu no instante em que a Inglaterra começava a derramar na península os seus artefatos, e limitou-se a transitar, dos importadores portugueses para os vendedores ingleses, indo encher as arcas de Londres o ouro que se transformou, na metrópole e na colônia, em linhos, sedas, baixelas e pão. Criou simultaneamente o novo capitalismo, pelas disponibilidades que proporcionou aos banqueiros da Europa; e em Portugal, uma opulência decorativa – os edifícios, as obras suntuosas do período – que serviria de contraste à decadência subsequente”. CALMON, Pedro. **História do Brasil**. v. III, 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. p. 1043.

⁶⁸ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014. p. 44

remontam ao período da Restauração Monárquica em Portugal, em que pesavam tanto a dificuldade lusa em estabelecer alianças comerciais e militares no cenário europeu da época, quanto à ascensão inglesa no domínio do comércio e na supremacia na navegação a partir dos Atos de Navegação de Oliver Cromwell. Sob tais circunstâncias, o governo português firmou acordos que privilegiaram a Inglaterra, tal como o Tratado de Westminster de 1654, a que o próprio Tratado de Methuen faz referência.

Segundo Sodré, ao contrário do que afirmaram Roberto Simonsen e Pedro Calmon, o Tratado de Methuen nada mais fez do que ratificar e, sob alguns aspectos, aprofundar uma situação que já existia de fato e que era, por sua vez, anterior ao tratado. Sodré não desconsidera a força dos tratados políticos ou comerciais no que podem resultar de avanço ou de retrocesso para um determinado país. Contudo, a razão da incapacidade portuguesa de desenvolver a própria indústria pode ser mais bem compreendida pela observação de sua “estrutura econômica, na sua situação de simples entreposto de matérias-primas ou de fornecedor de produtos alimentícios, seus ou de suas colônias”⁶⁹, que resultou na assinatura de tratados desfavoráveis, dos quais o de Methuen é apenas mais um exemplo.

Sob que aspecto esse estudo promovido por Sodré pode ser compreendido como uma metáfora aos acordos comerciais realizados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos na segunda metade da década de 1950? Em primeiro lugar, Sodré defende a ideia de que para compreender as possibilidades de se promover o desenvolvimento econômico e industrial, deve-se partir da análise da estrutura econômica, e não dos tratados e acordos comerciais. Assim, apesar do governo de Juscelino Kubitschek ter promovido acordos econômicos com os Estados Unidos⁷⁰ que eram desfavoráveis ao Brasil, segundo a visão de Sodré, o país

⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p.36.

⁷⁰ São significativos da aproximação política e econômica entre os dois países os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-53). Segundo Bielschowsky, Roberto Campos “de todos aqueles economistas mais ativos, foi aquele cujo projeto desenvolvimentista esteve mais próximo da política de investimentos efetivamente realizada. Isso é facilmente perceptível pela leitura conjunta dos textos que assinou e dos que escreveu sem que levem seu nome, isto é, as bases conceituais e analíticas dos relatórios da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Programa de Metas. [...]. A leitura sugere que os traços básicos da formação da estrutura industrial brasileira nos anos 50 passaram da cabeça de Campos aos pronunciamentos e à política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. [...]. Trabalhou no projeto de industrialização do país e bateu-se pelo planejamento econômico. Ao mesmo tempo, defendeu a atração de capitais estrangeiros, inclusive para mineração e energia, e atacou a solução estatal para investimentos em quase todos os casos em que vislumbrava uma solução privada.”. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 105.

apresentava condições internas de promover o desenvolvimento industrial sobre bases nacionalistas, sem o recurso da abertura para a entrada das multinacionais⁷¹.

Em segundo lugar, havendo as condições necessárias à industrialização, o autor defende a instituição de tarifas protecionistas para o desenvolvimento da indústria nacional. Para Sodré

Está fora de dúvida, e os exemplos são frequentes, que uma tarifa protecionista estabelece condições para o desenvolvimento industrial de um país cuja técnica seja inferior e cuja capacidade de compras seja precária.

A tarifa de privilégio, no entanto, é apenas um dos fatores; na ausência de outros, não há indústria que se possa estabelecer ou desenvolver. Todas as equipagens nacionais de indústria, inclusive a inglesa – e, posteriormente, a norte americana – levantaram-se na base de uma tarifa de proteção e até de proibição.⁷²

Para Sodré, a incapacidade portuguesa de promover a industrialização era resultado da inexistência dos fatores necessários para tal, e o Tratado de Methuen ratificou uma situação de fato, mas não foi responsável por sua origem. Segundo o autor, não era o caso do Brasil que, em meados do século XX, apesar dos acordos promovidos com os Estados Unidos, tinha condições internas para desenvolver a indústria com base no capital nacional. Para ele, a indústria nacional desenvolveu-se, principalmente, durante os períodos que denominou como “momentos de folga”⁷³, em que houve interrupção das importações.

Do ponto de vista de metáfora, *O Tratado de Methuen* pode ser lido como uma crítica indireta à política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek que, segundo Sodré, sob o pretexto de acelerar o desenvolvimento industrial brasileiro e de criar e de ampliar a oferta de trabalho para a população, optou por realizar acordos com o imperialismo

⁷¹ Em *Formação Histórica do Brasil*, de 1962, Sodré denunciou abertamente que as saídas de capital eram muito superiores ao capital investido por empresas estrangeiras, que ampliaram sua atuação no Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek.

⁷² SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p. 46.

⁷³ Para Sodré, as duas guerras mundiais “representaram momentos de folga, sob certos sentidos, na pressão externa, solicitações de circunstância, impulsos transitórios, em que a estrutura nacional de produção podia procurar novos caminhos, acomodar-se com seus próprios recursos, cobrir faixas deixadas em branco pela transitória retirada do afluxo estrangeiro, preencher lacunas de aspectos diversos”. Id. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 97.

estadunidense, a face moderna do colonialismo econômico. Em *O Tratado de Methuen*, Sodré respondeu a uma situação que identificava em seu tempo, no Brasil – a existência de acordos com os Estados Unidos que feriam os interesses nacionais. Para o escritor, o governo deveria instituir tarifas protecionistas que estimulassem o desenvolvimento de uma indústria nacional, que já participava da produção destinada ao mercado interno. Ou seja, as condições para o desenvolvimento da indústria nacional estavam dadas, faltava que o governo se comprometesse com esse desenvolvimento e que o estimulasse, entre outros, por meio de uma política protecionista e com recursos, primordialmente, do capital nacional.

Para Sodré, a superação do “velho”, ou seja, da estrutura econômica colonial existente no Brasil seria possível com um esforço coletivo, de união entre a “classe trabalhadora”, a “classe média” e a “burguesia nacional”. E o elemento responsável por essa união entre as classes destinadas a estabelecer o “novo” era o nacionalismo. Em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, o autor desenvolveu a ideia de que o nacionalismo teria a capacidade de operar a conjugação dos divergentes “interesses de classes, reduzindo-os a um denominador mínimo, para a luta em defesa do que é nacional entre nós”⁷⁴. Ou seja, evocando o nacionalismo o autor defendeu a necessidade da união entre as classes no Brasil para enfrentar o que chamava de interesses antinacionais e levar a cabo a “Revolução Brasileira”.

Cabe mencionar que o texto de *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* foi originalmente produzido por Sodré para a aula inaugural do Curso Regular que o ISEB oferecia em suas dependências. A palestra, pronunciada em 12 de março de 1959 foi publicada em maio do mesmo ano pelo ISEB como parte da coleção “Textos de Formação Histórica do Brasil”. Sua narrativa assemelha-se, em estilo, a um manifesto e, em sua estrutura, percebe-se aquela ordem do tempo em que a análise do passado está condicionada pelos problemas identificados no presente, de modo que o autor projete sua expectativa política em relação ao futuro desejado.

Nesse sentido, Sodré apresenta a história como ferramenta de compreensão do presente, e enquanto um processo ininterrupto que pode ser pensado e dividido em fases identificáveis por suas características peculiares. Além disso, a partir do cotejamento das distintas fases, o autor procedeu à identificação do que era “novo” e o que era “velho” em cada

⁷⁴ Id. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p.37.

uma delas. Essa operação assenta-se sobre a pressuposição de que há na história uma sucessão de fases, em forma progressiva e positiva. Diante dessa perspectiva de progresso contínuo, era evidente para o autor que, no momento em que vivia, o Brasil apresentava os elementos necessários para conduzir com êxito a “Revolução Brasileira”.

Com o propósito claro de atestar o quanto o nacionalismo comportava, no seu tempo, uma força e função decisiva para a galvanização das classes sociais, Sodré promove um estudo histórico de sua gênese e desenvolvimento no Brasil, processo esse em que o nacionalismo passou do “domínio inconsciente para o domínio consciente, quando se incorpora à realidade e afeta todas as suas manifestações”⁷⁵. Para Sodré é importante determinar o nacionalismo como uma realidade concreta, por duas razões.

Primeiro, porque sendo concreto, ou seja, uma prática identificável na ação das classes sociais envolvidas na luta contra as forças do imperialismo, o nacionalismo não pode ser interpretado como uma ideologia. Para Sodré, toda ideologia é expressão da classe dominante e destinada à mistificação da realidade para a sua manutenção no poder. Segundo, porque como realidade prática e consciente, o nacionalismo é mobilizador da união das classes sociais em defesa do que havia de nacional na estrutura econômica e produtiva brasileira, contra as forças econômicas ligadas ao imperialismo. Curiosamente, escapa a Sodré o caráter profundamente ideológico de suas próprias formulações.⁷⁶

Em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, paralelo à ideia de buscar a origem do nacionalismo e de seu desenvolvimento, Sodré promoveu uma reflexão acerca da origem e do desenvolvimento do “povo brasileiro”. Esse exercício é justificado pelo autor na medida em que defende que “o Nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém uma vez que só é nacional o que é popular”⁷⁷. Assim, o autor procurou identificar a presença ou não do “povo” no Brasil em diversas fases de sua história. E, havendo essa presença, indagou sobre o espaço que ocupava e o papel que pôde desempenhar na estrutura social ao longo do tempo.

Ao considerar o conjunto da obra de Sodré durante o período em que esteve ligado ao ISEB, foi em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959, que pela primeira vez a noção

⁷⁵ Ibidem, p.12.

⁷⁶ A discussão acerca da função da ideologia para Sodré e do caráter ideológico das teses do autor é promovida no terceiro capítulo deste trabalho, a partir da análise da obra *A Ideologia do Colonialismo*.

⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p.36.

de “povo” assumiu caráter de centralidade na análise por ele promovida, como categoria proposta para o conjunto das classes responsáveis pela condução da “Revolução Brasileira”. Procurar-se-á demonstrar a importância da noção de “povo” para a narrativa de Sodré em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, em que ele busca no nacionalismo a força capaz de unir as classes sociais no Brasil na luta contra o que identificava como o “velho” na estrutura econômica brasileira. O cotejamento e o escrutínio da noção de “povo” ao longo produção do autor nos tempos do ISEB é um dos temas tratados no quarto capítulo dessa dissertação, quando se analisa de maneira pormenorizada a obra *Quem é o povo no Brasil?*, publicada em 1962.

Em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, o autor divide o estudo sobre o nacionalismo no Brasil em três fases: a da Independência, a da República e a da Revolução Brasileira. Em cada uma delas, ele buscou os elementos responsáveis pela transformação nas instituições do Estado, a saber: as forças responsáveis pelo rompimento com Portugal e a emancipação política do Brasil; das transformações na estrutura produtiva a partir da segunda metade do século XIX– as forças promotoras da ruptura com o modelo monárquico e proclamadoras da República; do desenvolvimento industrial e do crescimento do mercado interno na primeira fase da República no Brasil – os elementos que levaram ao fim do domínio absoluto da oligarquia cafeeira sobre a estrutura política do Estado em 1930, dando início ao processo da “Revolução Brasileira”. Somente nessa última fase, que segundo Sodré, se estendia da década de 1930 até os seus dias, se observava o desenvolvimento suficientemente forte das classes sociais a ponto dessas concretizarem uma revolução burguesa no Brasil. Através da noção de processo, segundo Sodré, “verificaremos o que era novo em cada momento, e o que era velho, e como, inevitavelmente, o velho cedeu lugar ao novo – e que o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se desenvolve a história”⁷⁸.

Na primeira fase, da “Independência”, Sodré promoveu um panorama da sociedade colonial brasileira, a qual o autor simplifica, dividindo-a entre aqueles que eram senhores de terras e de escravos, que constituíam a classe dominante, e pessoas livres. Nessa sociedade, segundo Sodré, fora da esfera da classe dos proprietários de terras e de escravos não existia qualquer outra classe ou grupo, capaz de se organizar e de promover qualquer alteração na estrutura econômica, nem sequer de participar das decisões políticas.

⁷⁸ Ibidem, p.12.

Entre os homens livres, Sodré identificou a existência de uma camada intermediária que era composta por uma diversidade de sujeitos que não se constituíam em uma classe. E sem qualquer investigação o autor afirma que entre as pessoas livres contam-se também aquelas que se transformaram em “servos”, principalmente no interior do território brasileiro, local onde se dará “a transição do regime escravista para o regime feudal e semifeudal”⁷⁹. Aparece assim, pela primeira vez, no conjunto da obra de Sodré, a ideia de feudalismo no Brasil, tema amplamente desenvolvido pelo autor em *Formação Histórica do Brasil*, de 1962⁸⁰.

Diante desse quadro da sociedade colonial, Sodré sentencia:

Em primeiro lugar, é fácil perceber que o Brasil não tinha povo e, assim, a sua sorte seria decidida quando a classe dominante, de senhores de terras e de escravos, esposasse o ideal da emancipação. Em segundo lugar, é ainda fácil perceber que a emancipação seria limitada àquilo que interessava à classe dominante, única com poderes suficientes para lutar. Por último, é ainda interessante acentuar que, apesar de tudo, quando a referida classe aceita a participação numa empresa como a da autonomia e pretende configurá-la à sua imagem e semelhança, está lançando a semente de transformação futura, quando não será a única a decidir de uma transformação. Pode, na segunda metade do século XIX, negar a abolição do trabalho escravo; na penúltima, estará interessada na abolição. Cada fase traz em germe, assim, a transformação posterior.⁸¹

O trecho acima é revelador de questões importantes para a compreensão da operação realizada por Sodré na composição da narrativa de *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Apesar de não expressar claramente, o autor deixa entrever a ideia de que uma classe se define pela “consciência” de si, revelada em sua prática, por sua capacidade de se organizar e de seus integrantes de agir em conjunto, segundo interesses específicos do grupo que a constitui.

⁷⁹ Ibidem, p.15.

⁸⁰ A afirmação de Sodré acerca da existência de feudalismo no Brasil fica aqui apresentada a título de registro, uma vez que foi tanto objeto do primeiro capítulo quando se analisou a sua completa negação em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, quanto retornará à discussão no quarto capítulo desse trabalho, quando da análise da obra *Formação Histórica do Brasil*, de 1962.

⁸¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p.18.

Contudo, existem passagens em que o autor utiliza o termo “classe”, sem que este denote o sentido anteriormente explicitado.

O autor sentencia que à época do processo de emancipação política do Brasil não existia “povo”. Sendo assim, pode-se perguntar o que Sodré entende por “povo” na referida obra? A melhor resposta é a de que “povo” corresponde a uma diferente composição social que engloba, em cada uma das fases da história brasileira, os grupos sociais que puderam se expressar como “classe”. Mas, para ser parte do “povo” é preciso que essa “classe”, apesar dos interesses específicos que a determinam como tal, promova “a luta em defesa do que é nacional em nós”.

Gestado a partir de uma estrutura econômica de tipo colonial, o “povo” em sua primeira expressão representa, inicialmente, segundo o autor, apenas a “classe média”. A origem desta classe pode ser encontrada na parte da população que se envolveu com o pequeno comércio e com as atividades ligadas à burocracia do Estado. Essas atividades, relacionadas às chamadas profissões liberais, permitiram a essa camada da população compartilhar experiências e manifestá-las coletivamente, enquanto “classe”. Segundo Sodré, no momento de proclamação da República, a “classe média” já expressava seu ideal democrático e seu desejo de modernização da estrutura econômica do país, mesmo que esses ideais tenham sido sobrepujados pelos interesses da “classe dominante”, a dos proprietários de terras.

Na fase da “Revolução Brasileira”, segundo Sodré, surgiram as outras duas classes que, juntamente com a “classe média” constituíam o “povo” no Brasil: a “burguesia nacional” e a “classe trabalhadora”, ambas com interesses específicos, mas compartilhando o objetivo de superar os entraves ao desenvolvimento nacional. Essa composição social, segundo Sodré, faz parte do que era o “novo”. É nesse sentido que o autor defende o nacionalismo como libertador, na medida em que coloca em segundo plano os interesses específicos de cada classe e torna possível a união delas em torno de um objetivo comum, promover a “Revolução Brasileira”.

Por essa razão a classe dos proprietários de terras e escravos que assumiram o controle político do Brasil após o processo de emancipação política de Portugal não podia ser pensada como “povo”. Seus interesses eram considerados, por Sodré, como antinacionais, responsáveis pela perpetuação de uma estrutura econômica de tipo colonial no Brasil ao longo do tempo.

Também não faz parte do “povo” a parcela da burguesia que surgiu ligada ao comércio exterior, por representar no Brasil os interesses do capital internacional.

A trajetória das classes dominantes no Brasil, segundo Sodré, pode ser vista da seguinte maneira: controle da classe dos proprietários de terras sobre a estrutura política e econômica do Brasil, da independência até a década de 1920; a partir do crescimento do mercado interno e do interesse do capital internacional em operar no Brasil, o surgimento de uma burguesia ligada a esse capital e que passou a dividir com a classe dos proprietários de terras o domínio sobre a estrutura política do Estado.

Em resposta ao que chamava de “velho” na estrutura econômica brasileira – tal como a iniciativa do governo Juscelino de tentar promover o desenvolvimento nacional com recursos do capital estrangeiro – Sodré compõe o quadro do “novo”, gerado no interior dessa mesma estrutura e capaz de superá-la – a existência de uma indústria nacional e de um mercado interno forte, assim como a existência de classes dispostas a enfrentar as forças ligadas ao imperialismo. Para ele “entre o novo e o velho, a escolha não é difícil. Entre o passado e o futuro, a dúvida não existe. Nós escolhemos o futuro. Não pretendemos perder o fio da história”.⁸²

⁸² Ibidem, p.40.

Capítulo 3 – A ideologia na crítica à ideologia

Um dos principais objetivos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) era a construção de uma ideologia capaz de amparar o projeto de desenvolvimento econômico brasileiro do governo de Juscelino Kubitschek. Ainda que o termo ideologia não apareça em nenhum momento no estatuto de criação ou nos regulamentos gerais do ISEB, essa foi sua tarefa principal⁸³. O artigo 2º de seu estatuto define o objetivo da instituição da seguinte maneira:

O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional⁸⁴.

O termo ideologia também não aparece expresso diretamente nas formulações oficiais do governo acerca do ISEB. É possível que a razão do termo não ser empregado se deve ao fato do mesmo trazer consigo conotações negativas, tais como: o sentido de sectarismo, ao representar interesses particulares de um determinado grupo; ou o sentido de distorção da realidade. No discurso de inauguração do ISEB, Juscelino Kubitschek reafirma sua convicção

⁸³ Segundo Caio Navarro de Toledo, a tarefa de promover uma ideologia do desenvolvimento “se constituirá praticamente no emblema e na ‘palavra de ordem’ da Instituição, estando presente explicitamente na quase totalidade de suas publicações e em todas as suas definições de ordem programáticas”. TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1978. p. 32.

⁸⁴ BRASIL. Decreto nº 37.608, de 14 de Julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jul. 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

de que os intelectuais reunidos no Instituto têm, acima de tudo, um compromisso com servir a nação.

O I.S.E.B. era por assim dizer um instituto de cúpula, que faltava à estruturação da pesquisa social e econômica em nosso país. O espírito que presidiu à sua organização muito bem o situa longe das polêmicas estereis e encaminha-o para a pesquisa eficiente e frutífera, que não alija a colaboração de organizações de idênticos objetivos, mas imprime sentido, clareza e disciplina ao labor dos estudiosos do Brasil, coordenando-lhes os trabalhos e procurando orientá-los para o escopo maior: servir ao Brasil.

[...]. Como presidente da República, conforta-me o espetáculo desta solenidade, em que diviso figuras eminentes das letras e das ciências pátrias, aqui congregadas sem distinções particularistas, unidas sob um denominador comum, que é a vontade de servir ao Brasil, pelo estudo e pela inteligência.⁸⁵

Assim, os estudos acerca dos problemas sociais e econômicos brasileiros promovidos pelos intelectuais ligados ao ISEB não eram tratados como ideológicos nos discursos oficiais. Mesmo que a produção do ISEB viesse a ser acusada de ideológica, entendendo-se por ideologia o sentido negativo anteriormente exposto, o governo estaria isento de qualquer responsabilidade, uma vez que o ISEB foi dotado de liberdade de pensamento e sua produção não expressava automaticamente a opinião do governo. Ainda contra a acusação de o ISEB ser um núcleo de produção ideológica, seus membros e o próprio governo podiam se defender com o argumento de que a instituição defendia os interesses legítimos da nação em seu caminho rumo ao “progresso” e ao “desenvolvimento”. Dessa maneira, os aspectos negativos da ideologia estariam superados, tanto para seus integrantes quanto para o governo que os financiava. Essa é uma questão importante, pois que o valor e a legitimidade dos trabalhos isebianos eram pautados por esse caráter nacionalista e científico que os colocaria acima de qualquer suspeita⁸⁶.

⁸⁵ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Coordenação Geral de Documentação e Informação. **Biblioteca da Presidência da República**. Apresenta discurso de Juscelino Kubitschek no ato de inauguração da nova sede do ISEB em 8 de agosto de 1957. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos/1/1957/35.pdf/at_download/file>. Acesso em: 03 jul. 2014.

⁸⁶ Seria, segundo Caio Navarro de Toledo, “um caso modelar: a ideologia não-ideológica”. TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1978. p. 34.

Para vários dos membros do ISEB, como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe e Álvaro Vieira Pinto, apesar das divergências em suas formulações, o Brasil havia passado ao longo das primeiras décadas do século por transformações em sua estrutura econômica – relacionadas, principalmente, ao desenvolvimento de uma indústria de base e de bens de consumo. Essas transformações haviam rompido em parte com a dependência do Brasil em relação às potências capitalistas, de forma que a estrutura de produção passou a receber a denominação “semicolonial” e não mais “colonial”. Concordavam também que a economia só poderia alcançar um estágio superior, e levar o Brasil a um novo patamar nas relações internacionais, caso as transformações em curso fossem conduzidas por meio da “ideologia do desenvolvimento” – expressão utilizada por Álvaro Vieira Pinto. Somente através dessa ideologia, o progresso da estrutura produtiva nacional poderia se efetivar de maneira harmoniosa e ordenada, configurando um processo de desenvolvimento. Do contrário, as relações de produção no Brasil poderiam mesmo retornar a um patamar inferior, ou “colonial”.

Álvaro Vieira Pinto, por exemplo, ocupou-se especificamente da questão da ideologia em sua volumosa obra *Consciência e Realidade Nacional*, cujo primeiro volume ganhou o subtítulo de *Consciência Ingênua* e o segundo volume de *Consciência Crítica*. Ambos os volumes foram publicados pelo ISEB em 1960, e tinham, de uma maneira geral, o objetivo de pensar: primeiramente, o caráter mistificador de certos conteúdos ideológicos, que conduziam à preservação do estado de dependência do Brasil perante outras nações; em seguida, a forma pela qual seria elaborada a “ideologia do desenvolvimento”⁸⁷ e a sua função emancipadora, uma vez que tornaria possível “a compreensão dos meios de promover o desenvolvimento do país”⁸⁸ e, a partir de então, a organização de uma prática condizente com o desenvolvimento que se pretendia.

Álvaro Vieira Pinto afirmou que o processo de desenvolvimento nacional implica sempre a presença de fatores ideológicos. Estes fatores atuam de diferentes maneiras, nas

⁸⁷ “A justificativa teórica da ideologia do desenvolvimento funda-se na concepção geral das contradições da realidade. [...]. Aplicando este esquema ao caso do país subdesenvolvido, descobre-se que nele a contradição principal é representada pela oposição entre ele e os países desenvolvidos. Tal contradição se efetiva pelo exercício de poder de dominação, que os adiantados impõem aos atrasados.” PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. v. I, Rio de Janeiro, ISEB, 1960. p. 35.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 29.

distintas formas que a “consciência” assume a partir da relação que estabelece com a realidade. Para o autor, a consciência poderia ser dividida em dois tipos: uma que chamou de “ingênua”, por seu desligamento em relação ao real; e outra que chamou de “crítica”, cujo substrato de análise é a própria “realidade nacional”. A “consciência crítica” possibilitaria a representação adequada do real que, nas palavras do autor, ao ser “clarificada” – elaborada de maneira coerente e metodologicamente organizada – proporcionaria os recursos necessários para o desenvolvimento nacional.

Para Álvaro Vieira Pinto, bem como para os demais isebianos anteriormente citados, o papel do intelectual era o de identificar, a partir da “realidade nacional”, o substrato dessa “consciência crítica” cuja existência era matéria prima e não forma acabada. Identificado esse substrato, ao intelectual caberia organizá-lo coerentemente, dando-lhe organicidade e transformando-o no que Álvaro Vieira Pinto chamou de “consciência autêntica” que, segundo ele, resultaria em uma prática renovada que conduziria o Brasil a um patamar superior do desenvolvimento econômico, político e social. Para Álvaro Vieira Pinto,

Quando, porém, consideramos o caso de uma comunidade como a nossa, em pleno surto de expansão, o conflito não só é inevitável como é generalizado, ninguém podendo ficar à margem dele. O pensador, que aí se encontra, tendo, com os demais cidadãos, de tomar partido no embate ideológico, descobre que lhe compete algo mais do que simplesmente optar por uma das formas de pensar, em competição no meio social, ou mesmo do que elaborar sua maneira original de entender; cabe-lhe investigar o processo de formação dessa consciência coletiva, explicar por que motivo se constituem diversas modalidades de representação da realidade, e sobretudo descrevê-las cuidadosamente para defini-las sem equívocos. [...]. Se a consciência individual e a coletiva encontram a verdade da sua representação na fiel reprodução da existência exterior a elas, é possível não só explicar a razão de ser das diferentes modalidades de representação, justas umas e incorretas outras, mas ainda estatuir critérios para que a legítima oriente a sua intervenção no processo da realidade nacional. A consciência autêntica, que a seguir chamaremos de crítica, não só saberá que é a única verídica, mas terá também a compreensão do sistema de conceitos que a constituem na sua verdade, e que ditarão a prática eficaz.⁸⁹

⁸⁹ Ibidem, p.16.

Sodré, por sua vez e por outro lado, jamais se esforçou para desenvolver uma teoria acerca da ideologia ou mesmo pretendeu formular uma ideologia, explicitamente. A distância que manteve em relação a seus pares no ISEB pode ser atestada pela ausência de referências aos trabalhos ou aos conceitos de outros isebianos. A resposta de Sodré para todo o debate que se travava no ISEB acerca da construção da “ideologia do desenvolvimento” pode ser resumida em sua afirmação de que toda e qualquer ideologia representava, inevitavelmente, uma mistificação da verdade – uma falsa consciência. Segundo Sodré, a ideologia se prestava ao obscurecimento das condições concretas em que se dava a subordinação das classes dominadas pelas classes dominantes em seu exercício de perpetuação no poder.

Portanto, para o autor, qualquer tentativa de criar uma ideologia, mesmo que destinada a orientar a sociedade rumo ao desenvolvimento econômico – uma “ideologia do desenvolvimento” como pretendiam tantos isebianos – estava destinada ao fracasso. Ao invés de gerar a emancipação das classes subalternas resultaria apenas na perpetuação das classes dominantes no poder e na manutenção da estrutura dependente da economia brasileira.

Nesse capítulo, analisar-se-á a obra *A Ideologia do Colonialismo*, de Nelson Werneck Sodré, publicada pelo ISEB em 1961. Nela, o autor enveredou por uma discussão no âmbito da cultura, ao analisar a produção escrita de diversos autores brasileiros. Diferentemente das demais obras que havia publicado no período em que esteve no ISEB e que foram até aqui analisadas, em *A Ideologia do Colonialismo*, a discussão não se ateve às questões econômicas ou sociais relacionadas à propriedade da terra ou dos demais meios de produção, nem mesmo às disputas políticas pelo controle do Estado ou à análise das classes sociais nas diversas fases em que o autor dividiu a história do Brasil com objetivo de escrutiná-las. Em *A Ideologia do Colonialismo*, Sodré promoveu um estudo sobre a força das ideias e da produção científica oriunda dos centros mais desenvolvidos do capitalismo mundial, fundamentalmente no século XIX e início do XX, e a influência que essas ideias exerceram sobre a produção intelectual brasileira. Resumidamente, ao conjunto de ideias oriundas desses centros – que reforçavam e reafirmavam, do ponto de vista cultural, a dependência econômica brasileira – Sodré chamou de “ideologia do colonialismo”.

Nesses termos, a publicação de *A Ideologia do Colonialismo* pode ser lida, entre outros, como uma resposta de Sodré aos trabalhos dos isebianos – que, tal como foi dito, procuravam

produzir não apenas uma teoria da ideologia, mas desenvolver uma ideologia específica, a “ideologia do desenvolvimento”, que resultaria na formação daquilo que Álvaro Vieira Pinto chamou de “consciência autêntica”, capaz de amparar o projeto de desenvolvimento nacional do governo de Juscelino Kubitschek.

Em *A Ideologia do Colonialismo*, Sodré não desenvolveu, tal como Álvaro Vieira Pinto, uma teoria acerca da ideologia. Há na obra uma única passagem em que o autor define ideologia, tomando-a genericamente. Nela, Sodré se restringe à afirmação de que “toda ideologia é justificatória por definição e, gerando-se de condições concretas e, portanto, sendo constituída *a posteriori*, pretende sempre apresentar-se como apriorística”⁹⁰. Para o autor, a ideologia é vista como o resultado, como a expressão superestrutural, das condições concretas de existência – da base material existente. Portando, sendo a ideologia o conjunto de ideias que, “*a posteriori*”, foi constituído como justificativa das condições concretas dadas, seria impossível que a ideologia escapasse à determinação da estrutura econômica dominada pelas classes dominantes. Qualquer expressão ideológica produzida no interior dessa base material, controlada pelas classes dominantes, só poderia ser expressão mantenedora e justificadora da ordem estabelecida e, conseqüentemente, não se prestaria a destituir os privilégios das classes dominantes.

Para sustentar sua argumentação, ao que tudo indica, Sodré se amparou em uma leitura bastante ortodoxa de *A ideologia Alemã*. O autor parece ter interpretado de maneira mecanicista a afirmação de Marx e Engels, de que a consciência é determinada pelas relações materiais de produção⁹¹. Para Sodré, é como se cada elemento da consciência fosse inteiramente determinado por uma causa particular da existência material; ao tomar a consciência como um reflexo da prática, o autor não admite, portanto, que a consciência possa interferir e alterar a prática.

⁹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. p.98.

⁹¹ Segundo Marx e Engels “a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão os homens que ao ampliar sua produção material e suas relações materiais, modificam, junto com sua existência real, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, senão a vida que determina a consciência”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 4ª ed., Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1980. p.29.

Contudo, ao negar a possibilidade de a ideologia cumprir qualquer papel transformador da realidade, Sodré incorreu em uma contradição. Para que se possa entender a que ordem de contradição Sodré incorreu, é preciso recordar que a noção de nacionalismo é fundamental no projeto político e na expectativa de futuro do autor. Em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, publicada em 1959, Sodré defendeu a ideia de que o nacionalismo seria o elemento responsável pela união das classes comprometidas com o desenvolvimento nacional, naturalmente em oposição àquelas classes que, no Brasil, historicamente estiveram associadas ao capital internacional e à manutenção de uma estrutura econômica de tipo colonial. Entre as classes comprometidas com tal desenvolvimento identificava uma “burguesia nacional” e uma “classe trabalhadora”. Assim, conjugando burguesia e classe trabalhadora em um objetivo comum, o nacionalismo cumpriria outra heroica missão, segundo Sodré: levaria tanto as classes trabalhadoras, quanto a burguesia nacional a abrir mão de seus interesses específicos enquanto classe, colocando de lado suas divergências, deixando para mais tarde a luta de classes. Para o autor

O Nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra.⁹²

O nacionalismo seria, segundo as próprias palavras de Sodré, a “expressão oportuna de uma política”, fundamental no processo da “Revolução Brasileira”. Do ponto de vista marxista, a política, as expressões culturais e as ideias constituem o campo superestrutural. Assim, nessa perspectiva, sendo o nacionalismo uma expressão ideológica, o pensamento

⁹² SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p.37.

formulado por Sodré entra em contradição – tal como foi dito, Sodré pensa a ideologia como falsificação da realidade. Para Caio Navarro de Toledo, Sodré “faz a apologia do Nacionalismo, sem se aperceber do caráter eminentemente ideológico de que se revestia tal manifestação no interior da formação social brasileira”. Ainda, segundo Caio Navarro de Toledo, “não consegue N. W. Sodré dar conta da contradição que incorre ao afirmar o caráter mistificador das ideologias em geral, ao mesmo tempo que proclama o Nacionalismo como ‘solução natural’ e verdadeira”.⁹³

Contudo, essa contradição não parece ter passado despercebida por Sodré – tal como aponta Caio Navarro de Toledo. O autor procurou resolvê-la com o argumento de que o nacionalismo era uma prática⁹⁴, e não uma teoria a ser formulada e difundida, tal como propunham os isebianos que pensavam uma “ideologia do desenvolvimento”. Partindo do princípio de que o nacionalismo era uma prática, o resultado era a criação de uma consciência legítima – porque expressão justa dos interesses nacionais; como teoria, ao revés, constituir-se-ia apenas em uma expressão ideológica, portadora de mistificação da realidade.

Em obras publicadas após *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959, tais como *Formação Histórica do Brasil* e *Quem é o Povo no Brasil?*, ambas de 1962, Sodré continuou a defender que o nacionalismo era uma prática e não uma expressão ideológica. Pode-se mesmo afirmar que a ideia que formulou sobre o caráter geral das ideologias em *A Ideologia do Colonialismo*, de 1961, permeia todas essas obras anteriormente citadas.

Foi possível perceber aproximações entre a produção de Sodré e a dos isebianos que procuraram teorizar a “ideologia do desenvolvimento”, mais especificamente com a obra de Álvaro Vieira Pinto. De uma maneira geral, pode-se afirmar que todos os isebianos anteriormente citados – inclusive Sodré – pautaram suas análises pelo nacionalismo; tomaram-no como fundamento que resguardava a veracidade de suas formulações. A diferença entre Sodré e os demais isebianos reside no fato de que o autor refuta o caráter ideológico do nacionalismo, tal como foi dito anteriormente, afirmando que o nacionalismo se constituía em

⁹³ TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1978. p. 103.

⁹⁴ Para Sodré o nacionalismo “corresponde a um quadro real, a necessidades concretas – não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria mas da prática”. SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p.36.

uma prática e não em uma teoria; para ele, o nacionalismo representava a própria realidade nacional⁹⁵.

Essa aproximação de Sodré com os isebianos fica evidente quando se compara o tratamento que ele e Álvaro Vieira Pinto deram ao nacionalismo. Álvaro Vieira Pinto, defendeu o nacionalismo como elemento unificador das classes sociais brasileiras, tomando-o como uma “consciência autêntica”, pois deriva da prática, do trabalho das massas⁹⁶. Em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, publicada um ano antes da obra de Álvaro Vieira Pinto, Sodré chama a atenção para a questão da consciência das classes trabalhadoras e do caráter eminentemente popular do nacionalismo⁹⁷. Para Sodré,

O amadurecimento proporcionado pelo novo cenário em que vivemos, quando as classes [trabalhadoras] se definem precisamente em seus campos e mobilizam-se para a defesa de seus interesses, intervindo na escolha eleitoral e na composição das forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistindo. É nesse espetáculo que aparece, como uma singularidade para os desatentos, como profundas razões para os pesquisadores, o problema do Nacionalismo.⁹⁸

Por sua vez, Álvaro Vieira Pinto, partindo da ideia de que a contradição fundamental no Brasil, de meados do século XX, “se efetiva pelo exercício do poder de dominação, que os adiantados impõem aos atrasados” – aquilo que Sodré denunciava como os interesses imperialistas que obstaculizavam o desenvolvimento nacional – defendeu que o nacionalismo “se apoia sobre um terreno unificado, onde classes distintas unem neste momento os seus interesses em face da contradição comum a que estão submetidas e que as arregimenta no mesmo polo do antagonismo”⁹⁹. Em suma, ambos defenderam o nacionalismo – Sodré

⁹⁵ Segundo Sodré, “o Nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico, e a verdade é concreta”, ou seja, não pode ser o nacionalismo tratado como ideologia. SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p.35.

⁹⁶ Para o autor “somente o trabalho gera a consciência capaz de elaborar a ideologia do desenvolvimento nacional”. PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. v. I, Rio de Janeiro, ISEB, 1960. p. 63.

⁹⁷ “[...] o Nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém uma vez que só é nacional o que é popular”. SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p. 36.

⁹⁸ Ibidem, p. 34.

⁹⁹ PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. v. I, Rio de Janeiro, ISEB, 1960. p. 35-6.

negando o caráter ideológico do nacionalismo; Álvaro Vieira Pinto afirmando ser o nacionalismo ideológico e autêntico – como elemento unificador das classes sociais em prol do desenvolvimento nacional.

Em *A Ideologia do Colonialismo*, Sodré analisou a produção de vários intelectuais brasileiros, do final do século XVIII ao início do século XX, mais especificamente: Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Nas obras analisadas, Sodré identificou a existência de traços de subordinação, que reproduziam internamente a imagem que se produzia externamente sobre o Brasil e os demais países de passado colonial da América (com exceção dos Estados Unidos). Esses traços foram expressos de diferentes maneiras, variando de acordo com o autor e a obra em questão. E apesar de todas as particularidades que distinguiam os autores e as obras analisadas, ao final, todos tinham um fator comum, reproduziam em suas narrativas aquilo que o autor chamou de “ideologia do colonialismo”. Nas palavras de Sodré

Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista a que assistimos¹⁰⁰.

Assim, procurou compreender como a ideologia do colonialismo influenciou na produção de vários intelectuais brasileiros; os efeitos dessa ideologia nas análises que esses intelectuais promoveram acerca das possibilidades e dos limites políticos, sociais e econômicos do Brasil e dos brasileiros. Sodré chegou à conclusão de que graças à ideologia do colonialismo autores como Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, mesmo quando conseguiram enxergar as possibilidades de avanço e de superação, enfatizaram os

¹⁰⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. p.98.

limites. E uma questão importante levantada por Sodré é que esses limites eram determinados por questões ligadas ao meio físico e à raça. Ou seja, a limitação era imposta por condições que não poderiam ser alteradas pela vontade dos sujeitos.

Em relação ao meio físico, tratar-se-ia, principalmente, do pretense efeito desmobilizador do clima sobre a vontade dos brasileiros. O calor de uma região tropical, como no caso do Brasil, seria responsável pela formação de um povo inferior, afeito ao vício e à maledicência, que apodrecia antes de madurar. Em relação à raça, tratar-se-ia, da suposta degradação humana representada pela mestiçagem, tal como ocorreu no Brasil. De tal forma que, ao brasileiro faltaria integridade moral e força para o trabalho por sua origem mestiça. Para Sodré, a ideologia do colonialismo

reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceito de clima, conceito de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influenciando negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como, de resto, seriam por si mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça.¹⁰¹

Sodré afirma que é preciso tolerância para com esses autores, pois estavam limitados em suas análises pela ciência de seu tempo. Segundo Sodré, a reprodução de teorias que propagavam a suposta superioridade dos países capitalistas da Europa, e consequentemente, a inferioridade brasileira, devia-se, entre outras coisas, pela necessidade de aceitação no meio intelectual brasileiro. Ou seja, para ser considerada científica e legítima, a produção intelectual brasileira deveria estar fundamentada por obras de autores europeus que, tal como foi dito, pregavam sua superioridade em relação aos demais povos do mundo. Sendo a referência aos trabalhos produzidos por esses intelectuais europeus o que conferia autoridade aos trabalhos produzidos pelos intelectuais no Brasil, estes reproduziram uma visão negativa sobre o Brasil e os brasileiros – pautaram suas análises por aquilo que acreditavam faltar ao Brasil, uma vez que, tomaram como paradigma a visão construída pelo outro, pelo europeu. Assim, a ideologia do colonialismo pode ser entendida como uma espécie de transplantação cultural, e

¹⁰¹ Ibidem, p.99.

introjeção de um arcabouço teórico que reproduzia no campo das ideias a dominação econômica exercida na prática – a perpetuar esse estado de subordinação econômica, política e cultural.

Para Sodré, a ideologia do colonialismo foi eficiente por ter se imposto como verdade científica em seu tempo, não sendo possível aos intelectuais brasileiros refutá-la, senão de forma parcial e precária. Mais do que isso, a efetividade da ideologia do colonialismo pode ser creditada à sua plena aceitação pelas classes proprietárias brasileiras que comandavam o jogo político do Estado e que estavam economicamente associadas às potências capitalistas estrangeiras. A essas classes proprietárias não interessava contestar tal ideologia, pois a mesma lhes garantia a manutenção de uma estrutura econômica e social que resultava na perpetuação de seu domínio interno sobre as demais classes. Segundo Sodré

Através da ideologia do colonialismo, a camada culta dos povos oriundos da fase colonial estrita é ganha, - preparada que está pela sua condição de classe, - para aceitar a subordinação econômica, atribuindo-a a fatores não materiais: superioridade de raça, superioridade de clima, superioridade de situação geográfica [...]. Os povos subordinados não a escolhem por um ato de vontade. São naturalmente conduzidos a recebê-la porque, ao mesmo tempo que justifica a supremacia das nações colonizadoras, justifica, internamente, a supremacia da classe ou das classes brasileiras que se beneficiam da subordinação, associando-se às forças econômicas externas que as impõem.¹⁰²

Para o autor, a aceitação da ideologia do colonialismo por parte da intelectualidade brasileira não foi, até pelo menos no início do século XX, um ato consciente. Ocorreram mudanças que determinaram o momento, segundo Sodré, em que os “homens de pensamento” no Brasil passaram a ter condições de reconhecer que essa ideologia resultava de, ou expressava, uma prática de subordinação política e econômica. Somente a partir de então, alguns passam a fazer dela um “ato de vontade”, sendo esse o caso de Oliveira Viana.

¹⁰² Ibidem, p.8.

A chegada do momento em que a intelectualidade brasileira pode negar a ideologia do colonialismo não se deu por uma “evolução” do pensamento em si. Ocorreu a partir de alterações na estrutura das relações de produção dentro do Brasil. Para Sodré

Um povo começa a ter o direito de repudiar a ideologia do colonialismo quando, em consequência de transformações estruturais no campo da produção interna, a sua sociedade não define como predominante, ou absoluta em seu domínio, a classe interessada na subordinação econômica, quando as forças econômicas internas passam a exigir um lugar ao sol, passam a disputar uma posição. A opção pela ideologia do colonialismo só então é um ato de vontade – e quando isto acontece, tal ideologia entra em crise e começa a desmoralizar-se.¹⁰³

As causas das alterações na estrutura produtiva interna do Brasil já haviam sido analisadas pelo autor em *Introdução à Revolução Brasileira*¹⁰⁴, de 1958, e também, de passagem, na obra *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*¹⁰⁵, de 1959. O que não fica explícito na análise do autor é até que ponto as classes proprietárias tiveram ou não consciência da ideologia do colonialismo, da qual se valeram no exercício de sua dominação, durante o tempo em que os próprios intelectuais brasileiros a tomavam como verdadeira. Ou mesmo, não determina o momento em que a adoção da ideologia do colonialismo, por parte das classes proprietárias, passa a ser um “ato de vontade”. É possível inferir que esse momento coincide com a publicação de *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, em 1920.

¹⁰³ Ibidem, p.9.

¹⁰⁴ Mesmo que determinado a partir de condições externas, as “folgas” entre as duas Grandes Guerras, foi o fomento da indústria nacional por substituição de importação, o responsável pelas mudanças nas condições internas de produção que geraram, por sua vez, alterações significativas na equação de forças entre as classes sociais no Brasil. Pois que a burguesia nacional, a classe média e o proletariado urbano ganharam força quando a produção industrial – voltada para o mercado interno – superou a produção agrícola – voltada para a exportação. Para Sodré, esse movimento é fundamental, pois que “o desenvolvimento do mercado interno corresponde, na vida brasileira, à presença do fator indispensável, aquele em que nos poderíamos arrimar, para prosseguir na elaboração de uma economia nacional, conferindo-lhe estrutura”. SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 101.

¹⁰⁵ Para Sodré, a mudança na estrutura produtiva, oriunda de três “pausas” na pressão externa sobre a produção nacional – 1914-1918, 1929, 1939-1945 – “operou-se particularmente pela possibilidade de montar um parque industrial de substituição de importações com todos os reflexos que tal industrialização acarreta [...]”. Id. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p.31.

A mesma tolerância que Sodré demonstrou para com os demais autores analisados em *A Ideologia do Colonialismo* não se repete quando do escrutínio da obra de Oliveira Viana. Segundo Sodré, Oliveira Viana possuía em seu tempo as condições de refutar as teorias de que se valeu em suas obras, teorias que eram expressão da ideologia do colonialismo. Realizou, todavia, uma operação deliberada de defesa dos preconceitos oriundos dessa ideologia – fundamentalmente, a defesa da superioridade de raça.

Não foi possível identificar se, em outras obras de Sodré, anteriores ao seu ingresso no ISEB, havia realizado críticas à produção de Oliveira Viana. Há uma passagem em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, em que Sodré criticou Oliveira Viana por ter difundido a ideia de que a colonização portuguesa no Brasil havia sido realizada por uma nobreza lusitana, e por ter exagerado no “fausto” da sociedade colonial, tanto no Nordeste açucareiro, quanto na região Vicentina¹⁰⁶. Contudo, nessa passagem não há uma referência direta a Oliveira Viana, sendo que Sodré se limita a dizer que tais ideias foram difundidas por “alguns estudiosos de nosso passado”. Somente após o cotejamento entre *As Classes Sociais no Brasil* e *A Ideologia do Colonialismo* foi possível afirmar que a crítica a “alguns estudiosos” se referia a Oliveira Viana¹⁰⁷.

Os dois autores mantiveram contato por meio de cartas¹⁰⁸. Foi possível levantar sete correspondências de Oliveira Viana endereçadas a Sodré entre os anos de 1938 e 1945. E, apesar de não ter conseguido localizar as cartas que Sodré escreveu para Oliveira Viana, é possível afirmar que elas existiram. A partir da leitura das cartas de Oliveira Viana para Sodré, pode-se inferir que houve um diálogo entre os autores. Essas cartas revelam, principalmente, que Oliveira Viana acompanhava a produção escrita de Sodré. Teceu, em suas cartas, comentários elogiosos acerca de várias obras publicadas por Sodré. Somente na última carta, datada de 1945, Oliveira Viana comenta, superficialmente, que divergências de ponto de vista existiam entre eles – contudo, sem especificar quais pontos eram esses.

As divergências de “pontos de vista” entre os dois autores, para dizer o mínimo, foram exaustivamente explicitadas por Sodré em *A Ideologia do Colonialismo*, de 1961, quando

¹⁰⁶ Id. *As Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p. 17.

¹⁰⁷ Id. *A Ideologia do Colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. p.133.

¹⁰⁸ O acervo da correspondência de Nelson Werneck Sodré encontra-se disponível para consulta digital no *site* da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://acervo.bndigital.bn.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

completavam dez anos da morte de Oliveira Viana. Sodré promoveu uma crítica severa da obra *Populações Meridionais do Brasil*, que em 1952 chegava à sua sexta edição. A desqualificação do trabalho de Oliveira Viana empreendida por Sodré ocorre ao longo de todas as 75 páginas que dedica à análise da obra do autor. Ao analisar as obras de Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, Sodré identificou aquilo que chamou de “intuições” acerca da realidade brasileira, passagens em que os autores estudados conseguiram se desvencilhar das teorias oriundas da ideologia do colonialismo. O mesmo não ocorreu com relação ao estudo da obra de Oliveira Viana, em que não há uma só passagem em que o autor de *A Ideologia do Colonialismo* reconheça algum mérito na produção do intelectual.

O título do capítulo que Sodré dedica à análise de *Populações Meridionais do Brasil* é por si mesmo indicativo da crítica: “Oliveira Viana (o racismo colonialista)”. Sodré afirmou que a obra de Oliveira Viana defende a ideia de superioridade racial do branco em relação ao negro, ao índio e ao mestiço. Há trechos em que a crítica de Sodré a Oliveira Viana é permeada de ironia: “Hitler está morto, e pena é que não tivesse aproveitado os serviços desse Rosenberg afro-brasileiro, capaz de tamanhos despautérios – que grandes serviços lhe teria prestado...”¹⁰⁹.

Para Sodré, o racismo de Oliveira Viana tinha objetivos políticos muito claros: fazer da apologia à classe proprietária uma justificativa à manutenção de seu domínio político; defender a inferioridade de raça negra como um pretexto para excluir o povo da participação política, demonstrando com isso imenso desprezo pela democracia; defender soluções autoritárias para a condução dos destinos da nação que, ao final, destinavam-se a manter inalteradas a correlação de forças entre as classes sociais brasileiras. Segundo Sodré, a relevância e o alcance da obra *Populações Meridionais do Brasil* deveu-se ao fato de que a mesma reproduzia

a mais tranquila, a mais irrefutável, a mais descomedida apologética de uma classe [a dos proprietários de terras], a cuja vaidade e a cujos interesses, no fim de contas, aquelas páginas vinham trazer uma contribuição que lhes parecia tanto mais importante quanto a julgavam científica, profunda e fundamentada em métodos que constituiriam a última palavra, a sanção derradeira.¹¹⁰

¹⁰⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. p.150.

¹¹⁰ Ibidem, p.130.

O conceito de povo era uma categoria central no pensamento político de Sodré – por mais que ao longo de sua produção nos anos do ISEB a noção de povo tenha sido constantemente ampliada em sua composição e alterada quanto ao valor atribuído a cada classe social dele pertencente. Talvez, por essa razão, Sodré tenha criticado a forma como Oliveira Viana teria retratado as classes populares em *Populações Meridionais do Brasil*. Segundo Sodré, na obra de Oliveira Viana

[...] o povo brasileiro, a massa da população, nada representou, e apenas ofereceu condições para que esses aristocratas do interior criassem o Brasil à sua imagem e semelhança. As tentativas para esconder o papel do povo em nossa história são muito perigosas e errôneas desde o advento de tais processos justamente porque, de um lado, aparentam erudição e método, e, de outro lado, manifestam pelo povo uma simpatia distante, disfarçando a questão social profunda que se alicerça nos contrastes raciais, ou alimentando teses e ideias que parecem, à visão menos atenta, revisionistas e até “revolucionárias”.¹¹¹

Para demonstrar o desprezo de Oliveira Viana pelas camadas populares, Sodré reproduz entre aspas trechos da obra *Populações Meridionais do Brasil*, em que essas camadas são tratadas como

[...] elementos “desqualificados” [a quem] não resta outra sorte que mergulhar “nas zonas obscuras dessa sociedade ruralizada”, tornando-se as “classes inferiores, onde abundam os trabalhos salariáveis”, que os senhores donos de terra repudiam “pelo receio de conspurcar com sangue bastardo o sangue puro da família”, e que acabam fundindo-se numa “ralé absorvente”, numa “população de mestiços”, numa “massa de mestiços ociosos e inúteis”, num conjunto de “madracaria perigosa”, em “classes inferiores” as quais “degradam-se pela corrupção, pela miséria, pela mestiçagem, a pureza de sangue e de caráter”, tornando-se a “turba heteróclita dos mamelucos”, a “miuçalha esfervilhante dos latifúndios”, na “massa daqueles mestiços degradados e mamelucos forros, afeitos às tropelias de capangagem”, “vivem sob a impulsão mórbida da própria anormalidade”, constituindo, no fim das contas, a “ralé colonial”.¹¹²

¹¹¹ Ibidem, p. 130.

¹¹² Ibidem, p. 138.

Através da crítica à figura do “povo brasileiro” traçada por Oliveira Viana, Sodré pode reafirmar suas próprias concepções políticas. Quando Sodré desqualifica a obra de Oliveira Viana, com o argumento de que a mesma é deficitária pela ausência de método, na verdade, o que ele objetivava era a defesa de um outro método de análise da realidade, e, a partir desta defesa, demarcar posição na disputa pelo espaço político.

Sodré criticou Oliveira Viana por utilizar o argumento da superioridade racial para justificar a dominação da classe dos proprietários de terras sobre a sociedade brasileira. Contudo, o mais importante é a crítica de Sodré ao fato de Oliveira Viana ter defendido o domínio, em si, da classe dos proprietários de terras – independentemente dos argumentos utilizados em tal defesa. Sodré procurou marcar a diferença crucial entre sua produção e a de Oliveira Viana acusando-o de ter defendido a classe dos proprietários de terras para que a estrutura social se mantivesse intacta, excluindo os elementos populares de qualquer possibilidade de participação política. Por sua vez, afirmava Sodré que, em sua análise da estrutura econômica e social havia encontrado sinais inequívocos de que o domínio das classes dos proprietários de terras estava em cheque, questionado por outras classes, as quais o próprio desenvolvimento das forças produtivas dotaram de relevância política, econômica e social.

Todavia, a justificativa de Oliveira Viana para as análises que empreendeu em *Populações Meridionais do Brasil* em tudo se assemelha às de Sodré para as obras que publicou e que vem sendo analisadas nesse trabalho: o estudo por meio da análise que se pretende objetiva, que tem como parâmetro a fidelidade à tão propagada “realidade nacional” com vistas à emancipação, à superação dos entraves ao desenvolvimento nacional¹¹³. Em ambos os casos, tanto as análises de Oliveira Viana, quanto as de Sodré, foram portadoras do retorno à origem, a busca de definir a identidade nacional, intimamente vinculada a projetos políticos e à expectativa quanto ao futuro a ser construído – distintos entre si, evidentemente.

A publicação de *A Ideologia do Colonialismo* foi mais do que uma resposta à “ideologia do desenvolvimento” dos isebianos, ou uma análise da influência da “ideologia do

¹¹³ Para Oliveira Viana o estudo que realizou acerca da história brasileira tinha um objetivo muito claro: desfazer as ilusões sobre as quais até então foram pautadas nossa organização política e social. “Devemos doravante jogar com fatos, e não com hipóteses; com realidades, e não com ficções; e, por um esforço de vontade heroica, renovar nossas ideias, refazer nossa cultura, reeducar nosso caráter”. VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 59.

colonialismo” sobre os intelectuais brasileiros, a partir da qual estabeleceu um debate com Oliveira Viana. A obra em questão pode, também, ser lida como o esforço do autor de encontrar no pensamento brasileiro as origens de problemas que, segundo ele, ainda não haviam sido plenamente superados. O autor denuncia na obra que ainda havia em seu tempo a persistência de um pessimismo acerca da capacidade do Brasil de promover um desenvolvimento econômico autônomo, cujas raízes poderiam ser encontradas no colonialismo. Que a conjunção de forças externas e internas que atuavam com o objetivo de subordinar o Brasil a interesses que não eram os nacionais continuavam presentes, mas atuando sobre uma nova forma, o imperialismo. Para Sodré, essas forças externas que ainda se projetavam internamente e que historicamente estiveram associadas a elementos internos, apenas substituíram a ideologia do colonialismo por “novos dísticos” – ainda que esses “novos dísticos”, ligados ao imperialismo, não tenham sido objeto de análise do autor em *A Ideologia do Colonialismo*. Contudo, afirma que havia uma ligação entre aqueles que difundiram a ideologia do colonialismo e aqueles que, em meados do século XX, defendiam a abertura da economia brasileira ao capital internacional. Segundo Sodré,

Parece perfeitamente claro que os pregadores da inferioridade brasileira quanto à possibilidade de explorarmos as nossas riquezas com os nossos próprios recursos e em nosso próprio benefício, os que acreditavam e proclamavam que só podemos nos desenvolver com a “ajuda” estrangeira, os que confiam apenas nos capitais externos para fomentar o nosso progresso, são herdeiros diretos daqueles que pregavam a superioridade racial, a superioridade climática, a superioridade geográfica, da parte dos países dominantes. E a nossa consequente inferioridade. Os pessimistas de hoje, que vêem o Brasil “à beira do abismo”, os que não acreditam em povo, os que só confiam em elites, em predestinados, em bem-aventurados, os que nos supõem condenados à perdição econômica, os que se desalentam com os “desatinos” do nacionalismo, são herdeiros naturais dos que proclamavam a preguiça do brasileiro, a incapacidade do brasileiro, a cobiça do brasileiro. Traços de classe, que pretendiam e pretendem generalizar a todo um povo¹¹⁴.

¹¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. p.11.

Assim, *A Ideologia do Colonialismo* pode ser lida como uma expressão do projeto político defendido por Sodré a partir de uma perspectiva de análise que se pode chamar de cultural – quando até então havia, nas demais obras até então publicadas nos anos do ISEB, partido dos aspectos econômicos para pensar política e sociedade. Não deixou, em *A Ideologia do Colonialismo*, de pensar que as transformações que resultam em mudanças políticas e sociais ocorrem primeiramente na base econômica. Ao analisar as ideias que justificaram, ao longo do século XIX e início do século XX, o domínio da classe dos proprietários terras no Brasil, procurou relacioná-las ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Todavia, essa operação teve o objetivo de demarcar o momento em que a ideologia do colonialismo passou a ser, segundo o autor, um “ato de vontade”. Assim, a partir da análise das mudanças na estrutura de produção, Sodré pode justificar o que afirmava ser o novo em seu tempo: o nacionalismo. E este novo – o nacionalismo – que não é uma ideologia, ou teoria, mas uma prática, é o que permite a Sodré desvelar a ideologia do colonialismo como “ato de vontade” e torná-la passível de crítica para que pudesse ser definitivamente superada. Na crítica que promoveu à ideologia do colonialismo fica patente seu objetivo de fazer da escrita um lugar de disputa política, de marcar posição em relação aos pares no interior do ISEB, de dialogar com os problemas que identificava em seu tempo.

Capítulo 4 – O Povo na Revolução Brasileira

Nesse quarto capítulo, inicialmente, analisar-se-á em *Formação Histórica do Brasil*, obra publicada em 1962, a mudança operada por Sodré no conteúdo de sua narrativa. Trata-se, fundamentalmente, da primeira obra em que o autor promoveu um esforço de defesa da tese da existência de relações feudais no Brasil.

No tocante à forma de compor a narrativa, percebe-se que o autor manteve na obra a mesma ordem do tempo, identificada em obras publicadas anteriormente. Contudo, com a defesa da tese do feudalismo no Brasil contradiz o que havia desenvolvido e defendido até então: tanto em relação à Portugal quanto em relação à estrutura econômica brasileira. Procurar-se-á relacionar de que forma a identificação de novos problemas em seu tempo definiu uma reformulação de parte significativa da configuração do passado brasileiro, ao mesmo tempo em que definiu uma nova composição para a cena presente, em que novos sujeitos foram inseridos no projeto de luta pela superação daqueles problemas que Sodré identificava em seu tempo – no limite, uma alteração no teor daquilo que Sodré tinha concebido como a própria Revolução Brasileira.

Em seguida, a partir da obra *Quem é o povo no Brasil?*, publicada em 1962, explorar-se-á a ampliação promovida por Sodré do papel de cada uma das classes que compunham o quadro das forças destinadas a promover as transformações na estrutura social e econômica brasileira – de levar a cabo a Revolução Brasileira. Por fim, como uma noção de “classe”, que ocupou uma função central em sua narrativa, ao longo de toda a sua produção escrita nos anos em que esteve vinculado ao ISEB, o autor alterou a sua noção de “povo”. A partir da reformulação da noção de “povo”, o autor passou a utilizá-la como instrumento de diagnóstico da dinâmica das classes sociais brasileiras em diferentes momentos ao longo do tempo. Ao afirmar que as classes sociais que constituíram o povo brasileiro nem sempre foram as mesmas, procurou identificar em que momento “povo” passou a significar o conjunto das classes sociais, segundo ele, destinadas a realizar a Revolução Brasileira.

O movimento realizado por Sodré na composição da narrativa, na maior parte das obras que publicou ao longo dos anos em que fez parte do ISEB, consistiu em partir da análise do passado colonial brasileiro – quando não antes, como quando analisa as relações políticas, econômicas e sociais de Portugal anteriores à colonização do Brasil – com o objetivo de justificar o diagnóstico dos problemas que identificava em seu tempo. Essa forma de compor a narrativa pode ser constatada em: *As Classes Sociais no Brasil; Introdução à Revolução Brasileira; Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro; Formação Histórica do Brasil*¹¹⁵. Tal como foi observado ao longo desse trabalho, a partir da análise da forma como o autor compôs a narrativa de suas obras é possível perceber uma particular ordem do tempo, em que a análise do passado foi condicionada pelos problemas que o autor identificava em seu tempo. A narrativa do passado tinha o objetivo de justificar um certo diagnóstico proposto pelo autor acerca dos problemas do presente com vistas a propor caminhos para superação desses problemas – no caso, por meio daquilo que chamou de Revolução Brasileira. A identificação de novos problemas no presente resultou, conseqüentemente, em mudanças na narrativa sobre o passado.

Com isso, não se supõe que esse movimento de retorno ao passado para justificar um determinado diagnóstico do presente e para propor a superação de problemas identificados com base em uma expectativa em relação ao futuro seja obra apenas de Sodré. Outros autores também promoveram operações narrativas que seguiram por caminhos semelhantes. Autores como Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freire e Caio Prado Jr. tiveram suas narrativas marcadas pelo retorno “às origens, em busca da identidade nacional, sempre vinculados a projetos políticos concomitantes ou sucessivos, como a indicar a impossível tarefa de realizar-se”¹¹⁶. Autores em cujas obras, apesar de todas as particularidades, o ponto de chegada foi determinado por projetos políticos que eram anteriores à produção da narrativa – assim como em Sodré. O que Sodré difere dos demais, em relação ao que foi exposto, parece ser o otimismo, a crença de que o projeto de futuro por ele defendido, longe de ser impossível tarefa, estava em vias de realizar-se. O autor

¹¹⁵ Esse movimento de composição da narrativa também está presente em *Quem é o povo no Brasil?*, ainda que o autor inicie a análise no passado imperial brasileiro e não no período colonial. Dentre as obras publicadas por Sodré, no período em que esteve vinculado ao ISEB, apenas na narrativa de *O Tratado de Methuen* e de *A Ideologia do Colonialismo* não se verifica o movimento descrito.

¹¹⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 147

demonstrou plena convicção de que vivia em um momento da história do Brasil em que seria possível superar de forma definitiva os entraves ao desenvolvimento nacional e alcançar um patamar superior em termos políticos, econômicos e sociais.

Outra ressalva: é possível identificar referências e pontos de concordância entre Sodré e outros autores de seu tempo em vários momentos de sua narrativa – tanto com relação à análise do passado, quanto aos problemas presentes. Contudo, particular a Sodré é o produto da equação que desenvolve na composição da narrativa – a urdidura que promoveu a partir: do diálogo que estabeleceu com as referências de que dispunha; de sua orientação política e de suas expectativas em relação ao futuro; da preocupação de ser coerente em sua produção escrita, que o levou a negar teses que fundamentavam a própria a estrutura de suas narrativas anteriores.

A obra *Formação Histórica do Brasil*, dentre as obras que Sodré publicou durante sua trajetória pelo ISEB, é de longe a mais volumosa, com 417 páginas. Destaca-se em relação às demais pelo grande número e pela extensão das citações, denunciando, em parte, o diálogo que estabeleceu com seus interlocutores. Na primeira página do “Prefácio”, admite que a obra representa um trabalho de pesquisa que empreendia desde 1956, quando começou a ministrar no ISEB o curso de “Formação Histórica do Brasil”. Ainda no “Prefácio”, afirmou que o resultado a que chegou: “Deve muito, em consequência, a uma crítica rigorosa, sincera, multilateral, que lhe exigiu alterações, uma delas pelo menos essencial, quanto submetido a discussão com alguns companheiros de estudo da realidade brasileira”¹¹⁷. A alteração “essencial” operada por Sodré na narrativa de *Formação Histórica do Brasil*, tal como mencionado anteriormente, refere-se à tese da existência de relações feudais, ou semifeudais no Brasil durante o período colonial e que as mesmas poderiam ser observadas na área rural brasileira ainda na década de 1960. Com essa afirmação, o autor nega as teses que havia defendido até então – de que Portugal era capitalista à época da colonização da América e de que as relações capitalistas no Brasil estavam presentes desde o período colonial¹¹⁸.

Daqui é possível estabelecer uma questão e uma constatação importantes. A primeira, diz respeito ao momento dessa inflexão no pensamento de Sodré – quando passa a

¹¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. IX.

¹¹⁸ No primeiro capítulo desse trabalho foram apresentados os argumentos de Sodré em defesa da noção de “capitalismo colonial”, presente na obra *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957.

admitir a existência do feudalismo no Brasil. O que teria promovido uma mudança tão drástica nas concepções do autor? A segunda, a constatação de que Sodré não era uma voz isolada na defesa do feudalismo no Brasil, ou em países latino-americanos.

Primeiramente, a propósito do momento em que Sodré passou a admitir a existência de relações feudais no Brasil, defende-se a hipótese de que essa inflexão ocorreu com a publicação da Declaração de Março de 1958, pelo PCB. Um dos indícios que levaram a essa hipótese é que a defesa do feudalismo no Brasil, por Sodré, aparece na primeira obra que o autor publicou após a Declaração, *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959 – ainda que sem qualquer análise das origens ou sem qualquer preocupação mais sistemática em caracterizar essas relações. A partir desse momento, nas obras que publicou nos anos seguintes em que esteve no ISEB, o autor incorporou em suas narrativas a existência do feudalismo no Brasil - em *A Ideologia do Colonialismo*, de 1961; em *Formação Histórica do Brasil* e em *Quem é o Povo no Brasil?*, ambas de 1962. Além disso, o cotejamento de *Formação Histórica do Brasil* – em que Sodré, pela primeira vez, caracterizou de forma sistemática as relações feudais no Brasil – com a Declaração de Março de 1958 revela que o autor reproduziu em sua obra as teses existentes na Declaração. Os argumentos defendidos por Sodré na caracterização do feudalismo no Brasil repõem aqueles que estão presentes na Declaração de Março de 1958.

Em tom de alerta, Jorge Grespan aponta para a dificuldade de precisar o momento e os motivos que levaram Sodré a tal inflexão, conquanto, pondera a importância da Declaração de Março de 1958 na “orientação” política de Sodré¹¹⁹. Apesar de não ser categórico na afirmação, o autor parece concordar com a ideia de que a Declaração trouxe novos elementos com os quais Sodré dialogou em sua produção escrita.

Paulo Ribeiro da Cunha sugere que Sodré adquiriu os “contornos empíricos do conceito de feudalismo”, em suas experiências quando serviu no Estado do Mato Grosso, entre os anos de 1938 e 1939, e que tais experiências foram formuladas teoricamente muitos anos depois. Ainda que Paulo Ribeiro da Cunha não negue a existência de outros elementos que

¹¹⁹ “Nesse contexto, é igualmente complexo estabelecer com precisão o peso que também pode ter tido, na inflexão das ideias de Werneck Sodré, a ‘Declaração sobre Política’ do PCB, de março de 1958, em que houve uma nítida mudança de orientação, no sentido de apoiar o desenvolvimento capitalista do Brasil, removendo os obstáculos representados por relações de produção ‘semifeudais’ no campo” – Jorge Grespan enfatiza a ligação do autor com o PCB. GRESPAN, Jorge. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.141.

teriam levado às mudanças na orientação política de Sodré e em sua produção escrita, defende que foi da experiência do autor no Estado do Mato Grosso, expressa na publicação de *Oeste: ensaios sobre a grande propriedade pastoril*, de 1941, que:

entendemos que o feudalismo encontra aqui a sua práxis, ou seja, nesse particular cenário intensamente vivenciado, apresenta-se a substância de um conceito teórico futuro, central em sua obra [...]. Noutros termos, esta leitura nos possibilita, mais uma vez, contestar a crítica de que sua reflexão teórica é uma transposição pouco original das teses e conceitos da III Internacional. Não há dúvidas de que esse aspecto já era uma polêmica processual e em construção em sua obra, e tais tensões e impasses teóricos ainda estarão presentes até 1958, mas também percebe-se que foi, inclusive, a partir daqueles apontamentos e aquela experiência que proporcionaram ao autor elementos de reflexão para se pensar Revolução Brasileira como categoria de análise.¹²⁰

Paulo Cunha defende que haveria em Sodré, inicialmente, a experiência prática com o feudalismo existente no Estado de Mato Grosso, anteriormente à tentativa de conceituação teórica. E que a práxis do feudalismo em Sodré poder ser evidenciada na obra *Oeste: ensaios sobre a grande propriedade pastoril*, mesmo que o termo “feudalismo” não esteja presente na obra. Segundo Paulo Cunha, a caracterização de Sodré acerca do desmedido poder dos grandes proprietários rurais, criadores de gado, pode ser entendido como o poder de senhores feudais, que se impunham naquela região do Brasil por meio de grupos armados sob seu comando.

Tal como foi dito, *Formação Histórica do Brasil*, de 1962, foi a primeira obra publicada por Sodré em que ele promoveu a análise sobre o feudalismo no Brasil – rompendo com suas afirmações explícitas em contrário, presentes nas obras *As Classe Sociais no Brasil*, de 1957, e *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958. Pode-se afirmar que em *Formação Histórica do Brasil* Sodré enxergou o feudalismo em outras áreas que não apenas a da pecuária, como os argumentos de Paulo Cunha levar-nos-ia a esperar. Discorda-se, portanto, da hipótese de Paulo Cunha, de que a experiência de Sodré no Mato Grosso tenha lhe dado os contornos empíricos sobre o feudalismo no Brasil. Pois, quando se analisa os argumentos de Sodré sobre

¹²⁰ CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar à esquerda:** a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. São Paulo: Fapesp, 2002. p. 155.

as origens das relações feudais e semifeudais no Brasil, percebe-se que o autor as identificou num determinado contexto – aquele da crise do escravismo e da retração do mercado internacional, principalmente na região das minas e em áreas ligadas à produção canavieira e, observando a existência de relações de servidão na pecuária, no Sul e no Nordeste do Brasil, nem ao menos se referindo ao Estado do Mato Grosso.

Defende-se que a fidelidade de Sodré às teses do PCB tenha feito com que o autor passasse a defender o feudalismo no Brasil a partir do momento em que o Partido o defendeu com a publicação da Declaração de Março de 1958. Foi possível constatar diversas congruências entre a análise proposta pela Declaração de Março de 1958 do PCB e as afirmações de Sodré no que se refere à questão da presença de relações semifeudais no campo, assim como no que se refere à posição do autor em relação ao imperialismo. Na Declaração, não há qualquer referência às origens das relações feudais no Brasil, limitando-se a afirmar que elas existiam e que deveriam ser superadas. No mesmo documento, afirma-se que no Brasil a luta era contra o imperialismo e os resquícios semifeudais presentes no campo. Não foi possível detectar se Sodré participou da escrita da Declaração de Março de 1958, sendo ele membro do PCB. Contudo, pode-se afirmar que parte do conteúdo da Declaração de Março de 1958 foi encampado por Sodré em sua produção. Na Declaração:

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais.¹²¹

Em Sodré:

¹²¹ Declaração sobre a Política do PCB (março de 1958). Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 17 abr. 2014.

A contradição fundamental, assim, é entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, que se desenvolve paralela e intimamente associada à contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava. [...].

A estrutura da sociedade brasileira reflete a etapa que vamos atravessando. Nela aparecem os latifundiários como a mais velha das classes, que deteve o poder político por longo tempo e hoje o partilha com a burguesia, vivendo da renda da terra e encarnando as relações de produção mais atrasadas, que entravam a expansão das forças produtivas, ligando-se ao imperialismo pelos laços do comércio exterior e dos empréstimos externos feitos na maioria em seu benefício. Segue-se a burguesia composta pelos industriais, comerciantes, banqueiros e capitalistas agrícolas, classe recente em nossa história, repartida em alta e média, aquela partilhando já o poder com os latifundiários, esta sofrendo a tributação desigual, as limitações do crédito e inúmeras dificuldades.¹²²

A semelhança das análises de Sodré em *Formação Histórica do Brasil* com as da Declaração só poderiam ser maiores caso o autor transcrevesse literalmente o documento. Não é o caso. Na verdade, a ausência de qualquer referência à Declaração ou ao PCB pode ser compreendida pela ilegalidade do Partido e, fundamentalmente, pela condição do autor de oficial do Exército brasileiro, recentemente passado para a reserva¹²³, que não poderia declarar sua filiação ao Partido ou a defesa de ideias oriundas do mesmo. Também a ligação de Sodré com o ISEB, instituição financiada pelo governo federal, não permitiria que o autor declarasse sua ligação com o PCB.

Com relação à constatação – de não ser Sodré uma voz isolada na defesa do feudalismo no Brasil, e na América Latina – vale lembrar as proposições de José Carlos Mariátegui que, por sua vez, defendeu a existência do feudalismo no Peru e na América Latina.

¹²² SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 400.

¹²³ “Em agosto de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, já no ostracismo da 1ª CR, tomou atitude contra o veto dos três ministros militares à posse de Jango. Isso lhe valeu novo tipo de ‘punição’, na forma de transferência para Belém do Pará, e também resistiu a todos os apelos por sua anulação. [...]. Empossado Goulart, o novo presidente até lhe ofereceu um cargo na vida civil, mas não se sentiu suficientemente forte para providenciar a revogação da transferência infamante. A decisão foi coerente com a dignidade da vida inteira: passar para a Reserva do Exército e nada aceitar.”. COSTA, Octavio. Vida e obra de Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 20.

Para Mariátegui, o feudalismo na América hispânica teve origem com a *encomienda* e se aprofundou após os processos de independência, mesmo nas áreas em que, anteriormente, predominavam relações escravistas de produção.

De acordo com Marco Del Roio, Mariátegui foi pioneiro na formulação do feudalismo colonial na América, a partir de uma perspectiva marxista de análise. Ao sistematizar o processo colonizador no Peru, Mariátegui apresentou o escravismo existente na agricultura litorânea como um caráter regressivo do feudalismo colonial, justaposto à forma marcadamente feudal que se originou nas regiões onde prevaleceu a *encomienda*. Ou seja, prevalecia o modo de produção feudal na maior parte do território colonial – onde foi instituída a *encomienda* – mas, na região litorânea, regrediu-se ao modo de produção escravista – pela impossibilidade de suprir com mão de obra servil as atividades agrícolas desenvolvidas nessa região. Contudo, a extinção da escravidão e da *encomienda* não resultou no fim do feudalismo, uma vez que se estabeleceu um “Estado oligárquico feudal” controlado pelos grandes proprietários de terras. Segundo Marco Del Roio

para Mariátegui, o Peru dos anos 20 do século passado preservava em larga medida seu caráter feudal e colonial, sob a vigência de um direito burguês. Na verdade, nessa leitura, o conjunto do continente sul-americano estava submetido a uma variante colonial de feudalismo que se prolongava até a época capitalista, preservando as condições de servidão das massas camponesas.¹²⁴

Na caracterização do feudalismo no Brasil realizada por Sodré, pode-se afirmar que o autor se apropriou e transpôs para a análise do caso brasileiro muitas das interpretações de Mariátegui acerca do caso peruano – o que pode ser constatado pelo diálogo que Sodré estabeleceu em *Formação Histórica do Brasil* com a obra *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, publicada por Mariátegui em 1928. A aproximação entre o pensamento de Mariátegui e de Sodré pode ser percebida, entre outros, na defesa do caráter regressivo do modo de produção escravista¹²⁵ implantado nas colônias na América Latina. Partindo do conceito

¹²⁴ DEL ROIO, Marcos. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 179.

¹²⁵ A análise sobre o caráter regressivo da escravidão no processo de colonização do Brasil apresentada por Sodré na obra *Formação Histórica do Brasil* foi realizada no primeiro capítulo desse trabalho.

marxista de sucessão dos modos de produção, a escravidão nas colônias representava um retrocesso, uma vez que as relações de produção nas respectivas metrópoles eram predominantemente feudais.

Contudo, para Sodré, o modo de produção no Brasil colonial era escravista e não feudal, de forma que o feudalismo no Brasil somente tornou-se expressivo e se generalizou, nas áreas afetadas pela crise da escravidão – como na região das minas em fins do século XVII – e naquelas em que houve declínio da produção agrícola voltada para a exportação – e que foram ocupadas por meio de um processo que Sodré chamou de “invasão formigueira”¹²⁶. Enquanto que Mariátegui defendeu que o escravismo era uma variante necessária na montagem da estrutura feudal de produção em certas áreas da América¹²⁷. Mas a base da argumentação de Sodré em relação ao feudalismo no Brasil coincide com a de Mariátegui no que se refere ao caso peruano. Para ambos, o feudalismo encontra possibilidades de expressão em áreas rurais economicamente isoladas, nas quais o domínio dos grandes proprietários de terras pode se impor livremente.

Outra aproximação possível, entre o pensamento dos dois autores, refere-se à caracterização do Estado – do Brasil para Sodré e do Peru para Mariátegui – após a independência. Para ambos, com a emancipação política o Estado passou a ser controlado pelos grandes proprietários rurais que, na tentativa de preservação de seus interesses, mantiveram uma estrutura econômica de tipo colonial. A expressão maior disso, aos olhos de Sodré, pode ser vista na consolidação do Império no Brasil, em que a classe senhorial – grandes proprietários de terras e de escravos – conquistou a independência política com um mínimo de alterações na estrutura produtiva¹²⁸. Em Mariátegui, mesmo diante da emancipação política, os proprietários de terras não lograram transformar-se em uma classe capitalista,

¹²⁶ A análise da caracterização realizada por Sodré acerca do feudalismo no Brasil encontra-se adiante, nesse mesmo capítulo. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 248.

¹²⁷ “La organización colonial fallaba por la base. Le faltaba cimienta demográfico. Los españoles y los mestizos eran demasiado pocos para explotar, en vasta escala, las riquezas del territorio. Y, como para el trabajo de las haciendas de la costa se recurrió a la importación de esclavos negros, a los elementos y características de una sociedad feudal se mezclaron elementos y características de una sociedad esclavista”. MARIÁTEGUI, Carlos José. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007. p. 9.

¹²⁸ “Quando a classe dominante brasileira emprega a autonomia e a realiza com um mínimo de alterações internas, transfere, na realidade, da fase anterior à fase posterior uma estrutura colonial de produção.”. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 188.

preservando relações de produção feudais e semifeudais¹²⁹. Em ambos os casos, continuou o latifúndio servindo aos interesses do mercado externo que, em última instância, o controlava desde os tempos de colônia. Para ambos os autores, ocorreu a perpetuação do poder político dos grandes proprietários de terras cujos interesses foram prejudiciais ao desenvolvimento econômico, tanto no caso do Brasil quanto no do Peru. A diferença do Brasil, na análise de Sodré, é que com a produção do café no Sudeste a escravidão foi, gradativamente, substituída por relações capitalistas – ficando o feudalismo confinado às áreas economicamente isoladas; enquanto no Peru, segundo Mariátegui, generalizaram-se as relações feudais de produção.

No Brasil, Alberto Passos Guimarães, na obra *Quatro Séculos de Latifúndio*, publicada em 1963, promoveu um estudo em que, entre outros objetivos, procurou demonstrar as origens das relações feudais no Brasil – que por suas especificidades denominou de “feudalismo colonial”. Afirma que, mesmo sendo a colonização do Brasil fruto da expansão do comércio marítimo em um período de desagregação do regime feudal em Portugal, as características fundamentais do processo não eram as do capitalismo. Ao contrário, no Brasil colonial foram introduzidas instituições políticas e jurídicas de caráter feudal, quando da impossibilidade, no plano econômico, de reviver na Colônia as relações de produção típicas do feudalismo. Ou seja, diante da ausência de servos a quem pudessem submeter ao trabalho, os proprietários de terras no Brasil foram compelidos a adquirir escravos. Segundo o autor, na colonização do Brasil, diante da

impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra. Teve de dar outros passos atrás, em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. [...].

¹²⁹ “La clase terrateniente no ha logrado transformarse en una burguesía capitalista, patrona de la economía nacional. La minería, el comercio, los transportes, se encuentran en manos del capital extranjero. Los latifundistas se han contentado con servir de intermediarios a éste, en la producción de algodón y azúcar. Este sistema económico, ha mantenido en la agricultura, una organización semifeudal que constituye el más pesado lastre del desarrollo del país.”. MARIÁTEGUI. Carlos José. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007. p. 21.

Nenhuma dessas alterações, a que precisou amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir o seu caráter feudal. Muito frequentemente as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados.¹³⁰

Um dos autores da Declaração de Março de 1958 do PCB, defensor da tese do feudalismo no Brasil foi Alberto Passos Guimarães. O autor afirma que, em um regime econômico, o que determina uma formação social é o modo pelo qual os homens produzem os meios de sua existência¹³¹. Contudo, na caracterização do “feudalismo colonial”, prioritário não é o regime de trabalho adotado – no caso a escravidão. Para o autor, “a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção”¹³². De tal forma que, o caráter feudal da sociedade brasileira colonial pode ser encontrado no domínio de tipo feudal exercido pelos latifundiários, cujo poder advém da propriedade de extensas áreas de terras – o latifúndio. O fato da produção do latifúndio ser voltada para o mercado externo e controlada pela metrópole, lhe dá o caráter colonial. Eis as peculiaridades do “feudalismo colonial” brasileiro de Alberto Passos Guimarães.

Ao negar a ideia de que teriam sido capitalistas as relações de produção no período colonial brasileiro e apresentar, em contrapartida, a leitura da existência do feudalismo, o autor está demarcando sua posição política. Com a ideia de que o feudalismo se manteve no Brasil, dos tempos de colônia até a década de 1960 pela manutenção do próprio latifúndio, justificou sua postura em defesa da reforma agrária¹³³. Para o autor, admitir que o Brasil

¹³⁰ GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 29.

¹³¹ “O *básico* num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo por que, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo por que os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens.”. Ibidem, p. 27.

¹³² Ibidem, p. 31.

¹³³ “A negação ou mesmo a subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário. Esse conteúdo dinâmico e revolucionário, na presente etapa da vida brasileira, expressa-se pelo objetivo principal do movimento pela reforma agrária, que é o de extirpar e destruir, em nossa agricultura, as relações de produção do tipo feudal e não as relações de produção do tipo capitalista. Por aí se vê que, ao admitir-se que a estrutura agrária existente em nosso país foi, desde os mais remotos tempos, e continua sendo

sempre foi capitalista significava, por correspondência, tanto negar a necessidade da reforma agrária, quanto destituí-la de seu caráter histórico e revolucionário. A partir dessa tese, criticou o governo de Juscelino Kubitschek por ter investido grandes somas de capital na estrutura agrícola existente sem levar em consideração as “relações de produção caducas” que essa estrutura reproduzia.

Ao buscar as origens do feudalismo no Brasil, o objetivo de Sodré era o de provar sua existência e de acompanhar sua persistência até a década de 1960. Em *Formação Histórica do Brasil*, de 1962, o autor afirmou que um dos problemas de seu tempo era a persistência de relações feudais e semifeudais no campo, assim como a manutenção do latifúndio que tornava possível essas relações, impondo um entrave ao desenvolvimento. Ao problema da concentração fundiária somavam-se outros, já indicados pelo autor em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, e em *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958, tais como: a falta de controle do governo federal sobre as remessas de lucros das empresas estrangeiras instaladas no Brasil; o financiamento de indústrias estrangeiras com capital nacional; a disponibilidade de crédito para o latifundiário agro exportador, enquanto o pequeno produtor agrícola, que abastecia o mercado interno, carecia de qualquer auxílio governamental; a exploração de recursos naturais brasileiros por empresas estrangeiras; uma política econômica equivocada que provocava inflação e ampliava a desigualdade social; o monopólio estrangeiro sobre amplos setores produtivos, muitas vezes, travestidos na forma de empresas nacionais. Com relação à questão agrária, especificamente, Sodré defendeu a tese de que a permanência do latifúndio, com as relações de produção semifeudais que tal permanência comportava, representava a preservação de uma estrutura econômica arcaica, de tipo colonial. Para Sodré, a independência política do Brasil dependia da emancipação econômica frente ao imperialismo e às forças internas ligadas a ele – portanto, da necessidade de “liquidação do latifúndio”¹³⁴.

capitalista, está-se admitindo, por coerência, a inoportunidade e a desnecessidade de uma reforma revolucionária, de uma mudança democrática dessa mesma estrutura”. Ibidem, p. 34.

¹³⁴ “A contradição com o imperialismo surge claramente como constante, permanente, continuada, e não circunstancial, passageira, suscetível de acomodação. E surge claramente a necessidade de juntar o côro do campo, com a liquidação do latifúndio e das relações semifeudais de produção, ao côro das classes que participam da luta pelo livre desenvolvimento do país. Latifúndio e imperialismo aparecem como peças conjugadas, trabalhando no mesmo sentido”. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 398.

Segundo Sodré, essas relações feudais tiveram sua origem em um processo de crise do escravismo. Ao contrário do que supôs Alberto Passos Guimarães, que enxergou a origem do feudalismo no Brasil no processo de concentração fundiária logo no início da colonização, para Sodré a gênese do feudalismo no Brasil pode ser encontrada na crise da mineração, em fins do século XVII, e se intensificou com o combate ao tráfico negreiro a partir de meados do século XIX. Ocorreu em áreas rurais nas quais a falta de escravos condicionou o surgimento de relações servis de produção, ou em áreas cuja perda do mercado externo levou ao isolamento econômico – quando surgem, nas palavras do autor, espaços “vazios” que permanecem ausentes do mercado.

Partindo da leitura da sucessão dos modos de produção, Sodré não analisa o caso brasileiro tentando enquadrá-lo no esquema proposto por Marx de maneira ortodoxa. Ao invés de sucessão, trata o caso do feudalismo no Brasil como “regressão” – de uma economia mercantilista, cujas necessidades determinaram a adoção de relações de produção escravista, em diversas áreas, regrediu-se para o modo “feudal ou semifeudal de produção”. Segundo Sodré

É nesses vazios que se estabelece a base da regressão. [...]. Trata-se de um quadro feudal inequívoco. Quando o fenômeno se generaliza, os seus reflexos no mercado de mão de obra tornam-se evidentes: o modo escravista de produção está irremissivelmente condenado. Tornou-se um anacronismo. O interessante, entretanto, é que ele não se torna um anacronismo ao mesmo tempo em toda a extensão brasileira. Vai apresentando o seu caráter anacrônico quer nas áreas em que o trabalho escravo não encontra condições para evoluir para o trabalho livre e evoluiu para a servidão.¹³⁵

Para compreender esse movimento, faz-se necessário um retorno à montagem de sua argumentação, que inicia com o próprio Estado português no momento da colonização. No cerne da questão está o abandono da noção de “capitalismo colonial” que havia norteado suas análises sobre a estrutura econômica colonial em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, e em *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958. No lugar dessa noção o autor passou a defender a tese de que em Portugal, apesar da predominância das relações feudais de produção nas terras

¹³⁵ Ibidem, p. 248.

do Reino, a empresa colonizadora foi promovida com base no capital comercial, distinguindo com isso capitalismo e mercantilismo. Para Sodré o desenvolvimento do comércio e incremento das trocas comerciais não é, por si mesmo, responsável pelo desenvolvimento do capitalismo. E que, no caso de Portugal, esse crescimento das trocas comerciais, resultado da exploração colonial, fortaleceu o poder real tanto em relação à nobreza quanto em relação à classe mercantil lusa, ao mesmo tempo que contribuiu para o enfraquecimento das relações feudais de produção. Contudo, não havia condições de reproduzir no Brasil as relações de produção existente na metrópole. Tampouco era interesse da classe mercantil, ou da Coroa portuguesa proceder de tal maneira. Para Sodré, a colonização portuguesa no Brasil foi uma “empresa mercantil”, mas que pela especificidade em relação à mão de obra empregada gerou o modo escravista de produção. Para o autor:

Os que apoiaram a tese da existência de características capitalistas na empresa da colonização foram levados a isso, certamente, pela confusão que reinou por longo tempo entre as noções de capital comercial, característica da fase mercantil, e capitalismo. Hoje, parece claro que, embora tenha contribuído para a transformação de que resultou o aparecimento do modo capitalista de produção, o capital comercial, como se apresentava na época da expansão ultramarina, estava longe de aparentar-se e mais ainda de caracterizar o referido modo de produção. Como estava longe de aparentar-se com aquilo que, no modo de produção capitalista, tem o mesmo nome de capital comercial. Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção.¹³⁶

Com essa tese, Sodré repudiou tanto as análises de Roberto Simonsen¹³⁷, que caracterizou como capitalista a estrutura econômica colonial brasileira, quanto as de Sérgio

¹³⁶ Ibidem, p. 82.

¹³⁷ “Acentuamos, de início, que o nascimento do Brasil coincidiu com as primeiras manifestações da era capitalista. Quase todo o período colonial se processou dentro de uma de suas etapas, a chamada revolução comercial. Nessa fase, assistimos a sucessivas mutações do predomínio, no comércio internacional, de diferentes produtos”. SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p.572.

Bagú¹³⁸, de quem Sodré havia tomado de empréstimo a noção de “capitalismo colonial”¹³⁹, com a qual operou em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, e em *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958. Mas que sirva a ressalva: apesar da discordância de Sodré em relação à caracterização da economia colonial brasileira, segue utilizando muitas das formulações de Simonsen e de Sérgio Bagú na narrativa de *Formação Histórica do Brasil*¹⁴⁰.

A grande referência de Sodré quanto aos dados que utiliza e que o leva à sua caracterização do escravismo colonial foi a obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicada em 1958. Na verdade, em *Formação Histórica do Brasil*, Sodré fundamenta muitas de suas análises, com amplas citações inclusive, no trabalho de Celso Furtado. Tal como dito anteriormente, quanto à distinção efetuada por Sodré entre capitalismo e mercantilismo, o autor afirma que a colonização do Brasil foi obra do capital comercial, não sendo possível admitir, portanto, relações capitalistas nesse período. Concorde com Celso Furtado conquanto que ambos negam a existência de relações feudais na economia açucareira no Nordeste brasileiro¹⁴¹. Na análise que Sodré efetua da formação da economia colonial, tendo como foco

¹³⁸ Em obra publicada em 1949, intitulada *Economía de la sociedad colonial*, Sérgio Bagú afirma acerca do “capitalismo colonial”: “Por lo demás, el capitalismo colonial presenta reiteradamente en los distintos continentes ciertas manifestaciones externas que lo asemejan al feudalismo. Es un régimen que conserva un perfil equívoco, sin alterar por eso su incuestionable índole capitalista. Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, ya inaugurado en Europa. Más aún: América contribuyó a dar a ese ciclo un vigor colosal, haciendo posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde.”. BAGÚ, Sérgio. **Economía de la sociedad colonial**: ensayos de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1949. p. 25. Disponível em: <<http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/bagueconom%C3%ADacolonial.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

¹³⁹ Como explicação para as novas teses que adotara, em uma nota, Sodré argumenta que: “Convém notar que Bagú defende a tese da caracterização de um capitalismo colonial, em correspondência com a caracterização de pleno desenvolvimento capitalista no ocidente europeu. Divergimos, essencialmente, desse ponto de vista.”. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 100.

¹⁴⁰ Ao analisar a origem e desenvolvimento do capital comercial em Portugal, Sodré dialoga com a obra *Economía de la sociedad colonial*, de Sérgio Bagú. A presença do pensamento de Sérgio Bagú na obra de Sodré permanece, mesmo com Sodré passando a negar a existência de uma classe capitalista em Portugal. Para Sodré, tratava-se de um grupo mercantil que não havia sequer adquirido as condições de classe, quando do início da colonização portuguesa no Brasil. Também parte do pensamento de Simonsen foi utilizado por Sodré quando da descrição das feitorias nas primeiras décadas do século XVI no litoral brasileiro e da colonização que avançou pelos rios da bacia amazônica, em direção ao Norte, assim como quando analisou o impacto da mineração sobre o Brasil, em relação às transformações que ocorriam no capitalismo com o impulso da industrialização na Inglaterra.

¹⁴¹ “A natureza puramente contábil do fluxo de renda, no setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. [...]. Ora, a unidade escravista, cujas características indicamos em suas linhas gerais, pode ser apresentada como um caso

a produção do açúcar no Nordeste, ele retoma diversos argumentos de Celso Furtado, em especial: da origem e da natureza do capital investido na montagem da empresa colonizadora; dos motivos que levaram ao recurso da mão de obra escravizada de origem africana; da natureza do latifúndio e do poder dos latifundiários; do reduzido valor da terra em si, diante da vastidão territorial da colônia. Segundo Celso Furtado:

Mas não bastavam a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva e a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil. Demais, existia o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a empresa. As condições de trabalho eram tais que somente pagando salários bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra dessa região. A possibilidade de reduzir os custos retribuindo com terras o trabalho que o colono realizasse durante um certo número de anos não apresentava atrativo ou viabilidade, pois, sem grandes concentrações de capital, as terras praticamente não tinham valia econômica. Por último, havia a considerar a escassez de oferta de mão-de-obra que prevalecia em Portugal, particularmente nessa etapa de magnífico florescimento da empresa das índias Orientais. Sem embargo, também neste caso uma circunstância veio facilitar enormemente a solução do problema. Por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes nos tempos de Dom Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-

extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos *in natura* em uma e outra. Mas ainda aqui há um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos a fatores são todos de natureza monetária, devendo-se ter em conta que o pagamento ao escravo é aquele que se faz no ato de compra deste. O pagamento corrente ao escravo seria o simples gasto de manutenção, que, como o dispêndio com a manutenção de uma máquina, pode ficar implícito na contabilidade sem que por isso perca sua natureza monetária". FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <<http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Econmica%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014. p. 44

obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável.¹⁴²

A divergência de Sodré para com Celso Furtado se refere ao produto final – as conclusões de Sodré são distintas das de Celso Furtado. De uma maneira bastante resumida, pode-se afirmar que Sodré propunha uma leitura da estrutura colonial, apropriando-se dos argumentos oferecidos por Celso Furtado e os interpretando por meio de uma chave marxista. Ao mesmo tempo em que admitia o escravismo colonial, como solução à empresa mercantil – tal como apresentado por Celso Furtado – tratou esse escravismo como a expressão de um modo de produção – lançando mão do arcabouço marxista que, aliás, permeia toda a interpretação que realizou da “realidade brasileira”.

Ainda que tenha promovido todo um esforço de caracterização do feudalismo no Brasil, de demonstrar os males da permanência do latifúndio e das relações semifeudais de produção no campo, pode-se afirmar que, em *Formação Histórica do Brasil*, o que Sodré mais enfatiza é a necessidade da luta contra o imperialismo. Também se pode afirmar que o autor ainda não depositava grandes expectativas no proletariado de uma maneira geral, menos ainda no “proletariado rural”, no que concerne à luta contra o imperialismo e o latifúndio. Nessa obra, na trama narrativa elaborada sobre a formação do Brasil, o autor não explora os conflitos no campo, nem enfatiza a força e o papel do campesinato na condução da Revolução Brasileira. É certo que reconheceu o campesinato como parte do “povo brasileiro”, juntamente com o “proletariado, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional”¹⁴³. Contudo, ao buscar a origem e o papel de cada uma das classes que constitui o “povo” na condução da Revolução Brasileira, a ênfase dada pela narrativa repousa sobre a burguesia nacional na luta contra o imperialismo e o latifúndio – ainda que tenha, de passagem, enunciado o crescimento da consciência política entre o proletariado urbano e reconhecido sua importância na condução da Revolução.

A ampliação do quadro de análise, em relação ao papel do campesinato e do proletariado na Revolução Brasileira, ocorreu com a publicação de *Quem é o povo no Brasil?*, de

¹⁴² Ibidem, p. 21.

¹⁴³ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 403.

1962. Note-se, a defesa da reforma agrária e a noção de “povo” incluindo o campesinato já estão presentes em *Formação histórica do Brasil*, publicada meses antes no mesmo ano de 1962. Contudo, a contundência da análise em relação à força do campesinato e do proletariado, tanto urbano quanto rural, cresceram na narrativa de *Quem é o povo no Brasil?*. As até então esparsas referências aos conflitos no campo cederam lugar a uma narrativa que enunciou, mesmo que brevemente, a história desses conflitos no Brasil e mencionou, inclusive, as experiências das Ligas Camponesas. Mas, foi na defesa da importância do proletariado na Revolução Brasileira que o autor revelou seu tom mais apaixonado.

A obra *Quem é o povo no Brasil?* foi dividida pelo autor em três partes, a saber: “Conceito de Povo”; “Conceito de Povo no Brasil”; “Povo e Poder”. À semelhança de outras obras que produziu ao longo dos anos no ISEB, não há referências bibliográficas ou citações¹⁴⁴. Trata-se de uma obra curta, publicada pela editora Civilização Brasileira em formato de bolso, com 60 páginas. A obra é o segundo volume de uma coleção intitulada “Cadernos do Povo Brasileiro”, organizada por Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto que conta com 24 volumes numerados – todos com títulos na forma de um questionamento. A publicação da coleção, iniciada em 1962, foi interrompida pelo Regime Militar que se instalou no Brasil em 1964¹⁴⁵.

A narrativa de *Quem é o povo no Brasil?* pode ser pensada a partir da perspectiva de futuro de Sodré: a concretização do processo que chamou de “Revolução Brasileira”. Segundo o autor, a superação do imperialismo e dos elementos internos a ele associados era o principal e mais importante desafio para que o Brasil pudesse alcançar um patamar superior em seu desenvolvimento econômico. Na maior parte das obras que publicou ao longo dos anos no ISEB, Sodré se preocupou em delimitar em sua narrativa as classes sociais que seriam capazes de superar os entraves ao desenvolvimento brasileiro. O autor promoveu um estudo da origem dessas classes e do papel de cada uma delas na Revolução Brasileira em: *As Classes Sociais no Brasil* de 1957; *Introdução à Revolução Brasileira* de 1958; *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* de 1959; *Formação Histórica do Brasil* de 1962; *Quem é o Povo no Brasil?* de

¹⁴⁴ Referências bibliográficas estão presentes apenas na segunda, das cinco partes da obra *Introdução à Revolução Brasileira*; em *A Ideologia do Colonialismo*, Sodré cita trechos dos cinco autores analisados na obra; *Formação Histórica do Brasil* é a única obra em que há amplas referências e citações ao final de cada capítulo; e em *Quem é o Povo no Brasil?* há uma única citação, sem referência, a um texto de Lênin.

¹⁴⁵ Acerca dos “Cadernos do Povo Brasileiro” e da participação de Ênio Silveira na organização da coleção, ver artigo de Angélica Lovatto. LOVATTO, A. Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.93-103, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18936/14098>>. Acesso em: 21 set. 2014.

1962. Mas em *Quem é o Povo no Brasil?* o autor reformulou a noção de povo com a qual vinha operando em todas as demais obras acima referidas – “povo” passou a significar o conjunto das classes que, unidas, promoveram transformações “progressistas” no Brasil. Disso, resultou em uma alteração na forma como vinha analisando, até então, a dinâmica das classes sociais no Brasil nas disputas políticas pelo controle do Estado em diferentes momentos da história brasileira. Procurar-se-á demonstrar as mudanças no que diz respeito à noção de classe e de povo, operadas pelo autor nas obras que publicou ao longo do ISEB e como essas mudanças se relacionam às expectativas políticas do autor quanto ao destino da Revolução Brasileira.

Em *Quem é o Povo no Brasil?*, o autor iniciou a narrativa criticando o uso indiscriminado do conceito de “povo” que o destituiu de seu significado a tal ponto que “povo é uma abstração”. A confusão residia no fato de tornar sinônimos as noções de população e povo. Assim, todas as classes sociais poderiam legitimamente se considerar como parte do povo. E a essa confusão juntar-se-ia outra, a que se fazia entre nação e povo. Segundo Sodré, numa sociedade de classes, essas confusões a que davam lugar ao esvaziamento do conceito de povo se prestavam a um expediente político das classes dominantes em seu exercício de perpetuação no poder. No controle político do Estado, as decisões da classe dominante, que eram decisões tomadas a partir de seus interesses específicos enquanto classe, eram justificadas como a “vontade do povo” ou como a “defesa dos interesses nacionais”.

Para Sodré, o conceito de povo corresponde a diferentes agrupamentos sociais, em diferentes momentos e lugares. Mas havia um traço geral, imutável, que poderia ser observado em qualquer que fosse o tempo ou lugar, de tal forma que: “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”.¹⁴⁶ Partindo dessa premissa, propôs uma análise nova sobre o povo no Brasil ao longo do tempo, diferente daquela com a qual vinha operando nas demais obras que havia publicado até então.

Pela primeira vez, o autor apresentou o que entendia por “classes”. Trata-se da única citação presente em *Quem é o Povo no Brasil?*. Apesar da fonte não ser referida foi possível identificar que o trecho citado foi retirado do trabalho de Lênin, *Uma grande iniciativa*, publicado pela primeira vez em 1919. Segundo Sodré:

¹⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962. p. 14.

As classes compreendem as parcelas da população que, por sua situação objetiva, têm interesses comuns a defender, a decorrência do “lugar que ocupam em um sistema de produção social, historicamente determinado pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que, em grande parte, ficam estabelecidas e formalizadas nas leis), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e pela proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõem”. As classes são produto da história, e o lugar que ocupam é também historicamente condicionado. A história humana não passa do desenvolvimento das classes, das lutas e das mudanças nas relações entre elas.¹⁴⁷

Contudo, antes de avançar na perspectiva de povo apresentada pelo autor em *Quem é o Povo no Brasil?*, retomar-se-á a exploração da noção de povo e de classe na produção de Sodré. O que Sodré define como classe, nas obras aqui analisadas, com poucas ressalvas, coincide com aquela apresentada pelo autor em *Quem é o Povo no Brasil?*. Com relação a isso, não há mudanças significativas ao longo de sua produção escrita durante os anos no ISEB. Entretanto, em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, e em *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958, identificou a origem da classe média brasileira no início do século XIX. Nas obras posteriores, passou a defender que a classe média surgiu no Brasil no final do século XIX. Também em *As Classes Sociais no Brasil* e em *Introdução à Revolução Brasileira*, por defender a ideia de que a colonização brasileira havia sido empreendimento capitalista, enxergou a existência de uma classe burguesa em Portugal nesse período. Tal como demonstrado anteriormente, essa concepção mudou a partir da publicação de *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959 – quando passou a defender que a colonização do Brasil correspondia ao movimento de expansão do mercantilismo português e afirmou que não havia capitalismo e nem classe burguesa em Portugal.

A mudança operada pelo autor em *Quem é o Povo no Brasil?* está relacionada não com os sujeitos que constituem cada uma das classes que identificou no Brasil. A nova perspectiva relaciona-se, fundamentalmente, com o momento em que essas classes surgem e no papel desempenhado por cada uma delas no processo histórico brasileiro e,

¹⁴⁷ Ibidem, p. 14.

consequentemente, com aquilo a que se podia chamar de povo em diferentes momentos desse processo.

Em *As Classes Sociais no Brasil*, de 1957, em nenhum momento aparece a palavra povo. O autor trabalhou o tempo todo com o conceito de classe. De uma maneira geral, a preocupação do autor foi de acompanhar a gênese da “classe média” no Brasil, a qual tratou também como “pequena burguesia”, e que compunha uma parte do que chamou de “burguesia nacional”. Também fazia parte da “burguesia nacional” os donos de indústrias de capital nacional, cuja produção voltada para o mercado interno era prejudicada pelas importações e pelos privilégios concedidos às indústrias estrangeiras instaladas no Brasil.

Essa perspectiva de análise, em que o estudo das classes trabalhadoras na cidade e no campo ocupou um lugar secundário na narrativa é revelador da expectativa do autor sobre a condução da Revolução Brasileira. Nela, a “burguesia nacional” ocupava o papel principal, a quem competia levar a cabo as transformações necessárias para o desenvolvimento econômico independente do Brasil.

Em *As Classes Sociais no Brasil* e em *Introdução à Revolução Brasileira*, tal como foi possível verificar, o autor analisou o papel desempenhado por cada uma das classes nas transições de regimes políticos que marcaram, para Sodré, as diferentes fases da história brasileira – operando de modo similar às demais obras que vem sendo cotejadas. Contudo, ao analisar o processo de independência, o autor apresenta duas classes no Brasil: a classe dos proprietários de terras e a classe média – em que a primeira domina o processo e toma o controle do Estado. A partir da publicação de *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959, o autor abandona a ideia de que não havia uma classe média no Brasil no início do século XIX, apresentando, por outro lado, que havia uma “camada intermediária” – que não poderia ser chamada de classe por não ter desenvolvido uma consciência e uma prática política que correspondesse à defesa de interesses comuns.

Em *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958, a palavra “povo” aparece apenas duas vezes. A primeira, quando o autor analisou o teor do movimento que resultou na emancipação política do Brasil em 1822. A segunda, referindo-se ao fato de que o “destino do nosso povo” dependia da superação do que havia de colonial na estrutura econômica brasileira.

A noção de povo, por sua vez, pode ser vista na sua configuração ao longo da produção de Sodré, quanto o autor explora, predominantemente, o processo de independência do Brasil. O caso da obra *Introdução à Revolução Brasileira* guarda a seguinte formulação:

A autonomia nada tivera de revolucionário, pois, uma vez que não correspondera a nenhuma alteração de fundo. Mudava a fisionomia geral do país, dando um tímido passo à frente e sem outros resultados, da ação de seu povo. Como vemos, foi à revelia desse povo que se operaram as transformações a que nos referimos, as que levaram ao rompimento dos laços que nos prendiam à metrópole, à entrada numa existência independente, do ponto de vista político.¹⁴⁸

Em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959, o autor manteve a ideia de que a independência foi obra da classe dos proprietários de terras. Contudo, negou a existência de “povo” no Brasil:

O cenário em que se processou a Independência apresenta-nos alguns aspectos interessantes. Convém destacar aqueles que mostram a solução das contradições existentes. Em primeiro lugar é fácil perceber que o Brasil não tinha povo e, assim, a sua sorte seria decidida quando a classe dominante, de senhores de terras e de escravos, esposasse o ideal da emancipação.¹⁴⁹

A mesma ideia é retomada em *Formação Histórica do Brasil*, de 1962. Ao abordar que havia uma camada média que defendia ideias republicanas no Brasil, o autor afirma que a independência política foi obra da classe dominante pela ausência do “povo”:

No Brasil, naqueles velhos tempos, não existia povo, a rigor, no sentido de força política, e mesmo depois da autonomia, quando começa a se desenvolver um grupo ligado à atividade comercial, as formulações liberais não encontram suportes efetivos.¹⁵⁰

¹⁴⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 75.

¹⁴⁹ Id. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p. 18.

¹⁵⁰ Id. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 294.

Então, qual é o conceito de povo introduzido por Sodré nas referidas obras? Pode-se dizer que povo é um conceito quase tão genérico quanto aquele criticado pelo autor em *Quem é o povo no Brasil?*. Trata-se da ideia de que o povo é constituído por todas as classes ou camadas que não as classes dominantes. Ou melhor, povo eram as classes sociais destinadas a levar a cabo a Revolução Brasileira. Essa ideia fica clara, principalmente, em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro* e em *Formação Histórica do Brasil*. Segundo Sodré, nas últimas décadas do século XIX no Brasil:

Povo era tudo aquilo que não vivia do trabalho de outrem e compreendia, portanto, a maioria esmagadora da população. Nesse total bruto, no entanto, é fácil verificar um líquido, reduzido numericamente, de elementos que estavam interessados na vida política.¹⁵¹

Ao analisar a composição da sociedade brasileira na década de 1960, o autor afirma que: “Povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional”.¹⁵² Assim, mais uma vez, a noção de povo compreendia as classes que solucionariam a contradição entre os “interesses nacionais” e o imperialismo. Mas resta analisar qual foi a mudança operada sobre o conceito de povo proposto em *Quem é o Povo no Brasil?* e, principalmente, qual o significado dessa mudança na perspectiva de Sodré quanto aos destinos da Revolução Brasileira.

Para analisar a presença do povo no Brasil, Sodré propôs pensar sua composição a partir da divisão da história em três fases. A primeira fase é a da independência, a segunda a da proclamação da República e a terceira a da Revolução Brasileira que, segundo o autor, iniciou em 1930. Para Sodré, nas duas primeiras fases o povo atuou de forma que ocorreu um desenvolvimento progressista, em relação ao quadro político e social que precedeu cada fase – na primeira, em relação às forças políticas que defendiam a manutenção da união entre Brasil e Portugal; na segunda, em relação às forças políticas que defendiam a manutenção do

¹⁵¹ Id. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p. 24.

¹⁵² Id. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p. 403.

Império. Já na terceira fase, a da Revolução Brasileira ainda em curso, o povo cumpriria um papel progressista e revolucionário.

Com relação à primeira fase, o autor retoma a ideia que já havia apresentado nas obras anteriormente publicadas. Trata-se da ideia de que a autonomia política somente seria alcançada com a participação da única classe suficientemente organizada politicamente, ou seja, capaz de agir enquanto classe: a classe dos proprietários de terras e de escravos. Tomaram parte no processo as demais camadas sociais brasileiras, todas interessadas na autonomia. Contudo, coube à classe dos proprietários de terras e de escravos a liderança do movimento. Assim, para Sodré

Se a tarefa do desenvolvimento progressista do Brasil, nessa fase histórica, é a realização da Independência, como vimos, e se o povo, em tal fase, é representado pelo conjunto das classes, camadas ou grupos sociais empenhados na solução objetiva daquela tarefa, o povo brasileiro abrange, então, todas as classes, camadas e grupos da sociedade brasileira.¹⁵³

Então, realizada a tarefa da emancipação, o povo tornou-se outra coisa. Dele já não mais fazia parte a classe dominante que assumiu o controle do Estado – uma vez que essa classe afastou as demais camadas e grupos da participação política. Por essa razão, após a independência, ocorreu a manutenção da estrutura econômica de tipo colonial – pois que os interesses da classe dominante continuavam ligados ao mercado externo.

Concretizada a primeira fase, tem início a segunda que tem a duração do próprio regime monárquico. A tarefa progressista da segunda fase, portanto, era a de liquidar o Império. Para o autor, o desenvolvimento econômico brasileiro, mesmo diante do inegável poder da classe dos proprietários de terras fez surgir novas classes no Brasil, cujos interesses específicos fez crescer a oposição política à classe que controlava o Estado. De tal forma que povo, nesse momento, compreendia

As classes interessadas na implantação do novo regime compunham uma ampla frente, englobando setores latifundiários e a burguesia

¹⁵³ Id. **Quem é o povo no Brasil?**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962. p. 25.

nascente, a que se somavam a pequena burguesia, o proletariado, o semiproletariado e os servos.¹⁵⁴

E tal como ocorrera na fase da independência, uma vez concretizada a tarefa – instaurar um novo regime político – “a classe dirigente, a que detém a hegemonia na composição que constitui o povo, torna-se a nova classe dominante, e comanda alterações à medida dos seus interesses”¹⁵⁵. Essa nova classe dominante, segundo o autor, prefere se unir às velhas forças que enfrentava do que manter as alianças com os setores mais progressistas que participaram com ela do processo.

Mas, segundo Sodré, ao longo do tempo ocorreu o fortalecimento das classes que foram aliadas da participação política quando da proclamação da República. Tratava-se, fundamentalmente, do campesinato, do proletariado, da classe média ligada à burocracia do Estado e ao Exército e de uma pequena burguesia que prosperara com o desenvolvimento das atividades comerciais. Também surgiram novas classes, como uma parte da burguesia que havia prosperado por meio da produção industrial voltada para o mercado interno – a que Sodré chamava de burguesia nacional. Eram essas as classes que, prejudicadas pela política econômica que mantinha os resquícios feudais no campo e o latifúndio, ou pela “entrega” do Brasil ao imperialismo em suas diversas esferas, constituíam o povo na fase da Revolução Brasileira. Segundo Sodré

Estamos em condições, finalmente, de definir quem é o povo brasileiro, hoje, nos dias que correm, na fase histórica em que vivemos, de que participamos. Qual é a tarefa progressista e revolucionária, na atual etapa da vida brasileira? Note-se: pela primeira vez aparece o conceito de revolução quanto às tarefas históricas, no que se refere ao nosso país. [...]. Agora, trata-se de liquidar, definitivamente, a classe latifundiária, tornada anacrônica pelo desenvolvimento do País. Trata-se de substituí-la. Trata-se, ainda, de quebrar a aliança que a vincula ao imperialismo, derrotando também a este e barrando-lhe a ingerência no processo nacional.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Ibidem, p. 28.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 29.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 31.

Na diferença dessa fase em relação às demais, reside toda a aposta política de Sodré no êxito da Revolução Brasileira. Segundo o autor, nas duas primeiras fases a classe hegemônica na composição do povo assumiu o controle do Estado e excluiu politicamente as demais classes. O mesmo não poderia ocorrer na terceira fase, em que o povo “representa o que existe de nacional em nós”. Com essa afirmação, retomou os argumentos que fundamentam suas análises em *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de 1959, quando defendeu que o nacionalismo representava o ideal democrático e popular das classes interessadas na superação dos entraves ao desenvolvimento nacional.

A novidade apresentada por Sodré na narrativa de *Quem é o Povo no Brasil?* é de que não seria possível a nenhuma das classes que compunham o povo, na fase da Revolução Brasileira, excluir as demais classes da participação política ao fim do processo. Por essa razão, o autor afirma que se tratava de uma etapa revolucionária, já que pela primeira vez na história do Brasil, as classes que compunham o povo haviam adquirido uma consciência política que lhes permitia liquidar os resquícios da estrutura econômica colonial e libertar-se, definitivamente, do jugo imperialista. O elemento novo na narrativa de *Quem é o Povo no Brasil?*, em relação à composição do povo, é a força que o autor empresta ao campesinato, organizado em torno das Ligas Camponesas, e ao proletariado a quem caberia a “vanguarda” na condução da Revolução Brasileira. Para Sodré

O novo, no processo político, está justamente em que a classe dominante minoritária, ou a associação das classes dominantes minoritárias – no caso, principalmente latifundiários e parte da alta burguesia – não será substituída por uma nova classe dominante minoritária, mas por todo o conjunto que compreende o povo. [...]. Em termos políticos: trata-se de uma revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução. As possibilidades de operar o desenvolvimento material e cultural do Brasil para proveito apenas da burguesia estão encerradas.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Ibidem, p. 28.

Considerações finais

Nesse trabalho, explorou-se a produção de Nelson Werneck Sodré nos anos em que foi membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), de sua inauguração, em 1955, ao fechamento da Instituição, em 1964. A análise das obras obedeceu sua emergência no tempo. Essa estratégia de análise visou estabelecer a relação da narrativa com as expectativas políticas do autor, uma vez que o autor fez de sua narrativa um lugar de disputas políticas. Tratou-se, portanto, de recuperar as obras de Sodré a partir da perspectiva do engajamento político do autor, amarrando as obras que produziu às opções políticas e projetos que defendeu – a luta contra o imperialismo e o latifúndio; a união das classes trabalhadoras com a burguesia nacional.

Segundo essa expectativa política, as condições objetivas para a superação dos entraves ao desenvolvimento estavam dadas. Seu trabalho, nesse sentido foi de elaborar uma narrativa de passado que justificou o diagnóstico dos problemas que identificou no presente, com vistas a defender sua expectativa quanto ao futuro – a união das classes sociais brasileiras para a concretização da Revolução Brasileira.

O questionamento de Gramsci, nesse sentido, resume o espírito do trabalho que Nelson Werneck Sodré desenvolveu no ISEB – a opção por “elaborar a própria concepção de mundo”:

[...] é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...], ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica [...], participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais

aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?¹⁵⁸

¹⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p.93-94.

Referências bibliográficas

ALVES FILHO, Ivan. Meu amigo Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ARARIPE, Luís de Alencar. Militares e democracia. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BAGÚ, Sérgio. **Economia de la sociedade colonial**: ensayos de historia comparada de America Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1949. p. 25. Disponível em: <<http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/bagueconom%C3%ADacolonial.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

BARREIRO, José Carlos. O povo segundo Nelson Werneck Sodré. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. Decreto nº 37.608, de 14 de Julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jul. 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Coordenação Geral de Documentação e Informação. **Biblioteca da Presidência da República**. Apresenta discurso de Juscelino Kubitschek no ato de inauguração da nova sede do ISEB em 8 de agosto de 1957. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos/1/1957/35.pdf/at_download/file>. Acesso em: 03 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 53.884, de 13 de Abril de 1964. Extingue o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53884-13-abril-1964-394176-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. (orgs.) **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade:** Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CAMILOTTI, Virgínia Célia. **João do Rio:** ideias sem lugar. Uberlândia: EDUFU, 2008.

CAMPOS, Flávio de. **A escrita da história:** ensino médio. v. único. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

_____. **História do Brasil.** v. III, 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

COSTA, Octavio. Vida e obra de Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré:** entre o sabre e a pena. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar à esquerda:** a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. São Paulo: Fapesp, 2002.

_____. Ortodoxia e coerência de um general (bom) de briga(da). **Topoi:** revista eletrônica do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 149-158. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi20/topoi20_10artigo10.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

Declaração sobre a Política do PCB (março de 1958). Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 17 abr. 2014.

DEL ROIO, Marcos. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré:** entre o sabre e a pena. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014. p. 44

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRESPLAN, Jorge. O Marxismo de Nelson Werneck Sodré. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira.** Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

_____. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré:** entre o sabre e a pena. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos – problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LOVATTO, A. Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.93-103, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18936/14098>>. Acesso em: 21 set. 2014.

MADUREIRA, Maria de Annuniação. A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARIÁTEGUI, Carlos José. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 4ª ed., Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1980.

OLIVEIRA, Filho Virgílio Roma. A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2004. p.7. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1891/TD137.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. v. I, Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

PINTO, João Alberto da Costa. Nelson Werneck Sodré e o projeto da história nova do Brasil. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 9ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

_____. **História Econômica do Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

QUARTIM DE MORAES, J. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

_____. A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. 2ª.ed., São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SANTOS, Stefan Freitas dos. **BATALHA PELA DEMOCRACIA: 1961-1964: Outras visões, os sargentos e o governo João Goulart**. Dissertação (Mestrado) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Marcos. Diante do imediato. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

SILVA, Ligia Osório. A história engajada de Nelson Werneck Sodré. Instituto de Economia. **Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/Ligia%20NWS%20HP.htm>>. Acesso em: 21 set. 2014.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. **O Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. **A Ideologia do Colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

_____. **Formação Histórica do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

_____. **Quem é o povo no Brasil?**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

_____. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978.

SOUZA, Sérgio Alves de. Nelson Werneck Sodré e o povo. In: Silva, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1978.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VICENTINO, Cláudio. **História para ensino médio: história geral e do Brasil**. v. único. São Paulo: Scipione, 2001.